

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL - POSMEX

**As representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos
sobre as políticas de extensão da Universidade Federal Rural
de Pernambuco para o desenvolvimento local**

Renata Sá Carneiro Leão

Recife

2012

Renata Sá Carneiro Leão

**As representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos sobre as
políticas de extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco
para o desenvolvimento local**

Dissertação apresentada como pré-requisito para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), sob a orientação da Professora Dr^a Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida.

Recife

2012

Renata Sá Carneiro Leão

As representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos sobre as políticas de extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco para o desenvolvimento local

Dissertação apresentada como pré-requisito para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), sob a orientação da Professora Dr^a Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida – UFRPE (Orientadora – examinadora interna)

Prof^a Dr^a Maria Salett Tauk Santos – UFRPE (Examinadora interna)

Prof^a Dr^a Irenilda de Souza Lima – UFRPE (Examinadora interna)

Prof^a Dr^a Priscila Ferreira Perazzo – USCS (Examinadora externa)

Recife, _____ / _____ / 2012

Aos meus filhos, Laura e Tito.

“Disseste que, se tua voz tivesse força igual à imensa dor que sentes, teu grito acordaria
não só a tua casa, mas a vizinhança inteira”.

Renato Russo

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho começou bem antes de sua concepção e certamente não termina com a publicação destas páginas. Por essa relevância que possuí em minha vida, agradeço a todas as pessoas que contribuíram, de alguma maneira, para cada etapa desse processo.

Agradeço inicialmente à minha cara orientadora, professora Graça Ataíde, pela confiança e pela grande solicitude e pelo carinho que me ofertou nos últimos dois anos. Também aos demais professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex/UFRPE), sempre atenciosos em compartilhar seus conhecimentos de forma dialógica e fraterna, a exemplo dos queridos Maria Salett Tauk Santos, Angelo Brás Callou e Irenilda de Souza Lima, cujos valores edificantes vão muito além dos títulos.

À UFRPE, por me permitir vivenciar essa experiência enriquecedora, tanto por meio do programa de mestrado ofertado quanto pelo respeito da Reitoria, que aceitou minha presença menos constante no exercício das minhas funções profissionais. A todas e todos colegas da Coordenadoria de Comunicação Social, a exemplo de Denize Siqueira, pela compreensão e apoio.

Aos moradores de Sítio dos Pintos, com os quais muito aprendi e pelos quais fui acolhida em tantas visitas, conversas e entrevistas realizadas ao longo da pesquisa.

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, Valéria e Fernando, e a meu irmão, Bruno, que sempre me apoiaram ao longo dos anos de estudo e especialmente neste período. Aos meus amados filhinhos, Laura e Tito, por perdoarem minha ausência em algumas brincadeiras e pelo carinho reparador.

Ao irmão que escolhi, Carlos Henrique Coêlho de Andrade, por incentivar o meu retorno à academia. A sua, e agora também minha, irmã, Juliana Coelho de Andrade, pelos momentos de descontração e apoio emocional. Ao grande amigo Bruno Andrade, pelo companheirismo afetuoso e pela parceria intelectual. A Mariana Sá Carneiro pelas vivências familiares compensadoras de tantas horas de trabalho.

Aos amigos de ontem e hoje pela compreensão da minha ausência durante o período de estudos: Adriana Barros, Conceição Gama, Dario Brito, Geisa Agrício,

Joana Aquino, Lucas Pereira, Olívia Mindelo, Tássia Spinelli, Telma Chéa, Vivianne Macena e tanta gente querida.

Aos amigos que conquistei durante o mestrado, a exemplo de Juliana Couto, Mariana Reis, Lorena Rocha, Raquel Santana, Renata Rezende e Yasmina Juste, com quem compartilhei momentos inesquecíveis, das discussões acadêmicas aos papos nos cafés.

E a Marco Santos, companheiro de todas as horas, por segurar a minha mão nos momentos difíceis e me ajudar a ver o mundo com mais amor.

RESUMO

Este trabalho se configura na análise das representações sociais que os moradores da comunidade Sítio dos Pintos possuem sobre as políticas de extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) relacionadas ao desenvolvimento local. O objetivo principal do estudo é compreender as apropriações, as opiniões e as subjetividades que os membros da comunidade – localizada no entorno da sede da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no Recife-PE – têm da universidade a partir da extensão como vetor de desenvolvimento local. O referencial teórico privilegia as categorias: extensão universitária, desenvolvimento local, capital social e cotidiano. Dessa forma, no capítulo teórico, trabalhamos à luz dos conceitos de autores como Freire (1983), Kunsch (1992) e Nogueira (2005), quando desenvolvemos as ponderações sobre extensão universitária. Ao relacionar a extensão com o desenvolvimento local, trazemos Oliveira (2001), Buarque (2002) e Jara (1998), seguidos por Bourdieu (1998), Putnam (2001) e Coleman (2001), cujas teorias sobre capital social complementam a ligação entre a extensão e o desenvolvimento local. Num segundo momento, introduzimos o fenômeno das Representações Sociais a partir da análise do seu teórico primeiro, Moscovici (1978; 2009), com o aporte de outros autores. Aproximamo-nos do objeto, a comunidade de Sítio dos Pintos, por meio do desenvolvimento de relações com cotidiano (CERTEAU, 2008) e comunidade (BAUMAN, 2003; PERUZZO, 2006), além do apelo histórico (CHARTIER, 1988) e da importância de ponderar, ainda que brevemente, a memória da coletividade estudada (HALBWACHS, 1990). Na etapa seguinte, destrinchamos a metodologia, de essência qualitativa e baseada nas Representações Sociais. A coleta de dados se baseou na entrevista semiestruturada com 30 moradores, e a análise dos dados foi realizada com o aporte teórico-metodológico do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), desenvolvido por pesquisadores da Universidade de São Paulo – USP (LEFEVRE E LEFEVRE, 2010). Com o apoio da ferramenta Qualiquantsoft, analisamos os discursos que interpretam as representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos acerca da UFRPE. Revelam, entre outros achados, a fé da comunidade na instituição vizinha, que pode atuar, por meio da extensão, em projetos e ações que contribuam para o desenvolvimento local.

Palavras chave: Extensão. Representações sociais. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

This study sets the analysis of the social representations that residents of the community Sítio dos Pintos have on local development related to the extension policies of the Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). The main purpose of this study is to understand the appropriations, opinions and subjectivities that the members of the community – located around the Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife-PE – have on the university according to the extension as a vector of local development. The theoretical framework emphasizes the categories: academic extension, local development, social capital and daily life. Thus, in the theoretical chapter, we consider the concepts of authors such as Freire (1983), Kunsch (1992) and Nogueira (2005), when it comes to academic extension. By relating academic extension to local development, we consider Oliveira (2001), Buarque (2002) and Jara (1998), followed by Bourdieu (1998), Putnam (2001) and Coleman (2001), whose theories on social capital complement the connections between the extension and local development. Secondly, we introduce the phenomenon of Social Representations considering the analysis of its first theoretical, Moscovici (1978, 2009), with the contribution of other authors. We approached the object of study, the community Sítio dos Pintos, through the development of relations with the daily life (Certeau, 2008) and community (Bauman, 2003; Peruzzi, 2006), besides the historic appeal (Chartier, 1988) and the importance to consider, even if briefly, the collective memory (Halbwachs, 1990) studied. On the next step, the methodology, with qualitative nature and based on social representations. The data collection was based on interviews with 30 residents, and the analysis were performed with the theoretical and methodological support of the Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), developed by researchers at the Universidade de São Paulo – USP (LEFEVRE E LEFEVRE, 2010). With the support of the *tool* Qualiquantsoft, we analyzed the discourses that interpret the social representations of the residents of the Sítio dos Pintos on the site UFRPE. They reveal, among other findings, the faith on the neighboring institution, which can act, through the extension, on projects and actions that contribute to the local development.

Key-words: Extension. Social representations. Local development.

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento

DAMO – Antigo Departamento de Assistência Médica e Odontológica da UFRPE.
Hoje Departamento de Qualidade de Vida.

DSC – Discurso do Sujeito Coletivo

ECh – Expressão-Chave

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC – Ideia Central

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

ONG – Organização Não Governamental

POSMEX – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

PRAE – Pró-Reitoria de Atividades de Extensão

RPA – Região Político-Administrativa

RS – Representações Sociais

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIAS

Figura 1 – Vista de Sítio dos Pintos | **49**

Figura 2 – Beco situado em Sítio dos Pintos | **50**

Figura 3 – Residência de funcionário da UFRPE construída em Sítio dos Pintos em 1952 | **52**

Figura 4 – Times de futebol do Sítio dos Pintos na UFRPE | **75**

Figura 5 – Miguel Arraes e Jarbas Vasconcelos visitam os Pintos na década de 80 | **81**

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Qual a sua opinião sobre Sítio dos Pintos? | **68**

Gráfico 2 – Como é o dia-a-dia na comunidade e quem vive por aqui? | **75**

Gráfico 3 – O que você sabe sobre a história de Sítio dos Pintos? | **76**

Gráfico 4 – Qual a sua relação com a Universidade Federal Rural de Pernambuco? | **84**

Gráfico 5 – O que representa a UFRPE para Sítio dos Pintos? | **89**

Gráfico 6 – Como você acha que a UFRPE poderia ajudar no desenvolvimento de Sítio dos Pintos? | **94**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 13

O processo de investigação | 19

CAPÍTULO 1 – Extensão universitária, desenvolvimento local e capital social | 22

CAPÍTULO 2 – Representações sociais e cotidiano na comunidade | 36

2.1 As representações sociais | 36

2.2 Comunidade e cotidiano | 42

2.3 Memória | 47

2.4 O Sítio dos Pintos | 49

CAPÍTULO 3 – O caminho e os sujeitos da investigação | 54

3.1 Procedimentos metodológicos | 54

3.2 Locus | 56

3.3 Sujeitos da pesquisa | 57

3.4 Coleta de dados | 59

3.5 Instrumentos de análise de dados | 62

3.6 Qualiquantsoft/DSC | 64

CAPÍTULO 4 – As representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos | 66

4.1 O Discurso do Sujeito Coletivo dos moradores de Sítio dos Pintos | 66

4.2 Discussão final | 96

CONCLUSÃO | 99

REFERÊNCIAS | 104

APÊNDICE | 109

ANEXO | 111

INTRODUÇÃO

Prestes a completar cem anos – em novembro de 2012 –, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) passa por processo de reconhecimento num cenário bem distinto do que se encontrava em 1938, quando se instalou no bairro recifense de Dois Irmãos. Se, naquela época, era rodeada apenas pela vasta Mata Atlântica, onde começou a abrigar funcionários da área agropecuária em seus roçados particulares, hoje a instituição é cercada por comunidade¹ formada por 7.276 moradores (IBGE, 2010), que além de ocuparem parte do território universitário, veem a UFRPE como principal referência local.

Esse laço de proximidade, que permeou a gênese da comunidade Sítio dos Pintos – considerada recentemente bairro e incluído nos distritos Córrego da Fortuna e Sítio São Braz –, no entanto, parece ter se desatado com o tempo, uma vez que a universidade mantém diálogo restrito com seu entorno, como observamos nos registros oficiais da UFRPE. A fim de analisar como a UFRPE participa do cotidiano da comunidade vizinha – carente de projeto social e políticas públicas que impulsionem a prosperidade local –, propusemos, nesta pesquisa, adentrar na rotina dessa comunidade e na sua relação com a Universidade Rural, por meio das políticas de extensão universitária.

O problema desta pesquisa consiste, portanto, na análise das representações sociais – percepção e compreensão coletiva, cuja teoria explicitaremos mais adiante – dos moradores do Sítio dos Pintos sobre as políticas de extensão da UFRPE, sob a perspectiva do desenvolvimento local. Tais políticas podem ser vistas como o cordão umbilical da comunicação entre a universidade e a comunidade, pois se configuram numa via de mão dupla oficial entre as partes, que interagem em projetos voltados a melhorias ou assistência locais. Não nos detivemos, no entanto, neste trabalho, à análise das políticas oficiais da universidade, mas às representações dos moradores acerca dessas ações, por compreendermos a necessidade de manter o foco no objeto escolhido.

Nosso interesse por esta pesquisa reside em dois diferentes aspectos, de igual apelo. O primeiro, emocional, se prende ao fato de ser técnica-administrativa da UFRPE, onde respiro o ar fresco daquela diferenciada paisagem diariamente, tanto para

¹ Ver mapa de localização no anexo.

executar as tarefas do jornalismo – profissão que escolhi desde bem cedo, numa certeza quase teimosa – quanto para realizar os sempre prazerosos estudos do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex). Em momento anterior, já havíamos iniciado estudo sobre a UFRPE, quando desenvolvemos a monografia intitulada *A comunicação integrada na universidade: a experiência da Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco*, em parceria com o colega Bruno de Oliveira Andrade, sob orientação da professora Maria Salett Tauk Santos, no âmbito da Especialização em Gestão de Políticas Públicas, realizada na mesma universidade.

O segundo aspecto diz respeito à importância do conhecimento acerca do cotidiano da comunidade do Sítio dos Pintos, cujo trajeto se confunde com o da UFRPE, a partir da sua transferência de Olinda para o Recife, mas que não havia sido registrado oficialmente até o momento. O somar um século de existência, essa instituição de ensino superior guarda importante parcela da história rural de Pernambuco, a partir do envolvimento com as questões agrárias, que refletiu na gênese de Sítio dos Pintos, formada inicialmente por funcionários de uma UFRPE mais rural do que hoje.

O desejo de aliar o afeto pelo trabalho na comunicação da UFRPE com o respeito pela trajetória dessa gigante rural nos fez centrar nossa pesquisa no Sítio dos Pintos, comunidade com a qual convivemos estreitamente, seja durante o almoço no restaurante da esquina ou na visita a colegas de trabalho que moram na localidade. Por que tantos moradores trabalham, prestam serviços ou simplesmente frequentam as dependências da universidade? Seria apenas a proximidade? E de que forma a UFRPE atua na comunidade? Que estruturas estão por trás dessa relação, ao mesmo tempo, de proximidade e distância? Que pensam os moradores locais dessa relação e como a representam? Como percebem a extensão e como se apropriam dela a partir do vislumbre do desenvolvimento local?

Tais questões motivaram nosso estudo e nos fizeram optar pela extensão universitária, que imprime, de forma mais intensa, os diversos aspectos da comunicação que uma instituição de ensino superior possui com a sociedade. Essa opção pelo estudo da UFRPE e seu entorno, no panorama da extensão universitária e do desenvolvimento local, nos faz concordar com Bourdieu (1996), quando afirma que o pesquisador deve

procurar as diferenças que separam as estruturas e disposições não na singularidade das naturas, e sim nas particularidades de histórias coletivas diferentes.

O autor ressalta ter convicção de que “não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e dotada, para construí-la, porém, como *caso particular do possível*” (BOURDIEU, 1996, p.15. Grifo do autor). A exemplo do que discute o teórico, inventar teorias e descobrir fenômenos pode abrilhantar os olhos de pesquisadores desavisados, ávidos pelos louros do ineditismo, contudo se corre o risco de perder o foco e ainda ficar no mais do mesmo.

Essa postura de contextualizar um objeto de pesquisa dentro de um universo dotado de sentidos, concretos ou não, também nos motivou a trabalhar as representações sociais dos moradores do entorno da UFRPE por se tratar de metodologia – e, ao mesmo tempo, teoria, fenômeno e objeto – que permite analisar as informações/representações desses sujeitos em seu contexto social e natural, onde ocorrem suas práticas, percepções e apropriações, bem como suas relações sociais e com a instituição. Cada vez mais utilizada em pesquisas qualitativas e de opinião, percebemos que a análise das representações sociais tem sido crescentemente reconhecida pela comunidade acadêmica, tanto para as pesquisas na área de psicologia social, quanto educação, saúde, cultura, entre outras. As representações, de acordo com Moscovici (1978; 2003) e Jodelet (2001), consistem num conhecimento construído e compartilhado, de forma coletiva, por determinado grupo de indivíduos, que elaboram e interpretam a realidade. Pelo seu dinamismo, conduzem e norteiam comportamentos e interações dos sujeitos com o meio.

Tendo surgido originalmente como atualização da psicologia social, aplicada à psicanálise, as representações sociais assumiram papel protagonista em estudos realizados em diversos países europeus e no Brasil, onde pesquisadores se dedicam tão gravemente à área que já são chamados “a escola brasileira de representações sociais”, como identificou a veterana Denise Jodelet (2003). Para ilustrar essa situação, verificamos, no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que, em 2010, foram publicadas 272 dissertações iluminadas pela Teoria das Representações Sociais. Sobre as representações sociais na extensão

universitária, no entanto, encontramos apenas uma: *Representações sociais sobre o Projeto de Extensão ATUT: reciclando vidas com inclusão social, em Porto Alegre*².

No Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE, também encontramos pesquisa baseada nas categorias oferecidas pelas representações sociais: *Imagem jornalística e desenvolvimento local: as representações dos sertões na mídia brasileira*, defendida em 2011 pela pesquisadora Juliana Andrade Leitão.

Antes de esmiuçar as particularidades do nosso estudo, no entanto, julgamos relevante contextualizar essa relação da UFRPE com seu entorno no que diz respeito à extensão universitária. No caso aqui exposto, apesar da forte presença do campus no bairro de Dois Irmãos, a comunidade vizinha se caracteriza pela precariedade de condições socioeconômicas, em cenário que pouco se harmoniza com o ambiente acadêmico.

A fim de contribuir para a valorização desse entorno, ainda carente de infraestrutura e renda, a Universidade Rural desenvolve projetos e ações que sugerem tanto a inclusão das comunidades na academia quanto a geração de fatores de desenvolvimento nas localidades. A Pró-Reitoria de Atividades de Extensão (PRAE) da UFRPE centraliza a maior parte de tais intervenções sociais da instituição, por meio de programas culturais, educacionais e de impacto na geração de renda envolvendo os moradores e entidades representativas do entorno.

Tanto pelas dimensões da instituição quanto pelo alto nível de responsabilidade perante o público externo que requer, a Universidade Federal Rural de Pernambuco necessita de forte interação com seus atores externos. Com cerca de mil professores, quase mil técnicos e mais de 15 mil estudantes (UFRPE, 2010), a comunicação da Universidade se divide em esferas distintas de sujeitos, mas não contempla efetivamente os moradores das comunidades circunvizinhas. Isso porque, entre outras questões, existem diversas lacunas de diálogos entre esses sujeitos, que possuem, cada um a seu modo, fundamental importância no desempenho das funções peculiares e da construção de objetivos que são comuns à Instituição.

² Dissertação de mestrado desenvolvida por Cristine Kaufmann, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2010. A pesquisa no Banco de Teses da Capes foi realizada a partir da busca pela expressão exata “Representações Sociais e Extensão Universitária”.

Ao se propor reflexão acerca da Universidade Rural, é importante, primeiro, conhecer a missão, a visão e os objetivos da Universidade (UFRPE, 2010):

MISSÃO - “Ser uma Instituição de excelência no desenvolvimento de pessoas, voltada para a busca do conhecimento científico e para a inovação tecnológica, atendendo aos anseios da sociedade.”

VISÃO - “Desenvolver políticas educacionais, visando o crescimento do conhecimento científico e tecnológico em diversas áreas e proporcionar através da responsabilidade social o desenvolvimento sustentável e o empreendedorismo”.

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

- Capacitar recursos Humanos, em nível de graduação, nas diferentes áreas de conhecimento aptos para inserção em setores profissionais e para participar do desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Desenvolver pesquisas básicas e aplicadas, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura;
- Promover cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*, que atendam as exigências do mercado de trabalho;
- Promover a extensão visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, integrando-se nas soluções dos problemas estaduais, regionais e nacionais;
- Formar e capacitar professores para o Ensino Básico e profissional nas diversas áreas de conhecimento;
- Promover cursos sequenciais no campo de saber, de diferentes níveis de abrangência. (UFRPE, 2010, p.14).

Observa-se, no texto, publicado anualmente nos Relatórios de Gestão da universidade, a grande preocupação com ensino, pesquisa e extensão, sendo que o último pilar não seguia uma política específica dentro da instituição até 2008, quando foi instituído o Plano Político Pedagógico (PPI) da UFRPE (UFRPE, 2008). No documento, além de diversas menções ao longo do texto, há espaço específico para a “Política de Extensão” (IDEM, p.17).

Conforme descrito no documento oficial, a universidade se propõe a desenvolver atividades de extensão a partir de ações que promovam articulação entre instituição e comunidade, permitindo tanto a *transferência* dos conhecimentos desenvolvidos intracampus para a sociedade quanto a captação das necessidades e demandas dessa mesma sociedade pela universidade, de modo a se orientar a produção de novos conhecimentos. Seriam prioridades, de acordo com o PPI, as políticas públicas que envolvam “comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho” (UFRPE, 2008, p.17). Cursos, eventos, prestação de serviços, entre outras ações, são propostas da UFRPE para estabelecer o contato com a comunidade externa.

Entre os objetivos das atividades extensionistas previstas na política, destacam-se:

- estabelecer mecanismos de integração entre o saber acadêmico e o saber popular, visando uma produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática;
- democratizar o conhecimento acadêmico e a participação efetiva da sociedade na vida da Instituição de educação superior;
- incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos;
- participar criticamente das propostas que visem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural (UFRPE, 2008, p.18).

Chama a nossa atenção o último objetivo, relacionado à participação crítica da UFRPE com o desenvolvimento das comunidades, abrangendo diversas perspectivas, que podemos situar dentro do desenvolvimento local. É de interesse da universidade – mais ainda, há previsão oficial –, portanto, intervir no desenvolvimento das comunidades com as quais a UFRPE se relaciona.

De acordo com informações da Coordenação de Integração Comunitária da PRAE/UFRPE, a universidade procura atuar na promoção de desenvolvimento da comunidade de Sítio dos Pintos principalmente por meio de projetos de educação ambiental. Um dos exemplos, de acordo com a coordenadora, Fátima Navarro³, são as ações do Núcleo de Educação e Gestão de Responsabilidade Ambiental (Negra), que permite a integração de alunos das escolas do entorno com estudantes da universidade, em atividades pedagógicas e vivências.

Outro projeto é o de apoio à cooperativa de catadores Cataluxo, criada e incentivada pela PRAE e que representa cerca de 25 famílias carentes do entorno. Programas de fomento à geração de renda, por meio de capacitações profissionais, também são mantidos pela pró-reitoria, como o Universidade Cidadã: Aberta à Terceira Idade, que mobiliza pessoas da comunidade para a produção e a comercialização do artesanato.

Apesar dos esforços da PRAE/UFRPE em ações pontuais, no entanto, percebe-se, tanto na relação oficial de projetos de extensão da universidade quanto na fala de moradores de Sítio dos Pintos, a ausência de uma relação dialógica que permita à instituição conhecer as reais necessidades da comunidade e consequentes intervenções.

³ Entrevista realizada em 24 de novembro de 2010 na PRAE/UFRPE

Ao se conhecer, de forma particular, a realidade sociocultural das pessoas que vivem no Sítio dos Pintos – que engloba as comunidades de Córrego da Fortuna e Sítio São Braz, distritos a cuja divisão não nos deteremos na pesquisa em questão, tendo em vista o caráter subjetivo e não territorial da abordagem – e que, de alguma forma, se relacionam com as atividades de extensão da UFRPE, pode-se perceber como se dá o diálogo da vizinhança com a Universidade Rural por meio da extensão universitária para incentivo ao desenvolvimento local.

A importância de compreender essa relação reside principalmente no fato de que as práticas de extensão devem se basear nas reais necessidades das pessoas que vivem na comunidade, uma vez que importa à universidade, a partir desse pilar do tripé ensino-pesquisa-extensão, fazer a diferença na melhoria da qualidade de vida e, no caso particular, do desenvolvimento local.

A temática da extensão universitária vem sendo tratada por diversas áreas da academia. Desse universo, podemos destacar as publicações e discussões acerca do Plano Nacional de Extensão Universitária, realizadas principalmente no âmbito do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex). O estado da arte da extensão se desenha atualmente a partir de estudos e publicações que priorizam ações isoladas de extensão da universidade junto a comunidades, contudo ainda traz leitura metalinguística da universidade sobre a universidade do ponto de vista da extensão.

Um dos exemplos é a *pesquisa Comunidade e universidade: estranhamentos da conexão extensionista na lomba do pinheiro*, desenvolvida por Camila Albani Petró, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Outra pesquisadora, Elisabete Oliveira Colaço, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, produz atualmente sobre *Extensão universitária e os caminhos para a universidade: uma forma de fomento ao ensino superior*. Ambas foram apresentadas durante o 5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, que se realizou em novembro de 2011.

O processo de investigação

Mediante essas considerações que justificam a relevância da pesquisa para Sítio dos Pintos, para a UFRPE e para o Posmex, traçamos as diretrizes do nosso estudo, baseadas nos objetivos inicialmente propostos. Assim como enfatiza Minayo (2001),

acreditamos que é a partir dos objetivos que escolhemos e construímos os métodos e instrumentos da pesquisa. A metodologia deve ser definida com base nessas propostas, que devem ser o foco de todas as etapas do estudo.

A fim de justificar os passos da investigação aqui descrita, apresentamos os objetivos geral e específicos desta pesquisa. O objetivo geral foi: analisar as representações sociais dos moradores do Sítio dos Pintos sobre as políticas de extensão da UFRPE voltadas ao desenvolvimento local. Os objetivos específicos foram assim definidos:

- Conhecer o cotidiano e as potencialidades de Sítio dos Pintos a partir das representações sociais;
- Analisar a comunicação entre a UFRPE e a comunidade por meio da extensão;
- Descobrir se as políticas de extensão da UFRPE contribuem para o desenvolvimento local da comunidade.

O referencial teórico do nosso estudo privilegiou as categorias: representações sociais, extensão universitária e desenvolvimento local, entrelaçados por conceitos situados nas abordagens que incluem capital social, cotidiano, memória e comunicação. A discussão teórica foi trabalhada ao longo dos capítulos 1 e 2. Com a conclusão do estudo teórico, partimos para a realização de entrevistas semiestruturadas, tendo em vista o caráter essencialmente qualitativo da pesquisa.

A partir da realização da pesquisa de campo e da análise de dados, estruturamos nossos escritos em quatro capítulos, divididos de maneira a tornar clara a análise, desde a discussão teórica ao tratamento dos dados. Dessa forma, tratamos, no primeiro capítulo, de contextualizar a pesquisa em seus aspectos macros, a partir da discussão teórica em torno da relação entre extensão e desenvolvimento local, fios condutores que costumam aspectos da comunicação e também do capital social. Freire (1983) oferece os primeiros sentidos da extensão, que desenvolvemos com o aporte relacionado à universidade de autores como Nogueira (2005) e Kunsch (1992).

No segundo capítulo, partimos para a aproximação com nosso objeto de estudo, que, tanto pela metodologia escolhida quanto pela necessidade de desenvolver o tema com maior clareza, é precedido por desenvolvimento teórico acerca da Teoria das Representações Sociais. Também trazemos à luz estudos sobre cotidiano, comunidade e memória, relacionando-os à realidade e às subjetividades da comunidade analisada.

No terceiro capítulo, descrevemos mais detalhadamente a metodologia da nossa pesquisa, de essência qualitativa e baseada na Teoria das Representações Sociais. A metodologia aplicada tem, num primeiro momento, a análise dos conceitos teóricos acerca das categorias que darão aporte à pesquisa empírica. Nesse capítulo, aproximamo-nos dos sujeitos da pesquisa, com a apresentação do grupo de pessoas entrevistadas, vinculadas ao universo pesquisado e a seus próprios contextos e mediações. Não deixamos explícita a identidade de cada entrevistado, no entanto, uma vez que a análise dos achados da pesquisa foi realizada com o aporte teórico-metodológico do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), desenvolvido por pesquisadores da Universidade de São Paulo – USP (LEFEVRE E LEFEVRE, 2010) e por meio do qual é possível chegar a um discurso em primeira pessoa, que traduz as representações sociais de grupos e comunidades. Dessa forma, pretendemos valorizar o discurso da entidade moradores do Sítio dos Pintos, sem personificar as falas individualmente.

Para tal método de análise, utilizamos, no tratamento de dados, o Qualiquantisoft, software desenvolvido por Lefevre e Lefevre na USP, em parceria com a Sales & Paschoal Informática. A finalidade da utilização desse recurso é facilitar a realização de pesquisas qualitativas, de opinião ou quali quantitativas que se valham da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo.

No nosso caso, o software permitiu maior agilidade no momento de buscar os achados das entrevistas transcritas, uma vez que o recurso ajuda a identificar as coincidências, categorias, Ancoragens e Ideias Centrais das falas, artifícios cujos detalhes exploramos mais adiante.

Capítulo 1 – Extensão universitária, desenvolvimento local e capital social

Por extensão entende-se, ao primeiro olhar semântico, o ato de estender algo a alguém. Freire (1983), ao tratar dessa base conceitual, observa que, de acordo com a origem da palavra, o extensionista é a pessoa que estende técnicas e conhecimentos a alguém que, a princípio, não seria dotado desses bens simbólicos. O estudioso critica um dos sentidos da palavra extensão, que é a “entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra *atrás do muro* àqueles que se encontram *além do muro, fora do muro*. Daí que se fale em atividades extra-muros)”. (FREIRE, 1983, p.12, Grifo do autor).

Nessa busca pelas origens da expressão, recorremos ao próprio Freire, quando afirma que:

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a *outra parte do mundo*, considerada inferior, para, à sua maneira, *normalizá-la*. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. Daí que, em seu *campo associativo*, o termo extensão se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc. (FREIRE, 1983, p.13, Grifos do autor)

Observa-se, no conceito de extensão explorado por Freire (1983), um tom de superioridade, criticado pelo autor por suprimir o caráter educativo das ações em função de propagação de ideias de um universo cultural alheio na mentalidade *depositária* dos menos favorecidos, que receberiam mecanicamente a comunicação dos ensinamentos. Nesse sentido, o autor acredita que qualquer esforço de educação popular deve se estabelecer a partir da comunicação de um sujeito com outro em torno do significado signifiante, de modo que se possa aprofundar a tomada de consciência da realidade. Para o autor, o mundo dos seres humanos se configura essencialmente num mundo de comunicação, onde não haveria sujeitos passivos.

De acordo com Freire, “o que caracteriza a comunicação é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo” (FREIRE, 1983, p.45). Para completar a ideia, o autor sugere que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a

transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.” (FREIRE, 1983, p.46).

A partir dessa visão crítica da extensão, percebe-se a relação fundamental do termo com a educação e a comunicação enquanto processos dialéticos e dialógicos. Embora o autor tenha se dedicado mais especificamente à questão da extensão rural, pode-se ampliar o debate para a extensão universitária, possível de ocorrer em espaços e comunidades rurais ou urbanas.

As políticas de extensão devem ser vistas como o cordão umbilical da comunicação entre a universidade e a sociedade, pois se configuram numa via dialógica oficial entre as partes, que interagem em projetos voltados a melhorias ou assistência locais. Contudo, esse rico canal dialógico nem sempre permanece *gigante pela própria natureza*, por necessitar, antes de tudo, de planejamento e ações que viabilizem as políticas de extensão dentro da universidade.

Para Kunsch (1992), a universidade é um centro de produção sistematizada de conhecimento e, portanto, tem a necessidade e o dever de canalizar seus potenciais para prestar serviços à comunidade. Dessa forma, essa via de diálogo aberta com a sociedade é, segundo a autora, uma forma de a universidade revigorar programas de cunho cultural e científico, permitindo ainda a irradiação, junto à opinião pública, a pesquisas, debates, e avanços em ciência e tecnologia.

Para a autora, apesar do importante papel que desempenha na construção da sociedade, a universidade não deve se colocar acima do bem e do mal, isolar-se do mundo, mas “atuar de forma que seu ensino, sua pesquisa e seus serviços de extensão atendam às exigências dos novos tempos, sob a perspectiva de um enfrentamento dos problemas da estrutura socioeconômica vigente” (KUNSCH, 1992, p.23).

A universidade possui a responsabilidade de compartilhar o conhecimento com a sociedade, de maneira que a instituição torne o saber democrático. Ou seja, a atitude de manter a produção científica e as descobertas do ensino presas em prateleiras e arquivos restritos à comunidade acadêmica não se harmoniza com as políticas de extensão, que são justamente a ponte para o diálogo da universidade com a sociedade externa.

A comunicação com quem está além dos muros do campus, portanto, surge como processo indispensável para o desenvolvimento de políticas estratégicas de extensão. “Um serviço de comunicação é o melhor caminho para a abertura de novos

canais de diálogos e democracia, dentro e fora da universidade.” (KUNSCH, 1992, p.27).

Antes da incursão nas políticas da extensão, é importante questionar a universidade não apenas em seu relacionamento com a sociedade, mas também a partir da visão que a própria universidade tem sobre a responsabilidade com o outro, o indivíduo extra-campus. Ribeiro (1982) já tratava sobre a crise da universidade entre as décadas de 1960 e 1980, quando se referia a fatores como a modernização reflexa e o crescimento autônomo e sua ligação com as aplicações sociais. Segundo o autor, a academia seguiria a tendência de permanecer “inconsciente de si mesma e da sociedade a que serve” se permanecesse escrava da modernização reflexa e da visão progressista de crescimento a todo custo. Para o autor,

Enquanto a política modernizadora aspira só a reformar a universidade, de modo a torná-la mais eficiente no exercício de suas funções conservadoras dentro de sociedades dependentes e submetidas à espoliação neocolonial, a política autonomista pretende transfigurar a universidade como um passo no sentido da transformação da própria sociedade, a fim de permitir-lhe, em prazos previsíveis, evoluir da situação de vida e de prosperidade de outras nações – à dignidade de povo para si, senhor do comando de seu destino e disposto a integrar-se na civilização emergente como nação autônoma (RIBEIRO, 1982, p.26).

Embora trabalhasse um contexto ilustrado por padrões conceituais como “países subdesenvolvidos” e “países desenvolvidos”, tendo em vista a época da publicação, Ribeiro (1982) traz à tona a importante questão da ruptura com o positivismo modernizador para a construção da autonomia na universidade, que, ainda hoje, prende-se a estruturas travadas para o diálogo com a comunidade.

A autonomia universitária também aparece nas críticas de Santos (2007) ao *modus operandi* da academia atual. O autor acredita que o grande paradoxo gira em torno de a universidade ter que produzir conhecimentos sofisticados e, ao mesmo tempo, democratizar o acesso ao ensino. Daí viria a gênese da “crise de legitimidade” (SANTOS, 2007, p. 69), que promove o sentido exatamente contrário do que propunha Ribeiro, quando esperava a transformação autonomista como solução para a mesma crise.

De acordo com Santos, se a universidade foi – ao menos teoricamente – criada na autonomia, hoje procura se conduzir como empresa, a partir de critérios administrativos como eficácia e eficiência. O autor chega a falar na existência de um

“mercado global de serviços universitários” (SANTOS, 2007, p.69), o que certamente distancia a academia do outro que vive no mundo além-campus. O teórico acredita que:

A crise de legitimidade tem que ver com a criação de uma universidade de proximidade, de um bem público que realmente seja acessível, com qualidade, que esteja relacionado com os problemas da sociedade onde está situada. (SANTOS, 2007, p.69)

Num aspecto que interessa diretamente à nossa análise, Santos (2007) pondera que um dos fatores da crise de legitimidade dos centros acadêmicos seria uma nova forma de extensão universitária – já efetivada em alguns países – concentrada em políticas rentáveis de serviços para a comunidade. Para o teórico, trata-se de “uma perversão do que deveria ser a autêntica extensão, que é solidária com as comunidades” (SANTOS, 2007, p.70).

Dessa forma, observando o comportamento da universidade global do ponto de vista da extensão, e notando grandes coincidências nas críticas de estudiosos de ontem e de hoje, vemos que esse braço da universidade parece não ter se desenvolvido no ritmo de outros avanços acadêmicos, e até ter sofrido certo retrocesso ao longo dos tempos. A fim de compreender melhor esses contextos, é necessário adentrar numa breve história da extensão brasileira.

O surgimento oficial da extensão no Brasil ocorre por meio do Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, por ocasião do lançamento do *Estatuto da Universidade Brasileira*, lançado pelo então ministro Francisco Campos. No documento, compreende-se que:

A extensão universitária se destina a dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da Universidade, dando assim maior amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias, que concorrerão, de modo eficaz, para elevar o nível da cultura geral do povo (BRASIL, 1931, p.09).

O Artigo 109 do Estatuto esclarece que a extensão universitária “destina-se à difusão de conhecimentos, filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo” (BRASIL, 1931, p.17). Evidencia-se, nesses trechos do documento que origina a atuação estatal na relação entre a universidade e as comunidades externas, a visão da extensão como prática difusora de ideias da universidade para receptores carentes de conhecimento. Falta no texto referências ao diálogo, como reclamou Freire (1983), e predomina, naquele e em outros documentos

estatais, o olhar da universidade como detentora e manipuladora de mensagens restritas a serem transmitidas, de forma persuasiva, às comunidades. Nota-se também, nos trechos do Estatuto, a abordagem desenvolvimentista e progressista acerca das universidades, capazes de “elevar” e “aperfeiçoar” o povo.

De acordo com Rocha (2009), tal visão é reforçada, em 1934, com a implantação da Universidade de São Paulo (USP) e, em 1935, da Universidade do Distrito Federal, que propunham a extensão como espaço de divulgação da produção científica e acadêmica, por meio de eventos, cursos e meios de comunicação, como rádio e cinema. Após conflitos e polêmicas que pouco modificaram a essência da extensão, a década de 1980 foi o início de processo de discussão entre as universidades brasileiras e o Ministério da Educação sobre o conceito e as diretrizes da extensão no País.

Em 1987, o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras inaugurou uma série de espaços de debate, que culminaram na conceitualização de extensão e na elaboração de orientações para a ação extensionista, gerando avanços consideráveis. (ROCHA, 2009). Um dos avanços foi a elaboração do *Plano Nacional de Extensão Universitária*, cujo conceito de extensão vigora até hoje:

processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA *apud* NOGUEIRA, 2005, p.84).

Conforme sugere Nogueira (2005, p.12), repensar a extensão significa entendê-la como instrumento de democratização do conhecimento construído na universidade e atender às demandas mais urgentes da população. De acordo com a autora, na concepção da legislação brasileira, permanece a influência das vertentes europeia – projetada na realização de cursos – e americana, que se baseia na prestação de serviços. Dessa forma, é ainda preponderante o caráter transmissor, via

única, da universidade para as comunidades. “Não se percebe a troca de saberes entre universidade e sociedade. Essa é vista como mera receptora” (NOGUEIRA, 2005, P.23).

Há esforços, no entanto, como explora a autora, para se direcionar as ações de extensão universitária a partir de conceito mais amplo, que priorize a ideia de comunicação entre universidade e sociedade, não mais no sentido de transmissão de conhecimento, mas de interlocução. “No contato com a sociedade, o conhecimento produzido é testado e confrontado com a realidade e retorna à academia reelaborado” (NOGUEIRA, 2005, p.33).

A autora, ao se concentrar nos fatos como eles são, acaba conduzindo o assunto numa visão que pode parecer utópica se observarmos o quadro da extensão em universidades como a UFRPE, entre tantas outras. Embora seja importante direcionar as ações ao diálogo comunicativo, a prática da extensão necessita de algo mais do que apontamentos e diretrizes. Se ainda é lento o ritmo dessa transformação subjetiva, as universidades devem partir para a reinvenção da extensão, de modo que se tornem concretos objetivos hoje quase intangíveis. Nessa linha, Santos (2007, p.70) sugere uma extensão inversa, no sentido de trazer outros conhecimentos para dentro do campus, a exemplo das “butiques de ciência”, que o autor apresenta como nova forma de pesquisa-ação por meio da qual os projetos são iniciativas dos cidadãos que, incapazes de pagar por serviços que lhe resolvam problemas, procuram as universidades para trabalho interdisciplinar.

Mas de que maneira essa extensão, linear ou inversa, pode contribuir efetivamente para a comunidade além-muro? Como o conhecimento produzido, adquirido e difundido nas academias colabora para a melhoria da qualidade de vida de cidadãos que não participam diretamente da vida no campus? Tendo em vista a preocupação com a aplicação do conhecimento para melhor qualidade de vida da sociedade, traduzida em grupos, guetos ou associações, podemos associar essas benesses a um conceito que tem sido largamente explorado após as primeiras análises sobre o fenômeno da globalização: o desenvolvimento local.

Ao se tratar de desenvolvimento, é necessário ponderar o que se pretende para determinado grupo ou comunidade, a partir de uma perspectiva que vislumbre as reais necessidades locais. O conceito de desenvolvimento local, explorado por

diversos autores contemporâneos, aponta para o distanciamento da visão meramente econômica e positivista do desenvolvimento.

De acordo com Oliveira (2001), essa perspectiva local do desenvolvimento corresponde a noções como as de desenvolvimento humano, cidadania, bem-estar e qualidade de vida. Para o autor, “o desenvolvimento local é uma noção polissêmica e necessariamente comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania” (OLIVEIRA, 2001, p. 2).

Compreendido por Araújo (apud Tauk Santos e Callou, 1996, p.72) como “o processo de construção de oportunidades e de melhores condições de vida para populações local, mobilizando capacidades e energias endógenas”, o desenvolvimento local parece permear indiretamente alguns dos objetivos centrais da UFRPE, que, por meio das políticas de extensão, procura estabelecer contato direto com as comunidades, a fim de dialogar em torno de melhorias locais.

Na mesma linha, Buarque (2002) acredita que o desenvolvimento local parte de processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhora da qualidade de vida da população. Para o autor, as iniciativas endógenas demandam normalmente um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade. “O desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que aumentam a governabilidade e governança das instituições públicas locais” (BUARQUE, 2002, p.26).

De acordo com o autor, para ser consistente e sustentável, esse modelo de desenvolvimento deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local. Com relação aos recursos naturais locais, Buarque acredita que o desenvolvimento local deve assegurar sua conservação, que considera a base das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. (BUARQUE, 2002).

Já Carlos Julio Jara (1998) propõe nova estrutura conceitual holística afastada dos modelos economicistas. Trata do desenvolvimento local sustentável como sistema capaz de resgatar a centralidade da dimensão social e de revisar a matriz antagônica implícita no modelo de crescimento linear prevalecente, hoje governado pelo valor da competitividade.

Para o autor, há de se ter cuidado com o fortalecimento de uma corrente de pensamento que promove o reducionismo conceitual, a partir do princípio da conciliação entre o crescimento econômico e a gestão nacional dos recursos naturais. Para Jara, “o conceito de desenvolvimento sustentável está se aburguesando” (JARA, 1998, p. 53). Essas considerações do teórico são importantes na medida em que alertam para muitos erros em que incorrem pesquisadores ao tratar de desenvolvimento, muitas vezes descuidadamente associado a progresso, a benefício econômico.

A fim de seguir o caminho da sustentabilidade pela via dos princípios da solidariedade e da preocupação com o futuro, Jara sugere a municipalização do desenvolvimento sustentável, com a organização, a mobilização, o fortalecimento e a articulação sociais. Tais estratégias indicam investimentos na comunicação dos diversos atores sociais do âmbito local, a partir da geração de novos sistemas de informação e de redes sociais. Conforme pondera o autor, municipalizar o desenvolvimento traduz a nova estratégia de desenvolvimento local, que deve promover novas formas de organização e integração social que contemplem a diversidade de sujeitos e facilitem a concentração de interesses.

Para trilhar esse novo caminho, seria preciso construir instâncias de participação social por meio do aumento da capacidade de gestão e negociação da população, a melhoria da qualidade do associativismo e do *empoderamento* das organizações. “É urgente construir um novo paradigma de desenvolvimento global/local ou, por que não dizer, de desenvolvimento global sustentável. O desenvolvimento local sustentável é a contrapartida da globalização sustentável” (JARA, 1998, p. 70), analisa.

Em se tratando das relações entre comunidade e academia, a partir de políticas de extensão universitária, a perspectiva do desenvolvimento local pode ser encaixada no vislumbre da educação como fator de mobilização. Se as universidades se sustentam no pilar do conhecimento, o diálogo com as comunidades, para contribuição com o desenvolvimento local, deve se dar, entre outros aspectos, a partir de projetos educacionais.

Para Dowbor (2006), a ideia de educação para o desenvolvimento local está vinculada à formação de pessoas que possam vir a participar de iniciativas

transformadoras no entorno em que vivem. A educação e a informação, nesse caso, devem ser princípios indissociáveis, uma vez que contribuem para o autoconhecimento e a valorização das potencialidades endógenas. Segundo o autor, “a educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la” (DOWBOR, 2006, p.1).

Ao explorar a relação não excludente, mas coerente do global com o local, Dowbor ainda pondera que a educação na perspectiva do desenvolvimento local não deve se desfazer dos princípios gerais e planetários. Para o autor, deve-se esperar “a compreensão de como os conhecimentos gerais se materializam em possibilidades de ação no plano local” (DOWBOR, 2006, p.3). Essa preocupação com a educação como pilar para a geração do desenvolvimento local é um dos sustentáculos da essência da extensão universitária, focada na educação e no diálogo comunicativo da universidade com a comunidade.

Se o desenvolvimento local está associado ao processo sustentável de aproveitamento e valorização de oportunidades e capacidades endógenas, pressupõe-se a participação dos atores internos, a fim de que se possa catalisar as potencialidades locais. Essa união de forças de sujeitos, com seus valores individuais e coletivos, mas sempre numa perspectiva social, tem o intuito de promover melhora integral da qualidade de vida das populações nos territórios. Nesse contexto, o conceito de capital social ocupa espaço de destaque nas discussões científicas e nos procedimentos empíricos, graças à percepção de importantes variáveis como reciprocidade, cooperação e solidariedade.

Na tentativa de se buscar as origens do conceito de capital social, certamente recorrer-se-ia a autores como Alexis de Tocqueville⁴, que analisou padrões de participação cívica e política nas relações associativas entre diversas organizações voluntárias. Contudo, ao menos no que se refere ao campo da sociologia, uma das primeiras análises sistemáticas do conceito foi realizada por Pierre Bourdieu (1998).

Para o autor, o capital social pode ser explicado como:

⁴ Autor de **A democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...], mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998, p.67).

De acordo com Bourdieu, o capital social ilustra bem circunstâncias nas quais as pessoas podem aproveitar sua participação em grupos e redes para conquistar méritos e alcançar objetivos. Trata-se de um instrumento da ação coletiva, uma espécie de força-tarefa que ajuda a ativar as redes sociais promovendo outros tipos de capitais – termo utilizado, segundo o autor, pela possibilidade de acumulação, conversão e reciprocidade –, inclusive o cultural (BOURDIEU, 1998). Embora não tenha se referido diretamente à extensão universitária, a teoria do autor demonstra os mesmos valores que deveriam ou poderiam nortear as intervenções educacionais, capacitadoras, comunicacionais, participativas ou, pelo menos, motivadoras, da universidade na comunidade.

De forma distinta, porém não contradicente, Coleman (2001) defende que o capital social seja concebido como um bem público, uma vez que está ligado diretamente às relações entre indivíduos. Para o autor, o fenômeno se define por sua função e constitui um tipo particular de recurso à disposição do ator. Segundo ele:

É uma variedade de entidades distintas com dois elementos em comum: todas elas contêm alguma dimensão das estruturas sociais e todas elas facilitam certas ações dos atores – pessoas ou atores corporativos – dentro da estrutura” (COLEMAN, 2001, p. 51, Tradução nossa).

Ainda em se tratando do conceito, Putnam (2001) também abordou o capital social a partir de características da organização social, como, por exemplo, redes, normas e confiança, que facilitam a cooperação e a coordenação em benefício mútuo. Para o autor, “o capital social aumenta os benefícios da inversão em capital físico e humano” (PUTNAM, 2001. p. 90. Tradução nossa).

Já Franco (2001) destaca que esses valores e atitudes de confiança, reciprocidade e cooperação não são apenas a expressão de virtudes pessoais, mas, somente a partir da dimensão coletiva, social, é possível a geração do capital social para o desenvolvimento. A princípio, segundo o autor, deve-se observar a relação de parceria que confere a “capacidade de comunidade” para conferir se o fenômeno ocorre numa dimensão social,

e não somente individual ou em nível interpessoal. Para Franco, “comunidades deveriam ser redefinidas [...] como conjuntos de elementos interligados por interdependência” (FRANCO, 2001. p.56).

De acordo com o autor:

Pessoas conectadas com pessoas, a partir de um padrão de rede, geram normas e instituições capazes de consolidar e reproduzir, numa dimensão social, as virtudes atribuídas ao Capital Social.[...] se valores e atitudes de confiança, reciprocidade, cooperação, etc, fossem apenas a expressão de virtudes pessoais, eles não gerariam esse fator social de desenvolvimento chamado Capital Social. E que o Capital Social, portanto, diz respeito a virtudes sociais, virtudes encarnadas em coletividades humanas (FRANCO, 2001, ps.57-58).

Ora, se o capital social funciona como mola propulsora do desenvolvimento local em determinada comunidade, admite-se que a extensão seja uma das ferramentas para impulsionar essa força, que precisa de estímulo para se aplicar aos grupos de indivíduos com objetivos ou simplesmente realidades comuns.

Para Marteleto e Silva (2004), embora o capital social seja produzido coletivamente a partir das relações sociais que existem nas comunidades, os benefícios que gera não podem ser antecipadamente mensurados. Sua análise deve, segundo os autores, transcender as externalidades típicas. Acreditam que, mesmo que o capital social possa ser associado ao desenvolvimento local, sua promoção não é trivial ao ponto de ser quantificada e exatamente mensurada.

De acordo com os autores, três redes ampliam o alcance das ações da comunidade:

os laços entre os membros da comunidade, isto é, entre pares ou iguais (capital social de ligação); entre os membros da comunidade e representantes de organizações não-governamentais, que ampliam os laços da comunidade (capital social de ponte); entre as lideranças sociais e comunitárias e os representantes das instituições acadêmicas, que abrem os contatos dos agentes das redes locais com representantes que têm autoridade e ligação com instituições públicas (capital social de conexão). (MARTELETO E SILVA, 2004, p.47)

Tal noção de laços e redes remete à ideia de troca de fluxos de informações, ou, mais amplamente, à comunicação. Conforme ressalta Matos (2009), o conceito de capital social está estreitamente relacionado com as interações nas redes sociais por meio de práticas comunicativas, seja na relação interpessoal ou naquelas marcadas pela

interferências dos meios de comunicação massivos ou populares. Conforme as impressões da autora, “esse conjunto de trocas sociais guiadas pelas normas de confiança e reciprocidade pode contribuir para o desenvolvimento do capital social” (MATOS, 2009, p.70).

Na direção de estudos contemporâneos, nas áreas de ciências políticas e comunicação social, percebe-se maior interesse no papel que as interações comunicativas cotidianas desempenham nas capacidades relacionadas à participação política e à construção da cidadania. No que diz respeito à comunicação como extensão, ou seja, no caso presentemente estudado da relação da comunidade vizinha à UFRPE com a instituição, a partir de suas políticas de extensão universitária, é importante refletir sobre o entrecruzamento dos fluxos comunicacionais da vida cotidiana. Nesse sentido, Matos pondera que:

O modo como percebemos e interpretamos o mundo depende de um tipo de conhecimento partilhado que é constituído nas conversações rotineiras que nos permitem viver juntos, interagir com os outros. Esse conhecimento proporcionado pela conversação cotidiana é também responsável pela formação da opinião pública. Contudo, ele se diferencia daquele propiciado pelo debate nas esferas públicas voltado para a produção das decisões. Assim, as conversações têm um papel importante não só na formação de esferas públicas de debate coletivo, mas também na estruturação da opinião pública, entendida como resultado do conhecimento produzido pela troca de ideias em torno de uma questão pública (MATOS, 2009, p.81).

Matos acredita, portanto, que a conversação cotidiana é parte significativa da socialização e integração cultural, de modo que contribui para a constituição de redes de interação, confiança e laços de solidariedade, ou seja, elementos que sustentam o conceito de capital social.

Em linha semelhante, Dowbor (2001) salienta que o cidadão informado se torna alguém que pode participar diretamente dos processos de transformação política e social, fazendo os sistemas evoluírem da democracia representativa para a democracia participativa. “O auto-conhecimento pelas comunidades abre espaço para a resolução descentralizada de problemas e a organização de frentes de trabalho voluntário de diversos tipos” (DOWBOR, 2001, p.3). Dessa forma, a comunicação assume papel imprescindível no processo de transformação institucional, público e comunitário, servindo de catalisador e fator de dinamismo.

Uma vez que as políticas sociais são capilares, de maneira geral, faz-se necessário articular, para efetivo êxito em cada agrupamento, pequenas iniciativas. Para tanto, Dowbor sugere a formação de uma rede de comunicação, a fim de que se potencializem os impactos da informação, ao permitir que cada comunidade conheça o que se faz em outras localidades. As instituições que se propõem ao diálogo com as comunidades para a geração de desenvolvimento local devem, portanto, se encarregar dessa gestão comunicacional, como pondera o autor:

É igualmente essencial levar em conta que fica normalmente difícil para pessoas que estão dinamizando uma importante mas pequena iniciativa em algum bairro ou município do interior, pensarem e organizarem a divulgação do que fazem. A lenta e fundamental construção do capital social pelo país afora, através de milhares de iniciativas dispersas, normalmente não adquire nenhuma visibilidade. Quem tem melhores condições de elaborar e facilitar o funcionamento desta rede de comunicações e de divulgação são pessoas e instituições que profissionalmente estudam estas experiências (DOWBOR, 2001, p.6).

Dessa forma, interessa refletir sobre a articulação e a gestão dos sistemas locais de comunicação, além da organização das redes que deverão valorizar a informação, de forma participativa, gerar efeitos multiplicadores. Essa visão da informação compartilhada, segundo Dowbor, consiste em gerar, sistematizar e fazer circular a informação, tendo como principal referencial a utilidade que esse esforço representa para os próprios atores sociais envolvidos no processo.

O desafio se configura, portanto, em “gerar uma dinâmica que permita colocar em rede o que já existe, construir gradualmente a navegabilidade neste universo, e criar gradualmente por tabela a melhoria dos sistemas de elaboração de informação de cada ator do processo” (DOWBOR, 2001, p.6).

Para que a extensão universitária se preste a esse papel vinculado ao desenvolvimento local e mobilizado pelo capital social, numa comunidade, é necessário e prioritário que se conheçam a realidade, os anseios, as subjetividades e as contingências daqueles indivíduos, reunidos num mesmo contexto pelas mais diversas razões, mas compartilhando a esperança transformadora. Dessa maneira, a fim de se analisar as possibilidades de desenvolvimento local em determinado grupo, é preciso conhecer, antes de dar qualquer passo, quem são as pessoas daquela configuração e o que pensam, o que desejam e o que percebem.

No caso presentemente estudado, analisamos esses pormenores a partir das representações sociais de moradores de Sítio dos Pintos acerca das políticas de extensão da UFRPE, na perspectiva do desenvolvimento local, como veremos no capítulo seguinte.

Capítulo 2 – Representações sociais e cotidiano na comunidade

Para alcançar as subjetividades e impressões compartilhadas pelos moradores de Sítio dos Pintos acerca das políticas de extensão da UFRPE na perspectiva do desenvolvimento local, torna-se fundamental conhecer as representações sociais da comunidade, objetivo maior da presente pesquisa. Antes, no entanto, de chegarmos, de fato, aos sujeitos da análise e suas implicações relacionadas à instituição, desenrolaremos, neste capítulo, o carretel da Teoria das Representações Sociais, fio condutor que nos levará à compreensão de quem são as pessoas que estão além dos muros da UFRPE, seus vizinhos de porta, porém ainda incógnitos na história centenária da universidade.

Em seguida, transitamos por teoria complementar, contudo também importante para nossa análise, que envolve abordagens sobre cotidiano, bairro, lugar e comunidade. A fim de contemplar um aspecto também relevante da nossa pesquisa, as características da comunidade desde sua formação, trabalhamos ainda as relações entre memória, representações e aspectos que nos deixem à vontade para registrarmos um breve histórico do Sítio dos Pintos. Tal opção, mesmo que não nos detenhamos aos detalhes, nos parece interessante para compreendermos, mais adiante, as representações sociais dos moradores da comunidade e suas implicações com a Universidade Federal Rural de Pernambuco e com o desenvolvimento local.

2.1 As representações sociais

A ideia de representações sociais surge a partir da necessidade do estudioso romeno Serge Moscovici de promover a interação entre a Psicologia e a Sociologia. A partir da obra *La psychanalyse, son image et son public*, publicada no ano de 1976, o autor se propôs a estudar o pensamento dos franceses sobre a psicanálise e compreender a percepção do tema pelos indivíduos comuns, não-cientistas (SANTOS, 2005).

A fim de introduzir as discussões sobre esse fenômeno, Moscovici parte dos estudos de Durkheim acerca da Teoria das Representações Coletivas, ampliando a abordagem para o âmbito complexo da Psicologia Social. Com as representações sociais, Moscovici pretende não analisar o comportamento humano, mas compreender o

que e como pensavam os indivíduos em interação. Enquanto Durkheim enxergava as representações coletivas como formas de compreensão coletiva estáveis, Moscovici se interessava em explorar melhor a diversidade e a flexibilidade das ideias coletivas nas sociedades modernas. (MOSCOVICI, 2009).

Observa-se que a sociologia em que se sustentou Durkheim percebe e estuda a sociedade de maneira homogênea, uma vez que seria vivenciada por todos os membros da mesma forma com quem partilham a língua, as tensões e os conflitos. As representações coletivas, portanto, implicariam um padrão social estático. Já Moscovici (1978) considera insuficiente a teoria para as sociedades contemporâneas, baseadas na multiplicidade social de sistemas políticos, culturais, religiosos, e as relações individuais e coletivas seriam elementos dinâmicos e heterogêneos.

O fenômeno das representações sociais liga-se aos processos sociais implicados a partir de diferenças nas sociedades. Importa, para Moscovici (1978; 2009), o cruzamento entre os comportamentos individuais e os acontecimentos e percepções sociais no processo de construção da realidade social. Esse talvez seja o caráter mais inovador da teoria moscovicianiana em relação à psicologia social americana, que privilegiava o caráter psicológico e o individualismo em detrimento das variantes sociológicas. Essa vertente da psicologia social tem como contexto o aspecto fundamental da pesquisa, uma vez que “as representações são campos estruturados pelo *habitus* e pelos conteúdos históricos que impregnam o imaginário social” (SPINK, 1995, p.09).

A filosofia utiliza o termo representações sociais para definir o que é reproduzido pela percepção do conteúdo do pensamento. Já as ciências sociais as colocam na condição de categorias de pensamento que expressam a realidade, por meio de condutas. Moscovici afirma que as representações constituem as realidades de nosso cotidiano, servindo como principal meio de estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos um ao outro.

Ao concordar com Kurt Lewin, o autor acredita que, para as pessoas, a realidade é, em grande parte, determinada por aquilo socialmente aceito como realidade. “Distinguimos [...] as aparências da realidade das coisas, mas nós a distinguimos precisamente porque nós podemos passar da aparência à realidade através de alguma noção ou imagem.” (MOSCOVICI, 2009, p.31).

O fenômeno das representações sociais tem, para o autor, laço forte e, ao mesmo tempo, sutilmente atado com o processo da comunicação. As representações são aceitas por ele como um produto da interação e comunicação, tomando inclusive a forma comunicativa, como consequência do equilíbrio desses processos sociais. Essa relação é claramente identificada quando Moscovici define uma representação social como:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em um mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2009, p.21).

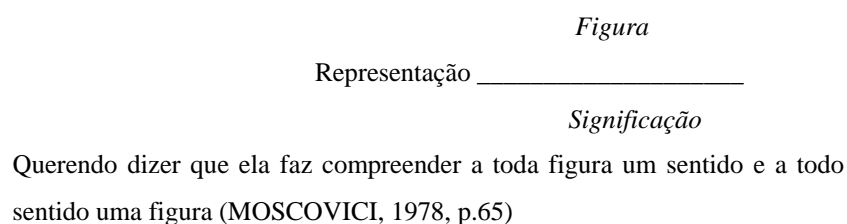
O foco principal do pensamento moscoviciano reside no argumento de que a organização e estrutura da criação coletiva tanto é constituída pelas influências comunicativas em ação na sociedade como também serve para tornar a comunicação possível. “As representações podem ser o produto da comunicação, mas também é verdade que, sem a representação, não haveria comunicação” (MOSCOVICI, 2009, p.22). Para o autor, a mudança dos interesses dos indivíduos pode gerar novas formas de comunicação, possibilitando a emergência de novas representações, ou seja, estruturas de pensamento social que adquirem estabilidade a partir da transformação de uma forma anterior.

Moscovici acredita que as representações são tudo o que nós temos; aquilo ao qual nossos sistemas perceptivos e cognitivos se ajustam. Cada experiência seria somada a certa realidade predeterminada por convenções, pela familiaridade. De acordo com o autor, enquanto as representações, compartilhadas por tantas pessoas, influenciam a mente de cada uma delas, não são apenas pensadas por esses indivíduos, mas sim repensadas, representadas. “Elas são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações” (MOSCOVICI, 2009, p.37).

O teórico aceita que os sistemas de classificação, as imagens e descrições – inclusive as científicas – implicam elo de sistemas e imagens pré-estabelecidos. Trata-se do que ele chama de estratificação da memória coletiva e reprodução na linguagem refletora de conhecimentos anteriores. Analisa como o conhecimento científico se

dissemina entre a população comum, privilegiando as ações cotidianas, as opiniões, o imaginário e as comunicações, sob a premissa de que o pensamento coletivo influencia a construção da realidade. Seriam tais ações reflexos das informações socialmente difundidas, ou seja, criações que dão vida às representações sociais, ao mesmo tempo que representações dão origem a opiniões.

Vale demonstrar a estrutura considerada por Moscovici (1978, p.65) de que cada representação surge baseada em duas faces – figurativa e simbólica –, segundo a fórmula clássica:



Jodelet (2001), colaboradora dos estudos de Moscovici, considera, de maneira clara, que se trata de sistemas de interpretação que regem a relação do indivíduo com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e também as comunicações sociais. Seria a manifestação das características do sujeito e do objeto. A autora explica a representação social como:

uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribuiu para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais (JODELET, 2001, p.22).

O senso comum é, portanto, digno de tal posição na observação de Moscovici que houve certa tensão entre os cientistas, tementes da desvalorização da ciência clássica. Moscovici, no entanto, não prioriza um em detrimento da outra, mas concebe o senso comum como saber diferenciado e, portanto, essencial, complementando o saber científico, e não o negando. A respeito desse saber do senso comum, o autor o estrutura a partir dos processos de *ancoragem* e *objetivação*. Para o teórico, quando classificados, sempre recorreremos a comparações com um protótipo, e perguntamo-nos se aquele objeto comparado seria normal ou anormal em relação ao modelo que nos é familiar.

“Tentamos responder à questão: é ele como deve ser, ou não?” (MOSCOVICI, 2009, p.66).

Ancoragem seria essa transformação de algo estranho em nosso sistema particular de categorias e sua comparação com uma categoria que pensamos ser apropriada e, portanto, torna-se familiar. Tendemos a tornar familiar o que não é familiar, a ponto de classificar, rotular o desconhecido, de modo a torná-lo conhecido. Dessa forma, nossos preconceitos somente poderiam ser superados com a mudança da cultura, da natureza humana e de nossas representações sociais, por exemplo. Já a objetivação é a descoberta da qualidade imaginária de uma ideia, a reprodução de um conceito em uma imagem. Ou seja, é um processo de concretização de conceitos abstratos. Seria como encher de realidade conceitos não-familiares (MOSCOVICI, 2009). A ancoragem e a objetivação são maneiras de lidar com a memória, sendo que a primeira mantém a memória em movimento, rotulando objetos, pessoas e fatos que entram e saem; a segunda tira os conceitos e imagens para reproduzi-los no mundo exterior, para efetuar coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (MOSCOVICI, 2009, p.69).

Para melhor compreensão, Moscovici levanta a ideia de universos consensual e reificado. No primeiro caso, a sociedade seria uma criação visível, com sentido e finalidade. O ser humano é a medida das coisas, e também suas criações. A sociedade é constituída de pessoas livres e iguais, num espaço da conversação e das relações sociais, e todos podem falar sobre tudo. Já no universo reificado, a sociedade é transformada em sistema de entidades sólidas, que não possuem identidade e cujos membros ignoram as próprias criações sociais. Haveria um sistema de diferentes papéis e classes, cujos representantes são desiguais; nele, só falam os especialistas. O universo consensual seria o das representações sociais, do senso comum. O reificado, uma matéria, o conhecimento científico. (MOSCOVICI, 2009, p.49-51).

A importância de estudar o senso comum como conhecimento científico está ainda no fato de que esse saber vulgar busca conhecer para compreender grupos de sujeitos que partilham representações e, por beber dessa mesma fonte, sentem-se parte do coletivo, conferem-se identidade social. Nem todo saber do senso comum, no entanto, deve ser visto como representação social, uma vez que só se configura de tal forma o que dá sentido à realidade social, implique identidade e organize comunicações.

A representação social é tanto teoria quanto objeto de estudo dessa mesma teoria. Ou seja, ao se falar em representação social, significa tratar do conhecimento produzido pelo senso comum. Ao se referir ao fenômeno das representações sociais, confere-se noção de conhecimento científico, teoria relacionada ao senso comum. (SANTOS, 2005).

Constitui-se, por um lado, como afirma Wagner (1998, p.03), como processo social de comunicação, e, por outro, como atributos individualmente acessíveis, o que torna o conceito versátil. O autor entende a representação social, a princípio, como “um conteúdo mental estruturado – isto é, cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico – sobre um fenômeno social relevante, que toma a forma de imagens ou metáforas, e que é conscientemente compartilhado com outros membros do grupo social”. (WAGNER, 1998, p.3-4).

De acordo com Wagner, o denominador comum dos diferentes tipos de representação social discutidos é o fato de serem elaborados e coletivamente compartilhados. Para o autor:

O termo *representação social* é concebido, por um lado, como um processo de comunicação em desenvolvimento nos grupos sociais; por outro lado, como o resultado desse processo. De um jeito ou de outro, todas as representações sociais resultam de tal processo de comunicação e discurso. (WAGNER, 1998, p.9, Grifo do autor).

Dessa forma, notam-se as representações sociais em conversações entre amigos e vizinhos, em percepções e comunicação como as da mídia, que geram novas significações, metáforas e pensamentos.

Para Moreira e Oliveira (1998), as representações sociais são ideias, concepções, imagens e visões de mundo que os atores sociais possuem sobre a realidade, vinculadas às práticas sociais. Ou seja, “cada grupo social elabora representações de acordo com sua posição no conjunto da sociedade, representações essas que emergem de seus interesses específicos e da própria dinâmica da vida cotidiana”. (MOREIRA E OLIVEIRA, 1998, p. 12).

Guareschi (2008) enxerga nas representações sociais uma série de elementos explicativos e dinâmicos, a partir de dinâmica histórica e transformadora, carregada de aspectos culturais, cognitivos e valorativos. Na visão do autor, tais elementos das RS estão sempre presentes nos objetos e nos sujeitos; por isso as RS são sempre relacionais, e, dessa forma, sempre sociais.

Para Abric (1998), toda realidade é representada pelo indivíduo ou pelo grupo, não havendo realidade objetiva. A realidade dependeria, dessa forma, da história e do contexto ideológico que o cerca, de forma a ser reapropriada e reestruturada como a realidade própria desse grupo. A representação permite ao indivíduo ou ao grupo dar um sentido às suas condutas e compreender a realidade através de seu sistema próprio de referências, sendo esse indivíduo capaz de se adaptar e encontrar seu lugar nessa realidade. Para o autor:

A representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas. A representação é um guia para a ação, ela orienta as ações e as relações sociais. Ela é um sistema de pré-decodificação da realidade porque ela determina um conjunto de antecipações e expectativas. (ABRIC, 1998, p.28).

As representações sociais facilitariam – quiçá seriam a condição necessária para – a existência da comunicação social, como ressalta Abric (1998, p.29). Isso porque elas definiriam o quadro de referência comum que permite a existência das trocas sociais, além da transmissão e a difusão do “saber ingênuo”. Seriam as representações a manifestação do esforço permanente dos indivíduos para compreenderem e comunicarem.

2.2 Comunidade e cotidiano

Diante do exposto, vemos que, para identificar as representações sociais de determinado universo, é necessário voltar os olhos ao cotidiano, à vida simples – e, ao mesmo tempo, complexa – de indivíduos que se relacionam informalmente e se comunicam entre si e com o mundo. Para Sá (1995, p.26), “a representação faz simplesmente parte da vida em sociedade”. O autor acredita que todas as questões que possuam alguma relevância imediata na vida das pessoas ou que se encontram numa situação de *assunto do momento*, incitam o fenômeno das representações sociais na convivência cotidiana. “Trata-se, com certeza, de uma compreensão alcançada por indivíduos que pensam. Mas, não sozinhos” (SÁ, 1995, p.26). É justamente essa preocupação com o pensamento, as cognições e, portanto, com as representações da coletividade de um grupo que permeia o nosso estudo.

Dessa forma, antes de adentrarmos na parte empírica da pesquisa, e ainda à luz das contribuições teóricas, cabe compreendermos os sentidos da vida cotidiana, do

bairro e da comunidade, contextos que não podem passar despercebidos numa análise sobre representações sociais. A organização da vida cotidiana, estudo ao qual se dedica Certeau (2008), articula-se a partir dos registros dos comportamentos – visíveis no espaço social da rua – e dos benefícios simbólicos “que se espera obter pela maneira de *se portar* no espaço do bairro” (CERTEAU, 2008, p.38. Grifo do autor). O autor percebe o cotidiano como o que nos é dado a cada dia e da forma como nos prende intimamente.

De acordo com o autor, o bairro surge como o lugar onde se manifesta um engajamento social, por meio do qual se convive com parceiros ligados ao outro pelo fato concreto da proximidade e da repetição. Ou seja, é o espaço onde um vizinho se liga ao outro, comerciantes a clientes, pelo simples fato de estarem num mesmo local rotineiramente.

O bairro se configura, segundo Certeau (2008, p.40), como domínio do ambiente social por se constituir para o “usuário” uma parcela conhecida do espaço urbano em que ele se sente reconhecido, seja por motivos positivos ou negativos. Assim, para o autor:

O bairro pode ser considerado como a privatização progressiva do espaço público. [...] A convivência é a via régia para esse benefício simbólico para a aquisição desse excedente cujo domínio manifesta a plena inserção no ambiente social cotidiano. [...] O sistema da comunicação no bairro é fortemente controlado pelas conveniências (CERTEAU, 2008, p.55).

Martín-Barbero (2009) trata desse aspecto de forma distinta, ao ponderar que a cotidianidade geralmente é despolitizada e considerada irrelevante dentro de muitos estudos, o que os empobrece. Para ele, no entanto, “uma outra realidade é descortinada pelos relatos que começa, a contar o que acontece por dentro da vida dos bairros populares [...] para compreender o funcionamento da sociedade popular” (MARTIN-BARBERO, 2009, p.291).

Nesse ponto, destacamos a infeliz semelhança entre os estudos sobre cotidiano e sobre representações sociais, que, muitas vezes, amargam certa dose de desprezo em algumas correntes científicas, que desconsideram, ou consideram muito pouco, as riquezas do senso comum e o valor das coisas simples. Ao contrário do que supõem essas teorias resistentes, enxergamos, nas características da vida comum e na rotina social, linhas e entrelinhas que não só validam a pesquisa social como também a

enobrecem. No caso dos estudos sobre representações sociais, recepção e outras áreas em que o subjetivo tenha voz, ignorar tais aspectos seria calar os sujeitos, *coisificando-os*.

Faz-se relevante, uma vez que nosso estudo deságua na corrente do desenvolvimento local, trazer breve discussão sobre o lugar onde vivem as pessoas da comunidade, ou seja, o *locus*. Segundo Certeau (2009), há uma distinção clara entre lugar e espaço. O primeiro se vale da distribuição dos elementos nas relações de coexistência, de modo que “os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar *próprio* e distinto que define”(CERTEAU, p. 184, Grifo do autor). O lugar seria a representação da estabilidade.

Já a noção de espaço se prende às práticas vivenciadas no lugar. De acordo com o autor, trata-se do “efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em uma unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (CERTEAU, 2009, p. 184).

Quando partimos para a comunidade, deparamo-nos com certa confusão – e por que não dizer banalização? – em torno do termo, mediante a existência de conceitos os mais diversos. Qualquer grupo, qualquer formação, com ou sem referência territorial, como nos casos dos agrupamentos virtuais, virou comunidade, seja lá o que pareça. Peruzzo (2006) atribui essa turbulência conceitual às dificuldades em se estabelecer limites nas inter-relações entre região e comunidade. A autora acredita que, na prática, as características acabam se misturando, pois envolvem não só aspectos geográficos, mas também históricos, culturais, políticos e econômicos, entre outros.

Para Peruzzo (2006), os sentimentos de pertencimento e proximidade que caracterizariam uma comunidade não dependem de ligações físico-geográficas. A autora trata do conceito de local para desenvolver essa premissa, o que nos parece conveniente em se tratando de um estudo dentro da perspectiva do desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, tendo como objeto de estudo uma comunidade. Peruzzo (2006), portanto, vê o local inicialmente como um espaço específico de determinada região onde o indivíduo se insere e partilha sentidos. “É o espaço que lhe é familiar, que lhe diz respeito mais diretamente, muito embora as demarcações territoriais não lhe sejam determinantes” (PERUZZO, 2006, p.141).

Vale salientar que nossa escolha em chamar de comunidade o bairro do Sítio dos Pintos se sustenta principalmente na forma com que a população residente da localidade – nosso objeto de estudo – a define. Comum em todas as falas, como veremos adiante, na descrição da etapa empírica, o termo comunidade é evocado como essência tanto pelos moradores quanto pelas pessoas que visitam o local, a exemplo de estudantes e servidores da UFRPE.

Podemos buscar a origem dessa evocação à comunidade pelos moradores dos Pintos, além de transeuntes e demais envolvidos com o local, na substituição do termo favela por comunidade, tendência observada no Brasil a partir do final dos anos 1990. Na época, passou-se a encarar o termo favela como pejorativo, com os usos discriminatórios, a exemplo da adjetivação *favelados* para descrever não apenas moradores de localidades carentes, mas marginais em potencial. O estigma da favela está associado à subordinação na estrutura social e a uma condição de pobreza, como lembra Birman (2008, p.32). Segundo a autora, por serem considerados ilegais, a respeito da ocupação de uma terra que não é sua propriedade, os moradores de regiões antes consideradas favelas – ocupação desordenada sem infraestrutura – preferem o uso eufêmico da palavra, que seria comunidade. A comunidade, portanto, vem para amenizar o estigma, por iniciativa não de acadêmicos e formadores de opinião politicamente corretos, mas dos ocupantes das regiões mais empobrecidas do país, consideradas conglomerados subnormais, como denomina o IBGE os “assentamentos irregulares conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros”⁵

⁵ Disponível em

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2051>. Embora tenha atualizado o conceito de aglomerados subnormais e divulgado a informação de que o Recife possui 1.537.704 habitantes em locais desse tipo, o IBGE não divulgou informações sobre Sítio dos Pintos dentro desse contexto no Censo 2010. Por outro lado, encontramos os dados atualizados no Banco de Dados, optando pela categoria Bairro. Tendo em vista que o Sítio dos Pintos também abriga, num local mais reservado, alguns condomínios de luxo, escondidos nos vestígios de Mata Atlântica, acreditamos que o padrão de renda elevado desse pequeno grupo de moradores e a existência de alguns serviços, como abastecimento de água e a duas linhas de ônibus com terminal na localidade, influenciem na não inclusão dos Pintos nos aglomerados subnormais.

O conceito de aglomerado subnormal foi utilizado pela primeira vez no Censo Demográfico de 1991 para abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no país. De acordo com informações do Instituto:

O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. (IBGE, 2010).

Já a Prefeitura do Recife apresenta conceito diferente do utilizado pelo IBGE para identificar favelas, comunidades ou simplesmente aglomerados subnormais. De acordo com secretário de habitação do Recife, Sebastião Rufino⁶, consideram-se aglomerados de baixa renda as localidades dispostas desordenadamente, com habitações precárias e de propriedade alheia e carentes de alguns serviços públicos. O Sítio dos Pintos, embora apresente algumas dessas características, é considerado bairro pela prefeitura.

Comunidade é, portanto, o termo geralmente utilizado pelos moradores para se referirem ao local onde vivem, tanto pelo sentido de *pertencimento* – com as ressalvas ao termo, criticado por alguns autores, mas que cabe no aspecto ao qual nos detemos na pesquisa – a um grupo que lhes confere identidade, quanto pelo distanciamento dos aspectos negativos do estigma de favela.

Bauman (2003) traz a noção de comunidade na perspectiva da conveniência e da cotidianidade, que aqui nos interessa, no entanto, considera importante tratar inicialmente do ideal de comunidade, que é associado a um espaço de conforto e aconchego. Para o autor, comunidade seria “o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance – mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir” (BAUMAN, 2003, p.09). O problema estaria na diferença entre esse ideal e a comunidade como é de fato. A segurança e a liberdade seriam dois dos valores almejados pela coletividade que vê na comunidade o paraíso inalcançável.

Assim como Certeau, que trata da conveniência e da proximidade de pessoas que convivem num mesmo contexto, Bauman (2003, p.18) reflete que, por ser tão natural, o entendimento entre os indivíduos que compartilham o espaço coletivo originário da

⁶ Entrevista divulgada no Jornal do Commercio do dia 22/12/2011.

comunidade passa despercebido. Esse entendimento comunitário, por sua homogeneidade e naturalidade, é chamado pelo autor de *mesmidade*. Tal sentimento, segundo o autor:

Encontra dificuldades no momento em que suas condições começam a desabar: quando o equilíbrio entre a comunicação *de dentro* e *de fora*, antes inclinado para o interior, começa a mudar, embaçando a distinção entre *nós* e *eles*. A *mesmidade* se evapora quando a comunicação entre os de dentro e o mundo exterior se intensifica e passa a ter mais peso que as trocas mútuas internas” (BAUMAN, 2003, P.18. Grifos do autor).

2.3 Memória

À luz da teoria apresentada e discutida anteriormente, cabe descrevermos a comunidade de Sítio dos Pintos, desde sua formação ao cenário atual. Tendo em vista que são escassos os registros documentados acerca dessa história, procuramos recuperar, mesmo que brevemente, a memória dessas pessoas e desse espaço, que, apesar de pouco ilustrarem as prateleiras acadêmicas da UFRPE, estão impressos no cotidiano da universidade, dentro e fora dos muros.

No Sítio dos Pintos, mais do que físicas, as fronteiras são simbólicas. E essa característica nos remete ao passado. A importância de revisitar algumas peculiaridades da comunidade reside principalmente no fato de que não haver registros oficiais da história desse bairro, que participou, mesmo silenciosamente, da trajetória da centenária UFRPE.

Nesse sentido, recorreremos a Chartier (1988) para sublinhar a relevância dos aspectos da história cultural na identificação de como determinada realidade social é construída. O autor vai ao encontro da nossa concordância com Moscovici (1978), embora em contextos distintos, quando considera que os indivíduos leem e interpretam a realidade a partir de esquemas intelectuais partilhados por grupos sociais. Essas disposições são aceitas por Chartier como representações, que instituiriam o mundo; este, para ele, uma arena de representações em competição.

O autor entende as identidades sociais:

como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detém o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; e ainda que o recorte social [...] como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo (CHARTIER, 1991)

Se Chartier (1988;1991) enfatiza a história cultural dentro das representações, encontramos em Halbwachs (1990) o apelo da memória coletiva, o que enriquece nosso estudo acerca das representações sociais dos moradores de Sítios dos Pintos sobre a UFRPE. Como analisar as RS de um grupo sem o mínimo registro de sua história, por meio da evidência da memória?

A memória coletiva depende, conforme defende Halbwachs (1990), da existência dos grupos que a sustentam, ligando-se ao tempo de uma geração partilhadora de determinado espaço. Embora se tenha visto, ao longo da história, que sociedades desaparecem junto com as lembranças, é difícil precisar em que ponto a memória coletiva se perde, uma vez que “basta que se conserve uma parte limitada do corpo social para que possamos encontrá-la sempre ali” (HALBWACHS, 1990, p.84). Vale ainda o destaque do autor de que, “no desenvolvimento contínuo da memória coletiva, não há linhas de separação nitidamente traçadas, como na história, mas somente limites irregulares e incertos” (IDEM, p.84).

Conforme prossegue Halbwachs (1990), para que se fale de memória, é preciso que as partes envolvidas, durante o período sobre o qual ela se estende, sejam diferenciadas de acordo com determinado critério. Cada um dos grupos teria uma história, contudo, a memória coletiva dependeria do cruzamento dessas histórias a partir de critério comum. “Na memória [...] as similitudes passam entretanto para o primeiro plano” (HALBWACHS, 1990, p.87).

Siqueira defende essa volta ao passado para a reflexão sobre o grupo. Para a autora, valer-se de elementos do passado permite o afloramento e as construções ou reconstruções das memórias coletivas de grupos, que, não fossem preservadas, ficaram “a deriva, sem estímulo para refletirem sobre si mesmos – identidade, e sobre o outro – alteridade” (SIQUEIRA, 2010, p.52).

Acerca do aspecto da memória como fonte histórica, os estudos de Bosi (1994) apontam para o direcionamento da conservação das experiências, a partir da reinvenção do passado. Para a autora:

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. Pela memória, o passado não só vem a tona das águas presentes, misturando-se com as percepções mediadas, como também empurra, desloca estas últimas, ocupando o espaço da consciência. (p.47).

Entre os sujeitos eleitos, nesta pesquisa, para nos trazerem essa memória tão importante, destacamos moradores mais antigos da comunidade, para colhermos olhar mais amplo sobre o ontem e a trajetória do entorno da UFRPE, como veremos detalhadamente no capítulo seguinte. Essa opção se justifica pelas vivências que esses indivíduos podem narrar, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse aspecto, Bosi (1994) afirma que as “memórias de velhos” se valem, de maneira lúcida e atenta, dos aspectos importantes do seu passado, tornando-se suas lembranças “uma espécie singular de obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idades: a obrigação de lembrar, e lembrar bem” (BOSI, 1994, p. 63).

2.4 O Sítio dos Pintos

A comunidade de Sítio dos Pintos integra a 3ª Região Político-Administrativa (RPA) do Recife, a Noroeste da cidade, formada por um total de 29 bairros. Localizada entre a Avenida Caxangá, o bairro de Dois Irmãos e a divisa com o município de Camaragibe, a comunidade – que inclui os distritos de Córrego da Fortuna e Sítio São Braz, que se inter cruzam com os Pintos, a única considerada bairro –, ocupa área de 178 hectares e tem uma população estimada de 7.276 habitantes (IBGE, 2010).

A localidade é caracterizada por população de baixo poder aquisitivo e pouca qualificação profissional. Alguns moradores são funcionários da Universidade Federal Rural de Pernambuco, por intermédio da empresa terceirizada para serviços gerais Soll. Mas há também servidores efetivos e estudantes de graduação e pós-graduação, além de comerciantes que sustentam seus negócios a partir do atendimento à comunidade.

Fonte: <http://sitiodospintos.blogspot.com.br/>



Figura 1 – Vista de Sítio dos Pintos

Grande parte da área ocupada pelos Pintos pertence à União, no domínio da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Algumas casas chegam a se situar dentro do campus, tendo em vista que, com a instalação da UFRPE no bairro de Dois Irmãos, em 1938 (SILVA, 2010), alguns funcionários receberam o direito de construir suas moradias no território. Conforme contam moradores mais antigos da região, muitos funcionários, naquela época, foram se instalando nos arredores, onde desenvolviam atividades agropecuárias, em roçados particulares.

Foto: Renata Sá Carneiro Leão



Figura 2 – Beco situado em Sítio dos Pintos

A história de Sítio dos Pintos se confunde com a do bairro de Dois Irmãos, onde oficialmente se situa a Universidade Federal Rural de Pernambuco, mas com discrepantes diferenças. Já no fim do século XIX, conforme narra Manuel Correia de Andrade (PCR, 2000), Dois Irmãos passava a integrar a rota dos transportes da capital pernambucana, com a implantação de estação ferroviária.

Já na década de 30, o bairro passou por ampliação, com o considerável aumento das construções particulares. Conforme explica a historiadora Zélia Gominho (PCR, 2000), com o crescimento da população, resultado também das migrações do interior para a capital, e o caos urbano que começava a se formar, foram sendo demolidos os mocambos do centro do Recife, resultado na expansão da cidade para o subúrbio e no surgimento de novos bairros. Esses novos espaços surgiam de forma desordenada, com condições precárias de higiene e a construção de moradias frágeis e sem qualquer conforto. (IDEM).

Em 1939, 63,7% dos prédios recifenses eram considerados mocambos⁷, e, em 1940, a população da cidade era de 348,4 mil pessoas (PCR, 2000). Foi nessas circunstâncias que surgiram as primeiras ocupações nas beiradas do campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco, verde de Mata Atlântica e tendo apenas parte ocupada pela instituição para a realização de atividades acadêmicas, experimentos e cultivos.

A comunidade de Sítio dos Pintos começou a ser ocupada, de fato, a partir da chegada da UFRPE em Dois Irmãos, por funcionários e também migrantes do Interior de Pernambuco, que procuravam trabalho naquela instituição de ensino superior, baseados na experiência com as atividades do campo. Naquela época, a região era “uma verdadeira mata”, como lembram os moradores mais antigos. Era preciso utilizar candeeiros para conseguir alguma iluminação, e o fogão só com lenha. A tarefa de buscar a madeira e os gravetos na mata cabia aos mais jovens. As mulheres utilizavam um riacho existente na época para lavar roupas e buscar água para consumo doméstico.

Já na década de 1950, quando há maior número de registros nos depoimentos, algumas fruteiras, com destaque para os jameiros, já marcavam a paisagem do local. A Sementeira da UFRPE ficava localizada nas imediações do que é hoje o Sítio dos Pintos, e alguns funcionários, que trabalhavam principalmente nas atividades agropecuárias, receberam a permissão dos primeiros reitores desde a transferência da universidade para o bairro de Dois Irmãos para se instalarem nas imediações.

Conforme relata o professor aposentado da UFRPE e ex-vice-reitor Carlos Alberto Tavares (1983-1987), na década de 1950, o cotidiano do campus de Dois Irmãos e adjacências tinha características típicas do mundo rural, com boiadas passando nos arredores e cenário pacato, compartilhado pela comunidade vizinha. “Lembro que minha família, professores, alunos, servidores e famílias residentes nas áreas do entorno do campus participávamos da missa aos domingos [...]. Do mesmo modo, foram

⁷ Tipo de habitação miserável muito frequente nas grandes cidades dessa região. Os mocambos são construídos sobre terrenos baldios e não preparados para a construção e, principalmente, sobre pântanos, formando conjuntos semelhantes às favelas. Fonte: *Dicionário Online de Português*. Disponível em: www.dicio.com.br

exibidas várias sessões de filmes, sempre com enorme audiência da comunidade acadêmica e circunvizinha’’. (MARTINS E LEITÃO, 2011).

Com o passar dos anos, a concessão de terrenos para construção de moradias por parte da Universidade Rural tornou-se menos comum⁸. A senhora Josefa Coelho da Silva, de 82 anos, viúva de um desses funcionários, lembra como foi difícil conseguir a liberação da UFRPE para construir sua casa no local. Segundo a moradora, seu marido trabalhava na Sementeira e tinha que se deslocar por um grande intervalo de espaço de casa para o trabalho. Segundo a moradora, depoimento da moradora esclarece como era o processo de concessão de terras nas décadas seguintes à chegada da universidade em Dois Irmãos:

A UFRPE foi o primeiro emprego do meu marido. Ele morava no interior e foi trabalhar na Rural entregando documentos naqueles prédios lá. Aqui só tinha poucas casas. Tinha uma aqui perto que era dos estudantes levarem os bichos. Meu esposo pediu ao reitor, naquela época, em 1952, para fazer uma casa e ele não deu, pois disse que iam devorar os jambos. Eram muitos jambeiros. Aí meu esposo disse que não derrubaria nenhum pé de árvore, e ele deixou.

Foto: Renata Sá Carneiro Leão



Figura 3- Residência de funcionário da UFRPE construída em Sítio dos Pintos em 1952

⁸ Vale ressaltar que não há registros oficiais da concessão de terrenos da União pela UFRPE nos documentos da universidade. Os mais antigos, cujos pais ou avós conquistaram o direito à moradia na comunidade a partir de 1938, contam que era uma prática comum na época, assim como empregar as pessoas sem concurso público, o que só foi regulamentado recentemente.

Com a crescente expansão do campus e a instalação de novas moradias – embora precárias, construídas principalmente por materiais como barro e palha – o Sítio dos Pintos começou a crescer, no sentido de aumento das ocupações, e, conseqüentemente, a ganhar ares de *civilização*, nas palavras dos moradores. Pavimentação da via principal, que leva à Universidade Rural, implantação de terminais de ônibus e de orelhões foram alguns dos sinais dessa transformação da mata num bairro popular.

Capítulo 3 – O caminho e os sujeitos da investigação

Eis a etapa empírica da nossa pesquisa. Neste momento, à luz da teoria já discutida e com a conveniente complementação de autores, descrevemos os pormenores da nossa caminhada investigativa. Tal percurso se baseou inicialmente nos objetivos, que permearam todas as etapas da pesquisa, a fim que de fosse possível chegar a eles nas tomadas de decisão e nos procedimentos empíricos.

Os objetivos, já descritos no presente estudo, contudo pertinentes na repetição, foram: Analisar as representações sociais dos moradores do Sítio dos Pintos sobre as políticas de extensão da UFRPE voltadas ao desenvolvimento local – principal; conhecer o cotidiano e as potencialidades de Sítio dos Pintos a partir das representações sociais; analisar a comunicação entre a UFRPE e a comunidade por meio da extensão; descobrir se as políticas de extensão da UFRPE contribuem para o desenvolvimento local da comunidade.

Uma vez que tais diretrizes apontam para a busca por compreender as representações sociais dos moradores da comunidade em relação à UFRPE, na perspectiva da extensão universitária e do desenvolvimento local, percorremos caminho que nos levasse a essa meta. Tal trilha investigativa envolveu opções teórico-metodológicas, escolha do lócus e dos sujeitos da pesquisa, além de procedimentos de coleta e de análise de dados, como descreveremos ao longo deste capítulo.

3.1 Procedimentos metodológicos

Escolher a metodologia adequada para a realização da pesquisa não é fácil. Essa insegurança inicial, no momento de optar por um método de análise, vem, de acordo com Gonzaga (2006), dos processos da educação tradicional, voltada à memorização de informações e ao enciclopedismo. Segundo o autor, por ter sua educação permeada sempre por esse caminho engessado, o pesquisador acaba buscando manuais de metodologia que indiquem um caminho pronto e seguro.

No entanto, o mesmo autor considera que a postura determinada do pesquisador e seu diálogo reflexivo com os teóricos eleitos permitem que esse obstáculo inicial seja superado e que se encontre o melhor caminho metodológico para a pesquisa. No nosso caso, ao optarmos por analisar a relação da comunidade de Sítio dos Pintos com a Universidade Federal Rural de Pernambuco, na perspectiva da extensão como vetor para

o desenvolvimento local, pretendíamos, desde o início, centrar nossa atenção nos moradores, e não na universidade.

Optamos pela Teoria das Representações Sociais, que nos ofereceu melhores condições de abarcar algumas possibilidades, sentidos e pormenores nos dados da pesquisa. Essa opção nos permitiu passear pela sociologia, pela psicologia social, pela comunicação e pela história, entre outros saberes, mesmo que não tenhamos nos detido a uma dessas áreas em profundidade, e sim ao nosso objeto – interdisciplinar pela própria natureza.

Os próprios teóricos da nossa área inicial de estudo, a comunicação, como Martín-Barbero (2009), defendem essa conexão de disciplinas e saberes como forma de atravessar a crise das ciências sociais. O autor acredita que o desencontro entre método e situação nos força a repensar não apenas as fronteiras entre disciplinas e práticas, como também o sentido das perguntas e teorias. Para o autor:

As razões do desencontro situam-se além da teoria, no des-conhecimento que requer – em vez de mais conhecimento, na lógica pura da acumulação – o reconhecimento, segundo a lógica da diferença, de verdades culturais e sujeitos sociais. Reconhecimento de uma mestiçagem que, na América Latina, não remete a algo que passou, e sim àquilo mesmo que nos constitui, que não é apenas fato social, mas também *razão* de ser, tecido de temporalidades e espaços, memórias e imaginários que até agora só a literatura soube exprimir. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 262).

A nossa opção teórico-metodológica se volta às representações sociais, sendo essencialmente qualitativa, por trabalhar “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2001, p.22). Segundo a autora, tal método permite a correspondência, num sentido amplo, “a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (IDEM). Para atingir os objetivos propostos, seria necessário não mensurar, mas caracterizar as subjetividades advindas do objeto, que, na verdade, são sujeitos.

Esse espaço aprofundado de relações e processos foi considerado, no nosso estudo, a partir do método das Representações Sociais, com a análise de processo e objetos, oriunda das interações entre Psicologia Social e Sociologia (MOSCOVICI, 1978), por meio da compreensão de que subjetividades e significações culturais interferem nas percepções e nas relações de uma comunidade ou coletividade.

Adotada como categoria teórico-analítica, a expressão representação social tornou-se bastante útil no processo de compreensão dos mais diversos objetos, em especial nas áreas de conhecimento onde a subjetividade é inegavelmente partícipe das ações cotidianas. A partir do que desenvolveu Moscovici (1978), observa-se mais amplamente, nos estudos atuais, que o sujeito é constituído pelas significações culturais e é também constituinte de significações sociais. Segundo com Moreira e Oliveira (1998), é essa mediação pelos signos que possibilita e sustenta a relação social, pois é o processo de representação que permite a comunicação entre as pessoas.

De acordo com Wagner (2000), a representação social é mais do que imagem estática de objetos na mente das pessoas, pois compreende ainda o comportamento e as interações de um grupo. “É ao mesmo tempo uma teoria sobre o conhecimento representado, assim como uma teoria sobre a construção do mundo” (WAGNER, 2000, p.11).

Conforme reflete Almeida (2005), o estudo das representações sociais pressupõe investigar o que e por que pensam os indivíduos a respeito de determinado objeto. Foi nesse sentido prático que a nossa trajetória investigativa iniciou-se, a partir da inquietação pessoal sobre a relação, que nos parecia tão distante, sendo contraditoriamente tão íntima, entre a UFRPE e a comunidade de Sítio dos Pintos. Como era de nosso interesse descobrir o que e por que pensam os moradores da localidade acerca da universidade, chegamos às representações sociais.

Para Almeida (2005), é necessário ainda, a partir de ancoragens sociais, culturais e históricas, conhecer as razões que conduzem os pensamentos de cada sujeito por certos caminhos, sem perder de vista que o papel das representações sociais diante das práticas sociais cotidianas exige do pesquisador estudo que, de fato, relacione o pensar e o fazer. Dessa forma, durante todo o processo de investigação, mantivemos o foco no método específico.

3.2 Locus

A pesquisa de campo tem como *locus* a já referida comunidade de Sítio dos Pintos, onde coletamos os dados por meio de visitas e de entrevistas semiestruturadas. O bairro faz parte da 3ª Região Político-Administrativa (RPA) do Recife, a Noroeste da cidade, e situa-se entre a Avenida Caxangá, o bairro de Dois

Irmãos e a divisa com o município de Camaragibe. Inclui os distritos de Córrego da Fortuna e Sítio São Braz, que se inter cruzam com os Pintos, a única considerada bairro –, ocupa área de 178 hectares e tem uma população estimada de 7.276 habitantes (IBGE, 2010).

Não possui saneamento básico e mantém características rurais, conforme sua origem, que se confunde com a história da UFRPE desde que se instalou no bairro de Dois Irmãos, em 1938 (SIQUEIRA, 2010). Grande parte da área ocupada pelas pessoas do Sítio dos Pintos pertence à União, no que deveria, conforme documentação original, ser território do campus da UFRPE.

3.3 Sujeitos da pesquisa

Em se tratando de pesquisa que envolva a Teoria das Representações Sociais como suporte metodológico, alguns aspectos são essenciais, como colocar o sujeito em evidência. Em concordância com Sá (1995), que defende ser toda representação, antes de tudo, uma representação de alguém, procuramos conhecer, a fundo, os sujeitos da nossa investigação. No caso específico, trata-se dos moradores do Sítio dos Pintos, comunidade vizinha à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como foi possível observar no capítulo anterior.

Para o mesmo autor, também é fundamental que o objeto possua relevância cultural ou social suficiente dentro de determinado grupo constituído. Ora, sendo a comunidade dos Pintos a principal referência de vizinhança para a UFRPE e considerando-se coincidentes, em certo ponto, as histórias da instituição e desses moradores, torna-se clara a relevância deste estudo para o enriquecimento teórico tanto dos envolvidos – incluindo a pesquisadora – quanto dos estudos sobre extensão universitária, desenvolvimento local e representações sociais, com os quais procuramos contribuir.

Tendo em vista que as representações sociais norteiam teorias do senso comum, buscamos analisar esses sujeitos a partir do seu cotidiano, imersos naturalmente em seus contextos e circunstâncias que, embora não atendam sempre, de maneira direta, às categorias entrelaçadas da extensão universitária e do desenvolvimento local, enriquecem a análise de uma comunidade que poucos holofotes possuem sobre seu retrato.

A fim de garantir a fidelidade desse discurso uníssono, é necessário levar em consideração a quantidade de vozes partícipes da análise, ou seja, a amostra de entrevistados. Uma vez que as comunidades analisadas na nossa pesquisa são formadas, ao todo, por cerca de sete mil pessoas, julgamos importante escolher uma amostra que, ao mesmo tempo, garantisse a representatividade do estudo e fosse exequível, considerando-se variáveis como tempo e disponibilidade do pesquisador. Optamos, portanto, pela amostra de 30 entrevistados, a serem ouvidos diretamente pelo pesquisador, já que a observação direta e o contato com as circunstâncias do entrevistados são importantes para a análise (SZYMANSKI, 2004).

As entrevistas foram realizadas, de acordo com a definição da amostra, com 30 moradores da comunidade, por contato direto, o que permitiu a espontaneidade das falas, essencial para a realização da análise. Procuramos apenas aqueles moradores que vivem na comunidade há mais de vinte anos. Essa opção se deu pelo nosso interesse em conhecer um pouco da gênese da comunidade, que se confunde com a história da UFRPE desde que a instituição se instalou no bairro de Dois Irmãos – funcionou, até 1938, na condição de Escolas Superiores de Ciências Agrárias e Medicina Veterinária, no município de Olinda, em propriedade dos monges beneditinos (SILVA, 2010).

Consideramos a amostra relevante dentro do nosso critério de priorizar a experiência dos moradores. Lembramos que, dos 7.276 habitantes de Sítio dos Pintos, 2.254 são maiores de 40 anos, de acordo com informações do Censo 2010 do IBGE. Tendo em vista essa preocupação com a história da comunidade, que integrou o cerne de nossos objetivos, estabelecemos o critério de tempo de vivência no local, pois nos daria a chance de indagar os entrevistados sobre o passado, de modo a construir essa referência histórica dentro das representações sociais.

Ao considerarmos esses *veteranos* da comunidade, que não poderiam ser escolhidos aleatoriamente pelo grande risco que enfrentaríamos de descartar inúmeras pessoas abordadas ao acaso, procuramos as lideranças de Sítio dos Pintos – Associação de Moradores, Grupo de Mulheres, Conselho de Moradores – para nos referendarem os primeiros entrevistados, que nos levaram a outros e outras.

Mas quem são os moradores de Sítio dos Pintos, que tamanha voz possuem na nossa pesquisa? A princípio, observamos que a comunidade é formada por uma maioria de pessoas com baixo poder aquisitivo e pouca qualificação profissional. São homens e

mulheres de todas as idades, com predominância dos mais jovens, como apontam os dados do IBGE já mencionados. Não se trata de grupo que siga perfil padrão no que diz respeito a atividade que desempenha, composição familiar ou hábitos. Contudo suas histórias se encontram na cotidianidade que compartilham.

Em Sítio dos Pintos, há pessoas religiosas, pessoas sossegadas, pessoas que praticam esportes, pessoas que procuram emprego. Há também artistas, como Mestre Duda, como é conhecido o artista plástico José Joaquim Santana, 79 anos. Autor de impressionantes peças em madeira, massa e cerâmica, o artista quase anônimo já foi presidente da Associação dos Moradores, acendia e apagava a luz dos primeiros postes do bairro e tem sua obra estampada em alguns muros de residências dos Pintos.

Durante os Encontros de Artistas Comunitários dos anos de 2010 e 2011, que pudemos acompanhar para melhor conhecer as pessoas e as festas do bairro, notamos a presença de alguns cantores e compositores, muitos adeptos do estilo brega, a exemplo de Narciso, como é conhecido o presidente da Associação de Moradores, Francisco de Sousa Rodrigues. Também destacamos músicos como Cícero do Cavaco, que, apesar da idade avançada, executa de peças marcantes no instrumento.

Dos que nasceram no Sítio dos Pintos, destacamos também as irmãs da família Camelo: Marinalva, Miriam e Maria Inês, que, ao lado da amiga Iracema Félix, mantêm-se otimistas sobre o bairro e ostentam o fato de terem conseguido construir as tão sonhadas casas de alvenaria depois de um começo em barracos de palha ou lona.

Embora não seja nosso interesse expor cada um dos sujeitos que entrevistamos durante a pesquisa pela intenção maior de trabalhar com o sujeito coletivo, registramos nossos entrevistados ainda como comerciantes, moradores aposentados ou sem ocupação, viúva de funcionário da UFRPE, entre outros.

3.4 Coleta de dados

A opção por entrevistas se deu por compreensão de que o contato direto, face a face, com o entrevistado permite melhor interação com as ideias dos envolvidos, além de informações mais complexas e observação de outras mediações. Szymanski (2004) acredita que esse instrumento também significa uma oportunidade ao entrevistado de ser ouvido, de modo que se sinta incluído e relevante para a pesquisa. “A concordância do entrevistado em colaborar [...] caracteriza o caráter ativo de sua participação, levando-se

em conta que também ele desenvolve atitudes de modo a influenciar o entrevistador. (SZYMANSKY, 2004, p.12). Almeida (2005) também acredita que as entrevistas individuais se configuram na técnica mais interessante e mais complexa para pesquisas em representações sociais.

Foram diversas visitas a Sítio dos Pintos no período de coleta de dados. Inicialmente, ainda entre o segundo semestre de 2010 e os primeiros meses de 2011, caminhamos pelas ruas, becos e ladeiras para reconhecimento da localidade e observação direta para as primeiras impressões e registro de quem seriam aqueles vizinhos que tão pouco pediam xícara de açúcar à velha UFRPE. Já no período de coleta, fomos oficialmente 12 vezes à comunidade, até o dia 11 de novembro de 2011, quando concluimos o trabalho de campo.

Ao longo desse período, trilhamos o seguinte caminho: passamos as primeiras visitas em período exploratório, sondando o terreno e realizando o pré-teste do roteiro de entrevista semiestruturada; nas demais idas ao local, realizamos as entrevistas com os moradores de perfil previsto na amostra.

Embora tenhamos chegado a alguns moradores por intermédio de lideranças locais, a exemplo do presidente da Associação dos Moradores de Sítio dos Pintos, conhecido como Narciso, a maioria dos entrevistados se revelou de forma espontânea, durante nossas caminhadas pelos Pintos. De maneira a garantir uma amostra mais heterogênea, procuramos abordar pessoas de ambos os sexos e de idades variadas, porém sempre respeitando o critério de vivência por mais de 20 anos na comunidade.

No momento da abordagem, após nos apresentarmos, perguntávamos inicialmente se a pessoa residia no Sítio dos Pintos e, em seguida, há quanto tempo morava no local. Caso a resposta indicasse um número superior a 20 anos, explicávamos do que tratava a pesquisa. Embora tenhamos procurado esclarecer detalhadamente os objetivos e o caráter imparcial do estudo, alguns entrevistados demonstraram receio em se comprometer com uma pesquisa da Universidade Rural, recusando-se, inclusive, em três situações, a assinar o Termo de Consentimento. Todos, com exceção de um, recusaram-se a gravar a entrevista e a disponibilizar o número do RG, embora tenham consentido na utilização de seus nomes verdadeiros.

Percebemos, nesse comportamento desconfiado – que ia se quebrando ao longo da conversa, quando percebiam o caráter acadêmico da pesquisa –, que há receio, por

parte dos moradores de Sítio dos Pintos, em assuntos referentes à UFRPE principalmente por ocuparem terreno pertencente à instituição. Nos diálogos informais que tivemos com os participantes, surgidos ao longo da entrevista ou depois das perguntas, alguns expressaram o cuidado com a universidade por medo de terem que se retirar do território, serem processados, entre outras preocupações.

3.4.1 O roteiro

Lefevre e Lefevre (2010) indicam que, em pesquisas apoiadas no DSC, a coleta do pensamento se dá através de entrevistas individuais com questões abertas, por permitir a expressão do pensamento como comportamento discursivo e fato social singularmente internalizado. A fim de obter o melhor aproveitamento desses pensamentos, procuramos estruturar um roteiro de entrevista de modo que os entrevistados respondessem, de maneira sistemática, às questões que, baseadas em nossos objetivos, rendessem conteúdo para a elaboração efetiva do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), nossa metodologia de análise de dados, que descreveremos adiante.

Contudo, procuramos oferecer também liberdade ao entrevistado para falar de suas impressões e subjetividades de maneira espontânea, o que enriqueceu nosso material coletado. Nosso roteiro de entrevista semiestruturado, portanto, foi organizado de forma a seguir o mesmo padrão de perguntas sem, contudo, deixar de fora questões e comentários espontâneos.

Lefevre e Lefevre (2010) acreditam que a maneira mais adequada de se obter depoimentos que possam ser agregados e, dessa forma, agreguem o pensamento de uma coletividade é a elaboração de roteiro com perguntas abertas. Com a preocupação de obter o maior número de detalhes possível sobre a comunidade e sobre as representações sociais das pessoas selecionadas, elaboramos, de início, roteiro com 12 perguntas, que contemplavam desde os dados pessoais a perguntas específicas sobre cotidiano, festividades, rotina, questões econômicas e, por fim, sobre a UFRPE. Na fase teste para validação do instrumento de coleta, no entanto, quando abordamos algumas pessoas aleatoriamente para responderem às perguntas, percebemos que os entrevistados acabavam repetindo informações e se mostrando bastante desconfiados em responder questões como a renda familiar e as atividades da rotina doméstica.

Dessa forma, ao percebermos a falha, que acabaria comprometendo o conteúdo da nossa coleta, reformulamos o roteiro⁹ de entrevista, tornando-o compacto, com seis perguntas objetivas, além dos dados pessoais. Embora tenhamos limitado a um número pequeno as perguntas, deixamos os entrevistados mais livres em cada uma dessas questões, de modo que se sentissem mais à vontade. Seleccionamos as perguntas que pudessem nos levar a atender os objetivos, inicialmente propostos, mesmo que as respostas não tenham sido, em alguns casos, densas e plenas de significados como gostaríamos. Alguns entrevistados responderam de forma quase monossilábica aos questionamentos, de modo que tivemos de conversar mais demoradamente e de maneira informal para obtermos algum conteúdo. Outros, no entanto, empolgaram-no com discursos emocionados que iam muito além das perguntas.

3.5 Instrumentos de análise de dados

Nesta etapa, que podemos considerar um dos momentos mais complexos da pesquisa, por exigir olhar atento às informações acumuladas durante a coleta de dados, procuramos nos deter não só aos discursos obtidos, mas também aos achados das entrevistas. De acordo com Bogdan e Biklen (1994), a análise de dados:

é o processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou. A análise envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, descoberta dos aspectos importantes e do que deve ser aprendido e a decisão sobre o que vai ser transmitido aos outros. (p.205).

Como se trata de um estudo de Representações Sociais, utilizamos a análise de dados na linha do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), método contemporâneo de análise, que foi desenvolvido na Universidade de São Paulo (USP) para a pesquisa de representação social, entre outras finalidades. A técnica do DSC é construída a partir da análise do material coletado verbalmente, que é extraído dos depoimentos de cada um dos sujeitos da pesquisa.

A metodologia se volta a organizar e tabular os dados qualitativos de natureza verbal, de modo a apresentar os resultados em forma de um ou de diversos discursos-

⁹ Ver roteiro no Apêndice

síntese, que, a fim de exprimir o pensamento de uma coletividade como se fosse o próprio emissor do discurso, são postos na primeira pessoa do singular (Lefevre, Crestana & Cornetta, 2003).

De acordo com Lefevre e Lefevre (2010), trata-se de método essencialmente quali-quantitativo, pois, em todos os momentos da pesquisa, preserva a natureza discursiva e qualitativa da representação, mas sem desprezar a dimensão quantitativa, associada à representatividade e à generalização dos resultados. Segundo os autores, o DSC, como técnica, consiste em:

uma série de operações sobre a matéria-prima dos depoimentos individuais ou de outro tipo de material verbal [...], operações que redundam, ao final do processo, em depoimentos coletivos, ou seja, constructos confeccionados com estratos literais do conteúdo mais significativo dos diferentes depoimentos que apresentam sentidos semelhantes. (LEFEVRE E LEFEVRE, 2010, p.17).

O DSC se configura como técnica que permite a identificação e descrição de representações sociais presentes em determinada formação sociocultural, por meio de discurso coletivo representado por falas em primeira pessoa, nas quais se condensa as ideias centrais dos entrevistados. Lefevre e Lefevre (2010, p.24) acreditam que as Representações Sociais são “o social vivido individualmente” e a proposta do DSC é fazer o pensamento coletivo falar diretamente.

Essa fala coletiva ocorre da seguinte maneira: a partir da resposta de cada entrevistado, selecionam-se as Expressões-Chave (ECh), que são os trechos mais significativos da resposta, aqueles que melhor descrevem o conteúdo, ignorando-se as redundâncias e expressões desnecessárias. A partir dessas expressões, identificam-se as Ideias Centrais (ICs), que são formadas pelos sentidos existentes nas ECh, resumindo-as. Em seguida, reúnem-se as ECh cujas ICs possuam sentidos semelhantes ou complementares para a catalogação em categorias. Por fim, há a construção efetiva de depoimentos coletivos na primeira pessoa do singular, ou seja, os Discursos do Sujeito Coletivo (DSC), a partir de cada categoria ou grupo de ideias semelhantes que o pesquisador deseje explorar.

Para os autores, o sujeito científico, muitas vezes, pode se tornar impessoal em demasia, e o pensamento coletivo acaba por se transformar em objeto, e não sujeito. De fato, o Discurso do Sujeito Coletivo dá voz e vez ao valor subjetivo do *objeto* analisado, e seu tom permite autêntica reprodução desse conteúdo compartilhado pelo coletivo.

Essa metodologia de análise se configura perfeitamente compatível com o nosso estudo, uma vez que, ao permitir o processamento da essência dos depoimentos, revelando o pensamento coletivo da comunidade de Sítio dos Pintos, possibilita que o interpretemos com base no senso comum, ou seja, na Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (1978).

Tendo em mente que, a fim de compreender o que pensa uma coletividade, é preciso inicialmente descrever suas ideias e subjetividades e, posteriormente, interpretá-las do ponto de vista das representações sociais, utilizamos, para a análise e o tratamento dos dados, tecnologia específica para a pesquisa em RS a partir do Discurso do Sujeito Coletivo: o Qualiquantsoft.

3.5.1 Qualiquantsoft/DSC

Esse software¹⁰ foi desenvolvido pela Sales e Paschoal Informática, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), por intermédio da Faculdade de Saúde Pública, nas pessoas dos criadores da metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo: os professores Fernando Lefevre e Ana Maria C. Lefevre.

O instrumento de análise permite maior agilidade no tratamento dos dados da pesquisa em representações sociais, uma vez que permite a recuperação e a descrição dos discursos dos entrevistados – no nosso caso, dos moradores de Sítio dos Pintos – com a finalidade de construir o DSC do grupo. Segundo os criadores, “o Qualiquantsoft é destinado ao processamento de dados de natureza qualitativa, que estejam organizados em forma de discursos, depoimentos ou textos de qualquer natureza” (LEFEVRE E LEFEVRE, 2010, p.67-68).

Tendo a finalidade de auxiliar o pesquisador no processamento de dados, o software também permite recortes discursivos que enriquecem a análise. Conforme explicam Lefevre e Lefevre (2010), o fato de ter sido construído na base Access faz com que a ferramenta funcione além de simples editor de texto, como banco de dados em que se pode filtrar depoimentos em estratos e compará-los.

¹⁰ O Manual de Uso do Qualiquantsoft pode ser acessado no endereço no site: www.ipdsc.com.br

Consideramos, dessa forma, grande aliado do pesquisador, tanto pela agilidade na manipulação dos dados quanto nas possibilidades de usos a serem feitos dos discursos coletados, incluindo a geração de dados qualitativos e quantitativos. Os criadores acreditam que o instrumento ainda permite a ampliação do alcance da pesquisa e a validade dos resultados (LEFEVRE E LEFEVRE, 2010).

No caso da nossa pesquisa, ao transcrevermos todas as entrevistas realizadas com os moradores de Sítio dos Pintos, adquirimos o software, instalando a licença acadêmica. Iniciamos o manuseio do programa cadastrando os sujeitos e as perguntas do roteiro de entrevista. Em seguida, cadastramos as respostas de cada entrevistado a cada pergunta. Para cada resposta a determinada questão, submetemos o conteúdo à análise do software, que, na verdade, não oferece dado algum automaticamente, apenas facilita e encaminha o pesquisador para que selecione, das respostas brutas, todas as expressões-chave (ECh) e identifique as Ideias Centrais (IC). No nosso caso, foram selecionadas 180 ECh e mais do que o dobro de IC, por termos 30 pessoas respondendo a seis perguntas, que geravam, no mínimo, duas IC. Como essa etapa era trabalhosa, exigindo-nos esforço maior do que simplesmente transcrever entrevistas e selecionar os sentidos principais, procuramos o máximo de precisão para evitar que o conteúdo fosse perdido nas análises subsequentes.

A próxima etapa foi criar categorias para grupos de Ideias Centrais semelhantes. Assim foi possível organizar as ECh em grupos a partir de categorias que englobassem sentidos parecidos, de maneira a facilitar a construção dos discursos e principalmente a interpretação das representações sociais dos moradores, nosso objetivo primeiro.

Na sequência, passamos a elaborar, de fato, os Discursos do Sujeito Coletivo, que podem ser únicos ou destrinchados por estratos, que não foi o nosso caso. Dividimos os nossos discursos a partir das categorias que criamos dentro de cada resposta referente a uma pergunta. O número de categoria variou e, em alguns casos, preferimos criar uma categoria diferente para única resposta, em vez de forçar para que aquela opinião se encaixasse em algum outro sentido que não fosse o real.

A partir do DSC, chegamos ao que, de fato, pretendíamos na realização do estudo, que era analisar as representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos acerca das políticas de extensão da UFRPE como vetor do desenvolvimento local.

Capítulo 4 – As representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos

Neste capítulo, conheceremos as representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos acerca das políticas de extensão da UFRPE para o desenvolvimento local, ou seja, entramos na análise efetiva dos resultados da nossa pesquisa. Para se chegar a essa análise, apresentamos os resultados das entrevistas sob a forma de Discursos do Sujeito Coletivo (DSC), que são trechos da junção das representações sociais dos entrevistados que, reunidos por critérios de semelhança e por categorias, originaram discursos em primeira pessoa, como se fosse uma entidade coletiva falando em nome dos moradores da comunidade.

Para facilitar a análise e conseqüentemente a compreensão, dividimos esses discursos em categorias dentro de cada pergunta elaborada no roteiro de entrevista. Mesmo que tenhamos feito outras perguntas, questionado de outras maneiras dependendo do entrevistado e obtido outras respostas, precisamos manter a estrutura de perguntas do roteiro para dar segurança à análise no software Qualiquantsoft.

A partir de cada DSC, apresentamos, com finalidade ilustrativa e para dar maior clareza à análise, dados quantitativos, por meio de gráficos – apresentados na forma de histogramas de frequência – que apontam o percentual de sujeitos que contribuíram com a construção do discurso.

4.1 O Discurso do Sujeito Coletivo dos moradores de Sítio dos Pintos

4.1.1 Pergunta 1 – *Qual a sua opinião sobre o Sítio dos Pintos?*

IC-A: *Carente e desassistida*

- Muito pobre e carente, desarticulada e sem objetivo concreto. Precisa de muitas coisas, mas tem que ter gente de coragem para liderar. Não divulgam nada, não acontece nada. Não se trabalha de carteira assinada. Algumas coisas foram conquistadas, e hoje tem escola, água encanada, três linhas de ônibus e escadarias que dão acesso aos altos. Não tem muita violência, mas precisamos pedir ao governador e ao prefeito por segurança. Somos muito desprezados pelo poder público.

IC-B: Tranquilo

- O Sítio dos Pintos é uma boa comunidade. Uma tranquilidade. Há um tempo, era muita morte. Agora está bom. Muito tranquilo em termos de violência. É tudo amigo, tudo unido, todos são bons. Ninguém mexe com ninguém. É um lugar muito bom de morar e calmo, reservado. Durmo sem ter medo e meus filhos ficam pela rua. Acontecem alguns assaltos, mas é do pessoal que vem de fora. Gosto da calma, do contato com a natureza.

IC-C: Bom demais (clima, água, verde)

- É bom demais. O melhor lugar do mundo. Eu amo Sítio dos Pintos e nunca vou me mudar. Pode oferecer qualquer lugar de luxo que não vou. Tem tudo perto de casa, em todo canto tem tudo. Além da mata boa, que é considerada o pulmão do Recife, a gente tem a melhor água, que é mineral, limpa, tão boa que vem gente de fora buscar. E não falta água; é fácil fazer poço. O Sítio é muito molhado, com muitos lençóis freáticos. O clima é maravilhoso, é tudo verde, com muita arborização. O verde que temos é nossa vida, nosso pulmão, que a gente precisa manter. Gosto muito da comunidade. Só saio daqui para Casa Amarela ou Camaragibe. Quem vai para fora volta, pois dizem que quem bebeu a água da Fortuna volta. O que a gente quer tem, melhor do que antigamente, que era tudo longe e a comunidade era isolada.

IC-D: Tem estrutura

- O Sítio dos Pintos é super evoluído. Foi criando as associações, que reivindicaram muita coisa, e começou a crescer. Tem luz, água encanada, ônibus. Mercado grande é longe, só em Camaragibe ou Casa Amarela. Mas tem ônibus na porta. Aqui tem posto de saúde e a gente resolve tudo por aqui. Dois Irmãos já desenvolveu muito. Não tinha creche, mas a universidade e a comunidade conseguiram para 2012 o terreno da prefeitura. Hoje tem abastecimento de água. Avançou em estrutura, que era muito atrasada.

IC-E: *Pessoas são desocupadas e jovens usam drogas*

- No Sítio dos Pintos, falta muita coisa para crianças e adolescentes, que estão entrando no mundo das drogas. Temos filhos e netos na comunidade. Os líderes têm que tomar providência. Precisa ter espaço para botar esses meninos para fazerem artes, exercícios, curso de computação. Os adolescentes nas escadarias...é triste. É muita gente desempregada, desocupada. Antigamente eram só os funcionários da universidade. Hoje droga tem muita.

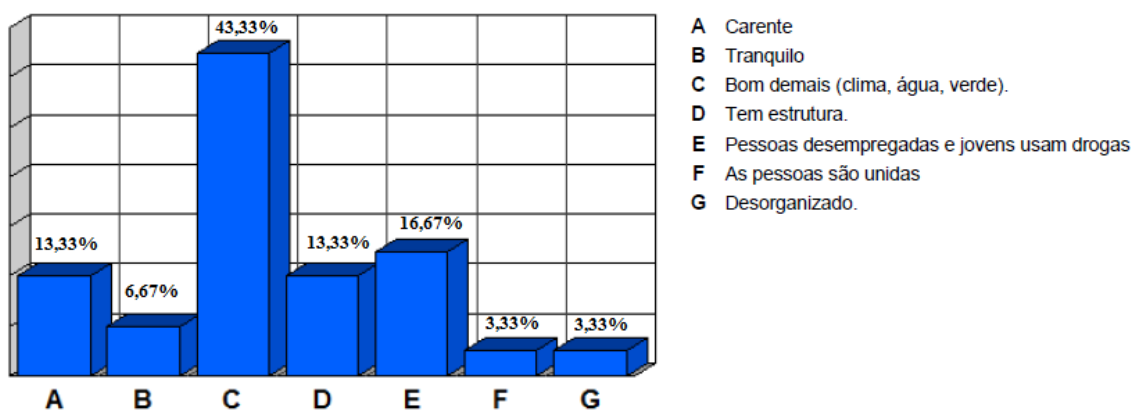
IC-F: *As pessoas são unidas*

- Há um tempo, era muita morte. Agora está bom. É tudo amigo, tudo unido.

IC-G: *Desorganizado*

- A comunidade é boa. Mas precisava ter mais organização. Tinham que botar lombada, lixeira na frente das casas. A rua ia ficar mais limpa. As pessoas são boas, mas tinham que se unir mais para ter mais civilização.

Gráfico 1 - Qual a sua opinião sobre Sítio dos Pintos?



4.1.1.1 – Análise de resultados

A primeira pergunta do roteiro se baseou na finalidade de descobrir as opiniões dos entrevistados acerca do lugar onde moram, da maneira mais solta e espontânea

possível, para que revelassem suas impressões do local, sem indução de expressões como “você considera violento?” ou “O que você acha da falta de saneamento?”. A intenção foi abarcar o maior número possível de opiniões para que pudéssemos analisar as representações sociais daquelas pessoas, inicialmente no sentido descortinar o sentimento de *pertencer* à comunidade.

As respostas foram as mais diversas, ora negativas ora exaltadamente positivas, caracterizando a diversidade de ideias e de modo a respeitar as cognições individuais. O primeiro grupo de Ideias Centrais (IC-A) considera o Sítio dos Pintos *Carente e desassistido*. Além de se acharem pobres, reclamam da ausência de lideranças comunitárias que lutem por melhores condições de vida e da atuação do poder público, inclusive na segurança. A reclamação remete ao pensamento de Bauman (2003, p.79) acerca do desengajamento dentro das comunidades, que se basearia na “percepção da injustiça e das queixas que ela faz surgir”.

De acordo com o autor, as queixas pela atuação do poder público na comunidade são consequência da política do Estado mínimo¹¹ e da consequente fragilização local. Bauman (2003) acredita que “quanto mais pulverizados [os nativos da comunidade], tanto mais fracas e diminutas as unidades em que se dividem, tanto mais sua ira se gasta em brigas com vizinhos igualmente impotentes, e tanto menor é a chance de ação comum” (p.95-96).

Complementa o raciocínio o que Wanderley (IN SAWAIA, 2009) teoriza sobre exclusão social, que foi um dos sentimentos expressos nesse discurso. Segundo a autora, a exclusão se apresenta no sentir-se discriminado ou revoltado, em subjetividades que não podem ser explicadas apenas pela determinação econômica, mas por formas diferenciadas de legitimação social. Esses fatores se manifestam no cotidiano como sociabilidade, afetividade, identidade e consciência, por exemplo. Para a autora:

Existem valores e representações do mundo que acabam por excluir as pessoas. Os excluídos não apenas do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural (WANDERLEY IN SAWAIA, 2009, p.17-18).

¹¹ Tendência a partir da qual os governos deixam de assegurar antigos deveres como segurança e educação, por exemplo, e repassam tais obrigações para empresas privadas, sob o argumento de que à medida que o capital avança a sociedade se torna autônoma.

Embora tenham usado de eufemismo para tratar do quesito violência, notamos, em momentos posteriores e em informações sobre crimes ocorridos na comunidade, geralmente praticados por grupos de extermínio, que os moradores procuram amenizar a insegurança para evitar o estigma do bairro, que já foi considerado violento no passado e é visto dessa forma por pessoas de fora. Percebemos essa apreensão em Ancoragens¹² (AC) que coletamos nas respostas a essa primeira pergunta e que registramos no software. Foram elas: “Violência em todo lugar tem”, “Assalto em todo canto tem” e “Drogas em todo lugar tem”. Essas expressões ditas de forma a tornar corriqueiros sentimentos e impressões que incomodavam os entrevistados demonstram o cuidado com que tratam do tema violência e que talvez não tenha ficado tão explícito nos discursos construídos.

Na mesma tendência, o grupo de moradores que expressou sua opinião sobre Sítio dos Pintos com a Ideia Central de que as pessoas são desocupadas e os jovens usam drogas (IC-E) ressaltou aspectos negativos da comunidade, revelando preocupação com a ociosidade dos jovens e adultos. Percebemos que as referências ao uso de drogas e ao desemprego dos moradores apareceram ao longo de quase todas as entrevistas, embora não deixemos explícito para evitar a redundância e porque não vamos nos deter às temáticas.

Por outro lado, muitas Ideias Centrais giram em torno de referências positivas, como tranquilidade, estrutura, abundância natural. A maior parte dos moradores, no início das respostas, caracterizava de forma otimista a comunidade, deixando os aspectos dos problemas para o final das falas ou de maneira oculta. Na Ideia Central que indica a qualidade de tranquilo ao bairro (IC-B), os moradores enfatizam o fato de o Sítio ter sido violento e estar mais calmo no presente. A questão da violência aparece mais uma vez, embora seja tratada como algo externo à comunidade.

Conforme pondera Mélo (2009), o estigma da violência geralmente leva os moradores de bairros com menor concentração de renda da Região Metropolitana do Recife a não assumirem a criminalidade no local onde vivem pelo sentimento de

¹² Importante nas análises de representações sociais, a Ancoragem é a expressão de determinada ideologia dos entrevistados que está embutida no seu discurso como se fosse uma afirmação qualquer (LEFEVRE E LEFEVRE, 2010). Seria, para Moscovici (2009) a tendência de tornar familiar o que não é familiar, levando-nos a encaixar o que desconhecemos nos rótulos que conhecemos.

segurança que a comunidade proporciona. Parece ser o caso de Sítio dos Pintos, que, apesar da fama de local inseguro estampada na mídia ou na opinião de pessoas externas, considera-se tranquilo. Segundo o autor, ao se analisar dados como os do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, atualizado anualmente: “observamos uma sobreposição geográfica quando confrontamos os indicadores de violência com os que representam as carências de direitos econômicos e sociais, tornando algumas áreas potencialmente mais vulneráveis às ocorrências de homicídios” (MÉLO, 2009).

No Blog do Sítio dos Pintos¹³, mantido por comunicador residente na comunidade, observamos diversas publicações referentes à violência local. Em publicação do dia 23 de agosto de 2011, a página da internet traz a seguinte notícia:

Moradores falam do maior problema do bairro de Dois Irmãos no momento, a insegurança. O grande problema das comunidades de Sítio dos Pintos, Sítio São Braz, Sítio Sapucaia e Córrego da Fortuna, em Dois Irmãos, na Zona Norte do Recife. As comunidades se preocupam com o grande índice de assaltos na região e também da falta de um plano de ações do Governo do Estado. Segundo informações dos moradores existe uma explicação para a violência no bairro.

Após o fechamento do posto policial pela Secretaria de Defesa Social começou a ter assalto e até execução, a PM fez ações no bairro que diminuiu os assassinatos, mais continua a insegurança. Já outros habitantes sugerem maior investimento em atividades para os jovens, afirmando que se tivesse mais atividades culturais, cursos profissionalizantes, acesso às ações educativas e esporte, a violência diminuiria.

Já na categoria C – *É bom demais (clima, água, verde)* – observamos Ideias Centrais pautadas na exaltação às belezas naturais de Sítio dos Pintos. O amor ao bairro é declarado por moradores baseados no clima fresco, na abundância vegetal e principalmente na água. A água limpa, mineral, farta aparece em quase 100% das entrevistas, muito embora não esteja visível em todas as análises, uma vez que procuramos concentrar as opiniões em cada categoria e suprimir as falas coincidentes. Vale ressaltar que, durante as entrevistas, percebemos a satisfação dos moradores ao tratarem do assunto. Nas respostas, a água aparece como a riqueza de Sítio dos Pintos, como abundante e de fácil acesso, pela presença de muitos lençóis freáticos. Alguns relataram que basta cavar um metro para a água jorrar.

¹³ <http://sitiiodospintos.blogspot.com>

Os moradores possuem poço próprio desde 1986, mas, desde a década de 1990, a administração do que chamam “a Caixa D’Água” vem sendo conduzida pela Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa). No entanto, há dois anos, a companhia deu início à instalação de hidrômetros individuais. As representações sociais dos moradores, no entanto, demonstram que, independentemente de qualquer processo de modificação no abastecimento, a água é tida como diferencial, ponto forte da comunidade.

Outra categoria de Ideias Centrais dos moradores sobre o bairro, a IC-D, aponta para o otimismo dos moradores acerca da localidade, indicando que o Sítio *Tem estrutura*. O abastecimento de água, a presença de linhas de ônibus, o calçamento das vias, entre outros fatos, são encarados pelos residentes como fatores de desenvolvimento e evolução. Tendo em vista que nosso estudo segue na perspectiva do desenvolvimento local, vale retomar brevemente a teoria de Buarque (2002), que acredita na melhora da qualidade de vida da população, porém que venham acompanhada de iniciativas endógenas que demandem da organização e mobilização da população local, explorando suas potencialidades, com raízes fincadas na região.

A ideia de desenvolvimento presente nas representações sociais dos moradores não parece apontar para a direção do local, uma vez que se pauta na visão progressista de conquistas que, embora sejam valorosas, deveriam ser básicas a todos os bairros por se configurarem elementos indispensáveis de infraestrutura urbana, como abastecimento de água e posto de saúde.

Por fim, consideramos também as Ideias Centrais de representações que levaram a caminhos diferentes, embora complementares, como a IC-F, sobre as pessoas serem unidas. O entrevistado revelou que havia muita morte no passado, mas que agora são todos unidos. Embora trate da violência de modo semelhante, essa representação traz a questão da união, da amizade, fatores importantes numa análise sobre desenvolvimento local.

Com base na IC-G, considera-se o Sítio dos Pintos desorganizado pela ausência de lombadas, lixeiras e elementos de ordenação urbana. Da mesma forma que na questão anterior, também ressalta o fato de as pessoas serem boas e necessitarem de mais união.

4.1.2 Como é o dia-a-dia da comunidade e quem vive por aqui?

IC-A: As pessoas bebem ou vão às igrejas

- O pessoal por aqui gosta de beber. Não tem muita coisa acontecendo. Nada de festas, comemorações. Só o povo bebendo nos botecos, a rua é cheia de gente tomando alguma coisa e conversando. A gente vê o pessoal nos bares e vendas. Na semana, é mais junto com o comércio, e fim-de-semana é mais calmo. Deveria ter lazer, pois é só beber. Não tem diversão, só barraca para o povo tomar cachaça. Mas tem todo tipo de gente, também tem muita igreja. Mais de cinco igrejas evangélicas em todo o território, além de uma igreja católica e do Vale do Amanhecer, que é espiritualista. O povo aqui tem os que vão jogar futebol. O resto ou vai para a igreja ou bebe.

IC-B: Pessoas se divertem no futebol e na Festa da Padroeira

- Tem os bregueiros no final de semana, batedores de bola, o pessoal passando, os jovens conversando. Tem um espetinho, uma coisa assim. Todo ano fazemos o encontro dos artistas das comunidades. Tem a Festa da Padroeira, Nossa Senhora das Graças. As pessoas saem da casa de alguém, onde estiver a santa, e vão em romaria até a igreja católica da comunidade. É muito bonito. Uma vez no ano, a gente faz a Festa de São Pedro, o Dia das Crianças. E tem o aniversário da Associação de Moradores. Não tem muitas coisas, muito movimento de festas e eventos, mas o pessoal se diverte como pode. Também tem passeio na casa de familiares. No final de semana, o povo vai à praia, ao horto. No lazer, destacam-se os times de futebol, que utilizam o campo de futebol da Rural, os Veteranos ou Cinquentões, os Quarentões e seis times de jovens sub-20. Alguns desses meninos já estão em times profissionais de Pernambuco. Todos se juntam quando tem campeonatos. Procuramos promover torneios para que aqueles que jogam desde os 15 anos não parem de se exercitar, mantenham a forma e a saúde.

IC-C: Há pessoas da Rural

- Temos de tudo: professor, servidor público, trabalhadores desempregados, estudantes. A maioria são pessoas livres, de poder aquisitivo menor, biscateiros, lavadores de carro. As pessoas são normais. É uma comunidade muito simples, mas que tem de tudo. Tem jovens, adultos, crianças e idosos, cada um na sua rotina. Mas tem muito funcionário da

Rural ou da Soll e familiares morando, e estudantes também. Tem gente de todas as idades e tipos. A gente vê o povo passar para ir pro trabalho, pra Rural. Alguns conservam seu sitiozinho. As pessoas são boas, mas pouca gente é civilizada e organizada, deixa lixo fora, os carros passam correndo. Não tem muito o que fazer.

IC-D: *Pessoas trabalham fora*

- As pessoas aqui trabalham em outros locais, fora da comunidade, fazem bicos por aí.

IC-E: *Os jovens usam drogas*

- Não tem nada para a juventude. Os jovens estão nas drogas. Não tem muita coisa para fazer. Infelizmente os jovens apelam para as drogas. É crack, maconha. A gente não vê um atrativo para os adolescentes. Só vê muita gente bebendo e os que usam as drogas escondidos. Esse é nosso grande problema. O pessoal vive por aí, os jovens, sem opção de lazer. Uns até morrem.

IC-F: *Tem muitos jovens*

- Tem muita gente das antigas, mas muitos jovens. É tudo unido, irmão. É muito tranquila a rotina das pessoas. Todo mundo tem sua vidinha, suas coisas, se conhece, conversa bastante nas ruas. Jovens e velhos convivendo. Mas tem mesmo mais jovens, tem demais. É muita gente que mora aqui. As pessoas são calmas, se conhecem. No geral, é muita juventude na rua.

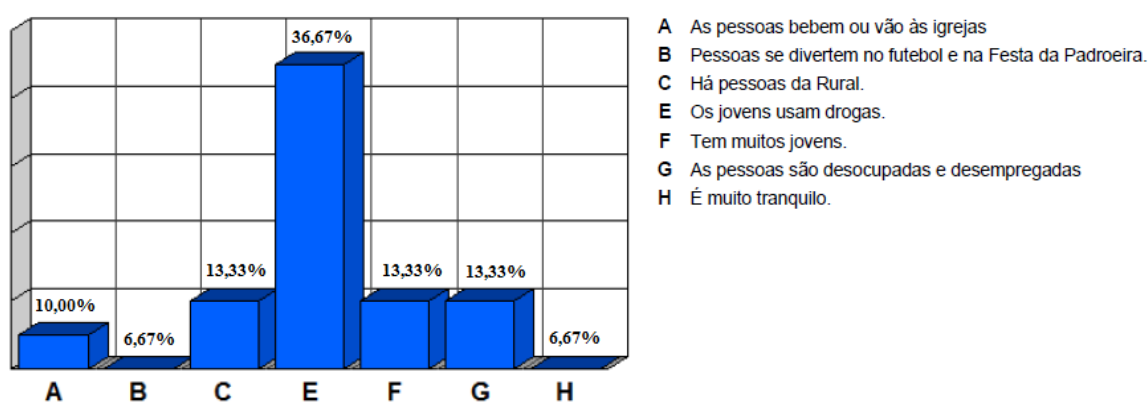
IC-G: *As pessoas são desocupadas e desempregadas*

- Tem gente feito nós, com inteligência, mas sem oportunidade. O desemprego é o principal problema. Mas é calmo no dia-a-dia. As pessoas não têm muito o que fazer. As pessoas são gente comum, muita juventude desocupada, alguns comerciantes e muitos desempregados. As pessoas são boas, só que desarticuladas e desunidas. Cada um vive sua vida e não pensa nos objetivos da comunidade. Os jovens não têm onde ficar e o que fazer. Tem campo para jogar futebol, mas eles precisam de outras ocupações. Tem muitos desempregados, muita ociosidade.

IG-H: *É muito tranquilo*

O dia-a-dia das pessoas é tranquilo. Ninguém se mete no que é dos outros. Somos unidos, mas podia ser mais. Somos pessoas simples, mas todo mundo tem suas coisinhas. É cada um com sua atividade. Tudo calmo, normal, como em todo bairro. Mas queremos o posto policial. Violência e assalto tem em todo canto. Aqui tem de vez em quando. Teve uma época violenta, que vinham roubar a gente. O povo da comunidade dava jeito. Hoje está melhor. As pessoas também querem mais saúde, porque a turma reclama muito do posto de saúde. Mas é calmo, a gente caminha pela rua e no campo da Rural.

Gráfico 2 - Como é o dia-a-dia da comunidade e quem vive por aqui?



4.1.2.1 Análise de resultados

Observamos, com os Discursos do Sujeito Coletivo construídos a partir da segunda questão, as representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos acerca do cotidiano da comunidade, incluindo a rotina, as pessoas, as festividades, a religiosidade. Com essa questão, quisemos adentrar no dia-a-dia da comunidade e conhecer melhor sua gente, seus hábitos e, dessa forma, descobrir possíveis potencialidades locais motivadoras de desenvolvimento local e possíveis relações cotidianas com a Universidade Federal Rural de Pernambuco. Essas revelações nos permitiram maturar objeto na questão do bairro e do cotidiano, cuja importância destacou Certeau (2008).

As Ideias Centrais organizadas na categoria *As pessoas bebem ou vão à igreja* (IC-A) revelam que a questão do alcoolismo é uma das marcas negativas do bairro. Não pelo fato de haver bares na localidade e pessoas consumindo álcool, o que não caracteriza necessariamente um quadro problemático dentro de um bairro, contudo, pela referência negativa com que os moradores fazem desse hábito. Percebe-se, nas representações dos entrevistados, que a presença constante das pessoas em

estabelecimentos como botecos e vendas está ligada à falta de ocupação e de lazer. Ao mesmo tempo, notamos, nesse discurso, a antiga dualidade entre sagrado e profano, na relação de oposição que a maioria das falas traz entre bar e igreja. “Ou bebem ou vão à igreja”, dizem os moradores, como se houvesse apenas as duas opções.

Na IC-G, vemos que as representações seguem a mesma linha, revelando a desocupação das pessoas na comunidade, caracterizada pelo desemprego. A ociosidade de adultos e jovens, como demonstra também a IC-E, é tratada como fator preponderante para consequências como o alcoolismo e o uso de drogas ilícitas. Observamos que esses problemas são reafirmados nessa segunda questão feita aos moradores, que já utilizaram os mesmos recursos para ilustrar sua opinião geral sobre a comunidade. Notamos também a reafirmação de que as pessoas são desarticuladas, desunidas e não compartilham de objetivos comuns, o que, de acordo com nosso estudo, dificultaria o vislumbre do desenvolvimento local. O capital social, estímulo e instrumento para o desenvolvimento local, nesse caso, parece não ser elemento fortalecido no Sítio dos Pintos. Bourdieu (1998) acredita que, para alcançar objetivos comuns numa comunidade seria necessária ação coletiva, uma verdadeira força-tarefa de mobilização que só se conquista com a união das forças.

De outro ângulo, a categoria de Ideias Centrais IC-B revela-nos a questão das festas. Embora, durante a maioria das entrevistas, tenhamos ouvido negativas acerca de lazer e diversão, principalmente nas respostas à essa segunda questão, percebemos a presença de festejos, como a Festa da Padroeira, além de eventos anuais como o Dia das Crianças, a Festa de São Pedro e ainda o aniversário da Associação de Moradores, que também promove festival anual com os talentos musicais dos Pintos e de outras comunidades da zona norte do Recife. Conforme pondera Martín-Barbero (2009), as festas, com sua repetição, balizam a temporalidade das culturas populares, uma marca na vida coletiva. Para o autor:

a festa não se constitui [...] por oposição à cotidianidade; é, antes, aquilo que renova seu sentido, como se a cotidianidade o desgastasse e periodicamente a festa viesse a recarregá-lo novamente no sentido de pertencimento à comunidade. E isso é realizado pela festa, que proporciona à coletividade tempos periódicos para descarregar as tensões, para desafogar o capital da angústia acumulado. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p.136).

Concordamos com o autor quando analisamos as representações dos moradores dos Pintos, que, ao mesmo tempo que reclamam da falta de lazer, comemoram as

poucas festividades e falam delas com satisfação. A satisfação também está presente na voz do que jogam futebol. A presença de times na comunidade parece ventilar o cotidiano de crianças, jovens e adultos, que utilizam o espaço do campinho do bairro e do campo de futebol da UFRPE, demonstrando vínculo importante para os atletas do Sítio.

Foto: Arquivo Associação dos Moradores de Sítio dos Pintos



Figura 4 – Times de futebol do Sítio dos Pintos na UFRPE

Ainda acerca do cotidiano em Sítio dos Pintos, destacamos a presença de pessoas jovens na fala dos moradores, representação reforçada em mais de uma categoria de Ideias Centrais. De fato, segundo dados do Censo 2010 do IBGE, dos 7.276 habitantes de Sítio dos Pintos, apenas 2.254 são maiores de 40 anos.

Trouxemos ainda uma categoria específica de Ideias Centrais sobre a UFRPE (IC-C), instituição cujo nome está presente em inúmeras representações sociais dos moradores da comunidade vizinha. Vemos que a presença de funcionários, terceirizados e estudantes no dia-a-dia da localidade interfere diretamente na rotina dos moradores. Podemos afirmar, nesses discursos, que os residentes em Sítio dos Pintos, percebem e sentem a interferência da universidade.

4.1.3 Terceira pergunta: *O que você sabe sobre a história de Sítio dos Pintos?*

IC-A: *Era mata e muita água*

- Era uma mata fechada. Não tinha nada, só poeira e areia. As poucas casinhas que existiam eram muito isoladas no matagal. Quase não tinha morador. A gente veio por causa da água, que jorrava e jorra até hoje. Era rico de água. Tudo era longe.

De acordo com os antigos, era engenho esta área antes.

IC-B: Casas precárias, sem energia e calçamento

- Quando cheguei, na época do candeeiro, era uma parte acidentada, casebres cobertos de capim. Sempre foi um sítio. Hoje é um sítio que tem história. Os Pintos era bem diferente. Todos iam apanhar ônibus na parada da UFRPE, tinham que andar 1,1Km. Não tinha estrada nem energia elétrica, só as matas. Tinha algumas casas cobertas de palha e madeira. Não tinha calçamento ou água encanada. A situação era um pouco precária. Mas a coisa evoluiu. O primeiro passo foi o prefeito colocar a iluminação pública em 1967. A gente antes acendia, de noite, todos os postes da comunidade, com a varinha, e, de dia, apagava. A Rural já existia com os menos prédios, menos evoluída e não tinha habitação. Tinha mais campo, vestígios de mata. Tomava água de cacimba do riacho que tinha, que cortava a comunidade. A gente enchia o tonel de água, lavava roupa. Era aquela água de sapo, como diziam. A gente pegava lenha pelo matagal, pois não tinha nada, nem fogão nem energia para fazer as coisas básicas, cozinhar. Tinha bichos também, jiboia, muito sapo, muriçoca. Um dia encontraram a onça do horto. Até hoje muita gente não tem documentação porque a comunidade foi sendo ocupada com invasões. Primeiro os funcionários da Rural vinham para morar mais perto do trabalho. Muitos moravam no interior e vinham com a família invadir. Morava numa casa de pau-pombo. Fiz barraco de plástico. Era uma paisagem bonita, mas as casas eram bem pobres. Muito diferente de hoje. Hoje tem muita gente pobre, mas a gente come do bom e do melhor. As casas agora estão bem melhores, de alvenaria. Hoje tem ônibus. Professores e estudantes nos procuraram para fazer pesquisa antigamente. Ajudaram e incentivaram a formar a Associação de Moradores em 1982. Primeiro veio a luta pela água e pela pavimentação até a Rural. Depois conseguiram ônibus, muros de arrimo, orelhões. Sítio dos Pintos passou a ser o novo bairro do Recife naquela época.

IC-C: Era mata fechada, com fruteiras, bichos e roçados

- Era aquela mata fechada. Lembro bem que tinha muitas frutas. Tinha manga, jaca e um rio que cortava a comunidade. O pessoal pescava. Era bem diferente. Quando chovia, era um rio, uma lama. Alguns plantavam em quintais, roçados. Todo mundo trabalhava na enxada, e hoje ninguém quer trabalhar. Eu plantava e tinha pé de graviola, bananeira. Tinha muita jaca, acerola, sapoti, ingá, fruta para roubar. Manga à vontade, cajueiro. Alguns plantavam macaxeira. Tinha pé de coco. Antes era melhor, porque tinha muita mata e muita fruteira. O pessoal plantava pés de fruta no quintal onde também criavam bichos. Era feito sítio. Era aquele capoeirão. O povo criava cabra, galinha. Foram fazendo casinhas e vendendo. Alguns ainda plantam alguma coisa.

IC-D: *Origem do nome e galinhas*

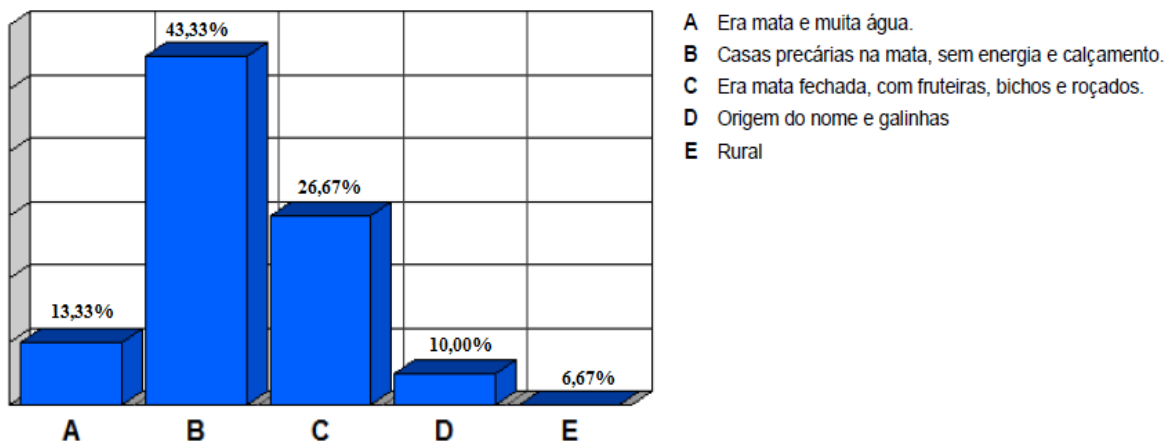
- Eram muitas casas de barro, precárias. Mas as pessoas tinham sitiozinhos, muita galinha no quintal. Aí a turma botou o nome de Sítio dos Pintos, porque tinha muitos pintos, aves. Era uma mata. Não tinha nada, só a Rural. Era uma reserva florestal. Não tinha calçamento, barreira. Hoje é uma cidade. Tinha vaca, galinha, muitos animais. Tinha roçado, o pessoal plantava quiabo, macaxeira, inhame, banana, manga, jaca, jambo. Tinha muita Mata Atlântica e o clima era outro. Muitas fruteiras que o povo cultivava em seus roçados. Criavam cabra, gado e também galinhas e pintos, como diz o nome.

IC-E: *Rural*

- Eu trabalhava na universidade e desocupou uma casa dentro de Sítio dos Pintos. O reitor me deu a casa. Fiquei muito contente. Para mim foi uma loteria que ganhei, porque vim morar em cima da repartição. Antes tinha mais verde. A estrada era de barro, clima de interior. Muitos funcionários moravam nas casas da repartição. Hoje a universidade não recupera mais esses terrenos. A poluição aumentou. Antes era só ave, passarinho na janela. Era uma área de estudo. Ia ser de salas de aula, pois tinha um trabalho dos estudantes com búfalos e plantas. O pessoal foi invadindo. Tinha carneiros. Era difícil a Rural deixar fazer alguma coisa. Tinha muito jambeiro, pé de fruta, e a Rural dizia que o povo iria destruir. Mas quebraram tudo. O Departamento de Zootecnia fornecia as coisas de animais para as pessoas. Só tinham 64 casas da Universidade Federal Rural. Depois, o reitor permitia construir casas, mas não dava o título de posse.

Nem areia podia tirar que a Rural não deixava. A gente participava das festas da Rural, com o pessoal da família dos funcionários. Era bom demais. A Rural foi onde fui abraçada, pois vendia tapioca lá. Eu trabalhava na universidade e desocupou uma casa dentro de Sítio dos Pintos. O reitor me deu a casa. Fiquei muito contente. Para mim foi uma loteria que ganhei, porque vim morar em cima da repartição. Antes tinha mais verde. A estrada era de barro, clima de interior. Muitos funcionários moravam nas casas da repartição. Hoje a universidade não recupera mais esses terrenos. A poluição aumentou. Antes era só ave, passarinho na janela. Era uma área de estudo. Ia ser de salas de aula, pois tinha um trabalho dos estudantes com búfalos e plantas. O pessoal foi invadindo. Tinha carneiros. Era difícil a Rural deixar fazer alguma coisa. Tinha muito jambeiro, pé de fruta, e a Rural dizia que o povo iria destruir. Mas quebraram tudo. O Departamento de Zootecnia fornecia as coisas de animais para as pessoas. Só tinham 64 casas da Universidade Federal Rural. Depois, o reitor permitia construir casas, mas não dava o título de posse. Nem areia podia tirar que a Rural não deixava. A gente participava das festas da Rural, com o pessoal da família dos funcionários. Era bom demais. A Rural foi onde fui abraçada, pois vendia tapioca lá.

Gráfico 3 - O que você sabe sobre a história de Sítio dos Pintos?



4.1.3.1 – Análise de resultados

Na terceira questão, procuramos revisitar a história de Sítio dos Pintos nas representações dos moradores, a fim de registrar um passado de poucas linhas oficiais, mas que se confunde com a chegada da UFRPE ao bairro de Dois Irmãos e representa a

razão de ser da comunidade. Como não encontramos muitos registros, documentos e bibliografia acerca dessa história, achamos relevante incluir a pergunta no roteiro de entrevista, de modo a obter material de análise das representações sociais e, ao mesmo tempo, informações para caracterização da comunidade que estudamos.

Nesse momento, o agrupamento de Ideias Centrais em categorias para a construção dos Discursos do Sujeito Coletivo não foi fácil, pois os relatos circulavam em torno das mesmas referências, contudo mantivemos o molde do software para não interferir na análise, procurando categorizar pelos aspectos mais destacados pelos grupos de ideias semelhantes. No geral, percebemos uma memória coletiva, num discurso coletivo, ilustrada pela abundância natural na localidade, onde havia vasta Mata Atlântica, água natural e nenhuma estrutura urbana.

Nas representações sociais dos moradores, a ausência de energia elétrica, água encanada e calçamento é lembrada junto com narrativas dos alfares do dia-a-dia, quando buscavam lenha para cozinhar e água para consumo e limpeza, no riacho, até meados da década de 1960. Como procuramos, durante a entrevista, conhecer não apenas as histórias individuais, mas o que cada entrevistado sabia sobre a história, deparamo-nos com achados interessantes, como o dia em que uma onça do horto apareceu na comunidade, na época da “mata fechada”, e também os relatos do morador que acendia e apagava os primeiros postes artesanais de iluminação do Sítio dos Pintos.

Por meio dessas revelações e lembranças, algumas bem vivas, outras mais vagas e recontadas, as primeiras ocupações eram bastante precárias, de barro, lona ou madeira, até depois dos anos 1980, quando, por ter se transformado em bairro, o local recebeu atenção do poder público. Na casa de um dos moradores, encontramos registro fotográfico dessa época, quando a comunidade, então novo bairro do Recife, recebeu a visita dos líderes políticos Miguel Arraes e Jarbas Vasconcelos, na época governador do Estado e prefeito do Recife respectivamente.

Foto: Arquivo Associação dos Moradores de Sítio dos Pintos

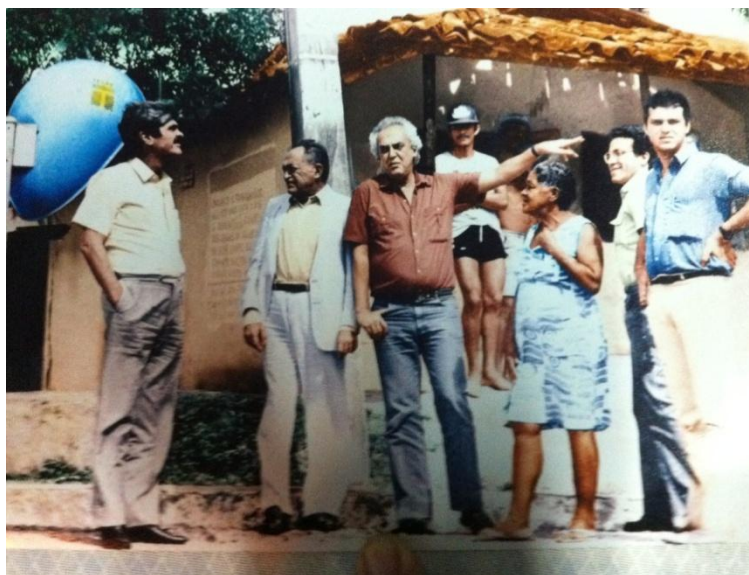


Figura 5 – Miguel Arraes e Jarbas Vasconcelos visitam os Pintos na década de 80

Dessas recordações do passado, vemos, muito claramente, a presença da Universidade Rural na construção da comunidade, que começou a ser habitada quando todo o terreno pertencia à União, na prática, e residências foram construídas no interior da instituição para abrigar funcionários que lidavam com as plantações e os animais em tempo integral. Eram espécies de caseiros, da forma como contam os mais antigos, e recebiam o direito à moradia. Mais tarde, houve concessões informais de reitores – embora sem registros oficiais por parte da universidade – para que outros funcionários se instalassem nas redondezas, construindo suas casas, mas sem poder de interferência, como notamos nas falas.

O cultivo de fruteiras, os roçados e a criação de animais, como galinhas e pintos, que parecem ter originado o nome do bairro, eram atividades corriqueiras, o que dava à localidade caráter rural, até pela fraca infraestrutura, que reforça esse perfil do Sítio dos Pintos da década de 1940 até meados de 1980. Com o passar dos anos, o local foi tomando ares de *favela*, com barracos precários e evoluiu para as construções de alvenaria, embora sem saneamento básico e outros elementos do aparato urbano.

A respeito desses achados, concordamos com Bosi (1994), quando destaca nas “memórias de velhos” rica fonte de pesquisa não pelo apelo romântico do passado, mas como análise das lembranças como documentos vivos. Para a autora, tais lembranças se

constituem numa “espécie singular de obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idade: a obrigação de lembrar, e lembrar bem” (BOSI, 1994, p.63).

4.1.4 Quarta pergunta: *Qual a sua relação com a Universidade Federal Rural de Pernambuco?*

IC-A: *Não tem relação direta com a Rural*

- A Rural nunca fez nada. É um órgão como outro qualquer. Não tenho nada direito com a Rural. Não quero nada que o vizinho tenha. Só vou às vezes passear por perto. Nunca tive muito contato com a universidade. Antigamente a Rural era nova na área, era pequena. Hoje é boa, mas não faz nada por mim. Vivo na minha casa. Ela apenas fica perto, dona disto aqui. Gosto da universidade, mas não faço nada por lá.

IC-B: *Servidor(a) ou parente de servidor(a)*

- Somos servidores, parentes de servidores, pensionistas, aposentados e também funcionários terceirizados pela empresa Soll. Como morador, a universidade é muito importante para Pernambuco, Brasil, Dois Irmãos e as comunidades do entorno. Faz 30 anos que convivo lá, desde que comecei a trabalhar. Gosto muito de lá, mas acho que deveria participar mais.

IC-C: *Depende do público da universidade*

- Ai de mim se não fosse a Rural. Alunos, professores vêm no meu estabelecimento. Minha relação é boa. Dependo deles. As pessoas de lá vêm resolver as coisas por aqui na comunidade. Isso ajuda.

IC-D: *Admira ou gostaria de trabalhar na UFRPE*

- Meus parentes trabalhavam na Rural. Tentei entrar e não entrei. Não tive chance. Comecei derrubando a mata, trabalhei de pedreiro, carpinteiro. Rodei para trabalhar ali. Sou doido, até hoje, para trabalhar na Rural. Gosto da Rural, pois tem física, um campo maravilhoso. Participo, todo ano, do Natal Solidário. A gente passeia, senta nos banquinhos para tomar vento. Lá é bonito, arejado. A universidade é ótima. Não tem o que falar. Tem o Damo, tem campo de futebol para a gente caminhar, ver se perde peso.

IC-E: *Ligação com a UFRPE no passado.*

- Nasci e me criei dentro da Rural. Ajudava meu irmão a lavar carro e meu pai a vender macaxeira. Almoçava no restaurante da Rural, os estudantes botavam para dentro. Conheço muito professor e funcionário. Já fui procurar emprego, mas até hoje espero. A gente fornecia marmita para o pessoal de lá. Também fizemos curso de comida que ofereceram para a comunidade. Foi bom e para eles foi bom também. A gente vivia na Universidade Rural, se alimentava no restaurante. As estudantes forneciam comida para a gente, tudo pequeno. Tinha um horário para a gente depois do pessoal de lá. Um galpão onde a gente sentava. Sempre ia lá antigamente. Antes a gente ia para festas lá. Hoje nunca vou lá. Nem sei se posso frequentar o Damo.

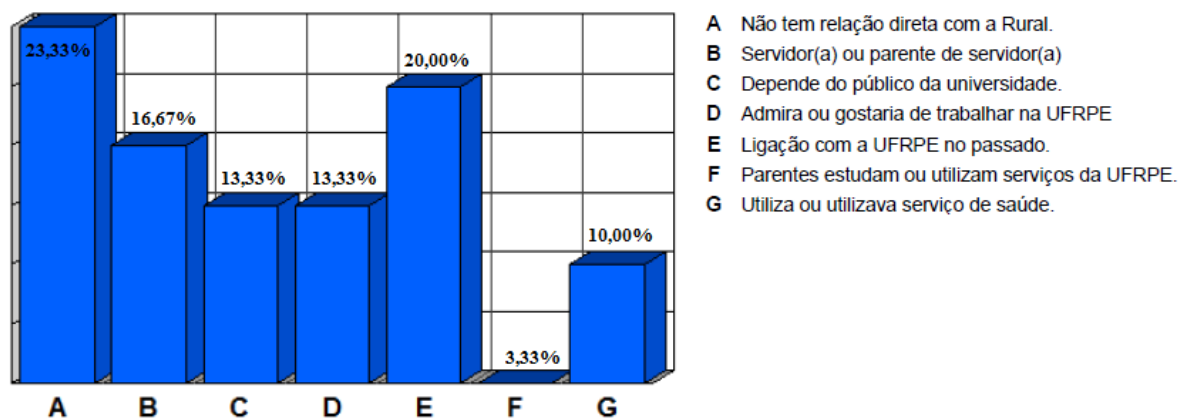
IC-F: *Parentes estudam ou utilizam serviços da UFRPE*

-Não entendo muito. Minha menina fez natação lá. Meu sobrinho faz curso também e vive lá dentro estudando. Acho bom porque meu menino pode fazer uma coisa também, que está com 16 anos.

IC-G: *Utiliza ou utilizava serviço de saúde*

- Não entendo nada, porque a família da gente não trabalha lá. Mas vou sempre lá ver alguma coisa de saúde, no Damo. Tenho carteira de lá. O atendimento é bom. Mas, depois que botou o posto médico, cortou lá. Só entra funcionário. Fui me consultar e a diretora me cortou e "morreu o boi". Nem na Rural mais eu ia. Sempre tive a Rural como universidade importante para todos. Sempre era atendida lá com coisas de saúde.

Gráfico 4 - Qual sua relação com a Universidade Federal Rural de Pernambuco?



4.1.4.1 – Análise de resultados

A partir dessa quarta questão, entramos diretamente nas relações que os moradores de Sítio dos Pintos possuem com a UFRPE. Embora estejamos tratando de extensão universitária na pesquisa, não utilizamos essa palavra na abordagem com os entrevistados, embora tenhamos necessariamente tocado nela, ao longo das três últimas perguntas, com todos os participantes, sendo que a quase totalidade desconhecia a expressão. Dessa forma, optamos por obter o material para análise de forma mais sutil, indireta, embora tenhamos mantido em mente que a extensão universitária é a via de mão dupla entre universidade e sociedade, por meio da qual a primeira utiliza o conhecimento produzido em favor da segunda e também integra, em suas atividades, as mediações os saberes que engendram a comunidade.

Nessa quarta pergunta, por intermédio da qual quisemos descobrir os tipos de relações existentes entre os moradores e a UFRPE, chamou-nos atenção inicialmente as Ideias Centrais agrupadas na categoria *Não tem relação direta com a UFRPE (IC-A)*. O discurso traduz certo sentimento de diferenciação, de desvinculação com a instituição vizinha. Ou por realmente não ter relação de nenhuma natureza a não ser de proximidade ou por considerar a universidade ausente na comunidade, os moradores – 23,3%, como observamos no gráfico quantitativo – não parecem sentir-se integrados com o centro acadêmico que deu origem ao seu bairro.

O cenário diversifica quando a coletividade se assume parte da UFRPE por integrar, de fato, a instituição como servidores, funcionários terceirizados, pensionistas ou dependentes, conforme indica a IC-B. Nesse caso, o Discurso do Sujeito Coletivo assume interjeições de intimidade, embora não se isente de cobrar maior participação da entidade federal no bairro com o qual divide os muros.

De outro lado, uma terceira face da coletividade em questão revela, nas representações sociais, que a comunidade *Depende do público da universidade*, como observamos na IC-C. O DSC demonstra, em primeira pessoa, a presença de comerciantes e autônomos que se sustentam por causa da UFRPE, com a clientela de estudantes, servidores e professores. São donos de estabelecimentos de alimentação, vendas, conserto de sapatos e bolsas, lavadores de carro, taxistas e outros trabalhadores que construíram sua vida em torno da movimentação universitária. Para eles, a relação com a Universidade Rural é de dependência e gratidão.

Esse sentimento de admiração também está presente quando analisamos o discurso dos moradores de Sítio dos Pintos no ângulo da Universidade Rural como objeto de desejo. Na IC-D, vemos o lado dos que têm a universidade como o carro-chefe do bairro, o destaque e porto-seguro. Gostariam de trabalhar na instituição ou apenas exaltam os atributos do campus. Já na categoria IC-E – *Ligação com a UFRPE no passado* –, os moradores remetem a relação ao passado, quando faziam refeições no antigo Restaurante Universitário, por exemplo.

Também existem a relação indireta, por meio de parentes e amigos que estudam ou utilizam serviços da universidade, assim como aqueles que se referem ao antigo Departamento de Assistência Médico Odontológica (Damo) da UFRPE, hoje Departamento de Qualidade de Vida. Nesse caso, como observamos na IC-G, uns afirmam que são atendidos no local e outros que foram *descartados* do serviço, que, após a instalação de posto de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) no bairro, ficou restrito a funcionários e filhos de funcionários. A referência ao serviço de saúde da UFRPE esteve presente, todo o tempo, na fala dos moradores, em respostas a outras perguntas também, o que demonstra como a assistência era importante e marcante para as pessoas da comunidade.

4.1.5 Quinta pergunta: *O que representa a UFRPE para Sítio dos Pintos?*

IC-A: *Não faz nada ou poderia fazer mais*

- A Rural nunca fez nada aqui. Fizemos reunião com o reitor e vamos falar com a nova reitora com gosto de gás. O maior problema são as coisas que vêm e não ficam. Trazem umas ideias e pesquisa, mas não têm continuidade. Tinha um reitor que foi muito aberto, abriu vários canais de ligação conosco. Esse novo é um silêncio. Você não vê nada, nenhuma pessoa da Rural procurar a situação do povo. Não vejo a Rural fazendo nada por aqui na comunidade. O pessoal que trabalha lá gosta, porque é um emprego certo. Mas, fora isso, não tem nada. Vivo na minha. Não vejo ninguém aqui dentro ajudando. Para a comunidade, a Rural é zero, porque não atende mais ninguém lá. Depois do SUS com posto médico aqui, a Rural não atende mais nada, só funcionário e filho de funcionário. A UFRPE é quase nada, porque eles atendem mais os estudantes.

Mas é uma instituição muito importante para nossa comunidade e para o Estado. Essa comunidade toda foi construída por causa da Rural, que chegou primeiro nesta mata. Ela faz parte da nossa história e sempre está presente. Mas não atua muito aqui.

IC-B: *A universidade tem parceria com a comunidade.*

- Temos um bom relacionamento com a Universidade Rural, através dos professores, que sempre nos procuram para fazer projetos, como as plantas medicinais, cursos. Temos apoio nos esportes. No campo de futebol da UFRPE, conquistamos espaço nos domingos e, quando precisamos, nas sextas. Fazemos treinamento com jovens. Se a gente não tivesse esse espaço, como eles treinariam? Agradecemos muito a essas pessoas da universidade. Tínhamos convênio com a Pró-Reitoria de Atividades de Extensão para o *Cinema no Sítio*. Passamos uma vez por mês na Associação ou nas ruas. Tinha filme para todo mundo, sem sexo e violência. A UFRPE cedia dois estudantes, tela, retroprojetor e assistência técnica. Espero que possamos retomar. A UFRPE representa muita coisa boa. Participa com a piscina para a comunidade, o núcleo de saúde. Os médicos atendem a comunidade. E tem a quadra, que, de vez em quando, os meninos nos Lions querem jogar e os professores articulam. A universidade faz parceria com as comunidades, com a Pró-Reitoria de Extensão, que é um papel importante. Mas ainda tem que dar muita assistência em projetos de extensão, abrir mais.

IC-C: *Não retomar o território é uma ajuda*

- Só em a UFRPE não encerrar as coisas da gente já é importante. Esse pessoal antigo que mora aqui foi o reitor que mandou. As barracas eram da Rural. Todo mundo fez, e ele cedeu a área.

IC-D: *A Rural sustenta os que trabalham lá e nas redondezas*

- A Rural é boa para quem gosta de trabalhar. Quem não gosta bate o ponto e vem para a comunidade beber. A Rural é boa demais. É mãe e pai de todo mundo aqui. A Rural dá oportunidade à gente de ter ocupação, ganhar o pão. Dou graças a Deus por estar aqui perto. Isso aqui é tudo da Rural. O colégio [Codai], quando chegou em São Lourenço, explodiu a cidade de desenvolvimento. Onde a universidade está, o comércio

melhora. A universidade é uma fonte de renda para todos, para o desenvolvimento do ensino e da vida das pessoas. É importante em todos os setores. Mesmo os mais carentes são beneficiados pela universidade. Muita gente por aqui trabalha na Rural. A maioria é funcionário pela Soll. Veio de fora. Para eles representa muita coisa, porque é quem sustenta a gente. Aqui vivem os funcionários, filhos e netos de funcionários antigos. Os outros também dependem da universidade. Se essa Rural inventar de fechar e tirar esses funcionários, acaba comércio, acaba Dois Irmãos.

IC-E: A UFRPE ajuda na saúde e nos serviços

- É importante para a comunidade ter um centro como a universidade, onde tem atendimento médico, estrutura para resolver as coisas.

IC-F: A comunidade procura, mas não há ações da UFRPE para lá

- A gente sempre procura participar das coisas da comunidade e ir na Rural para as reuniões do Orçamento Participativo, votações, até coisa de reitor. Mas do lado de lá não tem muita coisa aqui dentro. A Rural é nossa vizinha. A gente mora perto dela. A gente gosta e eles também acham bom quando chamam a gente para participar.

IC-G: A Rural é boa por ser dona do local

- A turma daqui aprende muita coisa pro lado de lá. Acho uma universidade importante, que é boa para todos. É tudo da Rural, então ela é muito importante para todos. Não vejo ela dentro da comunidade, mas tem gente que trabalha lá, estuda. A Universidade Rural representa tudo nesta comunidade, pois surgiu por causa da universidade. É nossa universidade, dona de tudo isso que a gente tem. Por isso é nossa parceira que devemos respeitar e procurar ajuda.

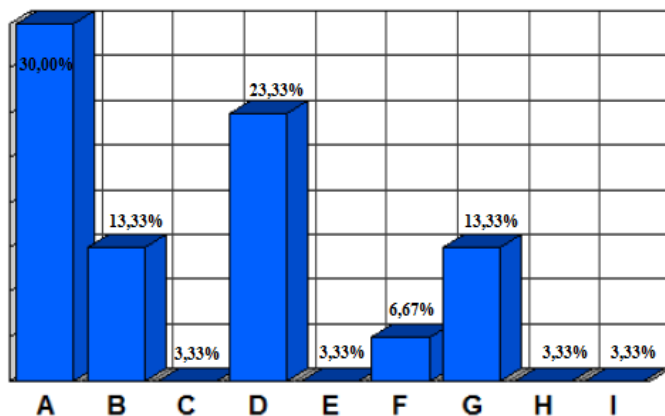
IC-H: Referência ao passado

- Quem era daqui não podia trabalhar lá porque tinha discriminação. Não queriam ninguém do bairro, porque o bairro tinha má fama. Hoje é unido o pessoal de lá com o daqui.

IC-I: É boa para o futuro dos filhos e parentes

- A faculdade é boa para os filhos da gente futuramente, que vão poder estudar. É bom morar perto.

Gráfico 5 - O que representa a UFRPE para Sítio dos Pintos?



- A Não faz nada ou poderia fazer mais.
- B A universidade tem parceria com a comunidade.
- C Não retomar o território é uma ajuda.
- D A Rural sustenta os que trabalham lá e nas redondezas.
- E A UFRPE ajuda na saúde e serviços.
- F A comunidade procura, mas não há ações da UFRPE para lá.
- G A Rural é boa por ser dona do local.
- H Referência ao passado.
- I É boa para o futuro dos filhos e parentes.

4.1.5.1 Análise de resultados

Diferentemente da quarta pergunta, com a quinta tínhamos a intenção de compreender melhor o alcance coletivo da UFRPE na comunidade, procurando tirar o foco das impressões individuais e trazê-lo para possíveis projetos e ações comunitárias desenvolvidos pela universidade ou outros tipos de relações entre essas duas partes. Na primeira categoria, o discurso dos moradores de Sítio dos Pintos aponta que a UFRPE não atua ou atua muito pouco na comunidade. As reclamações se originam tanto da falta de políticas que beneficiem diretamente o ambiente e as pessoas dos Pintos quanto de atitudes como a instituição ter deixado de atender os moradores no que se refere à saúde. De fato, quando questionamos os moradores sobre suas lembranças a respeito de projetos, ações e cursos provenientes da UFRPE, por meio da extensão, pouco tiveram a comentar. No agrupamento que forma o DSC IC-F, vemos que a comunidade se interessa pelo estreitamento na relação com a vizinha federal, mas não veem contrapartida.

As poucas parcerias mantidas, no entanto, parecem ser de grande valor para os moradores, que usufruem de serviços como natação, com o uso da piscina e aulas dos profissionais de Educação Física da UFRPE, e futebol, por meio da utilização do campo de futebol da universidade por times locais. No grupo de Ideias Centrais B, observamos a relevância dessas parcerias, tendo nos chamado atenção o projeto Cinema no Sítio,

que, por meio de investimento muito simples, conseguiu mobilizar culturalmente a comunidade por um período.

Na categoria *Não retomar o território é uma ajuda* (IC-C), o Discurso do Sujeito Coletivo revela uma preocupação que assusta boa parte dos residentes de Sítio dos Pintos, que é o medo de a UFRPE exigir de volta o que seria seu. Por terem consciência de que estão instalados em terreno da União, consideram a UFRPE a proprietária toda poderosa do local, onde seriam espécie de inquilinos ou invasores. Muitos moradores apresentaram esse receio nas falas, embora não tenhamos registrado em todas as questões por elegermos apenas as Ideias Centrais de cada sujeito. Na IC-G, *A Rural é boa por ser dona do local*, não há a intriga direta com relação ao medo de ser expulso do local, mas um respeito que se pode inserir nesse sentido.

Com a mesma referência subalterna a respeito da Universidade Rural, moradores expressam, na IC-D, que a instituição sustenta os que trabalham no campus ou ao redor dele, a exemplo dos autônomos, como taxistas, lavadores de carro e proprietários de lanchonetes. Vemos, nessa fala, o entendimento da universidade como centro de desenvolvimento para uma localidade, o que destacamos como contribuição para nossa ideia da extensão universitária como vetor de desenvolvimento local. Ora, se, pelo simples fato de existir, numa determinada região, o centro acadêmico já fortalece a economia e mobiliza as pessoas, como não seria se a universidade desenvolvesse políticas de extensão que estimulasse aquela coletividade a descobrir e utilizar capacidades endógenas para melhor qualidade de vida?

Por outro lado, como notamos na categoria IC-E, que os moradores também percebem a universidade como entidade superpoderosa em estrutura para servi-los em áreas que seriam de obrigação básica do Estado, como a saúde. Como vimos nas representações ao longo da entrevista, alguns percebem a UFRPE como um centro de serviços ao ponto de sugerir a construção de lojas e casa lotérica, por exemplo.

4.1.6 Sexta pergunta: Como você acha que a UFRPE poderia ajudar no desenvolvimento de Sítio dos Pintos?

IC-A: *Deveria chamar jovens para promover cursos*

- Era para a Rural estar presente não na fala, mas na prática. No dia em que tiver curso e o carro de som passar avisando para cadastrar os jovens, seria uma prática boa. É uma palestra aqui, outra ali. Deveria resolver chamando o povo para conversar, para reunião com a comunidade na Rural. Aí a universidade está fazendo o papel dela como construtora de saber. A educação muda o mundo e ela tem que vir ao povo, e não o povo ir nela. Tem que ser coisa voltada para jovens, curso profissionalizante. Se eu disser que a Rural, uma universidade importante, está convidando os jovens, é uma alegria imensa. As pessoas precisam desse incentivo. Somos formiguinhas que chegam até uma instituição federal de poder. A Extensão não é um órgão de programação? Bota a Extensão para trabalhar as crianças. Curso, aula. Fica ali parada. Falta um projeto para essas crianças. Botar eles para fazer piano, música, um estudo. Podia ter uma turma de manhã e outra de tarde para aprender uma arte. Pode ser um curso de garçom, tem a gastronomia para isso. Existe reitor, pró-reitor, vice-reitor para trabalhar. Devia ter uma reunião, como aquelas de pais e mestres. Por que não podiam vir para a Rural? Tem que debater, chamar os pais, os jovens para tirar eles dessas esquinas. Botar as mocinhas para corte e costura. A UFRPE tem economia doméstica, máquinas enferrujando. Os rapazes podiam mexer com carro, com porta. A Rural pode fazer isso com certeza. Eles têm que se ocupar em alguma coisa. Não podem ficar parados. A Rural é grande e importante. Pode ajudar em muita coisa de estudos, cursos, mas não faz. Ou pode oferecer um curso profissionalizante ou deixar que eles descubram o que querem fazer e a Rural ajudar. Cursos bons podiam ser proporcionados para ocupar o espaço desse pessoal novo, que fica por aí nas drogas. Devia a universidade chamar a comunidade, com os limites de uma universidade. Os jovens são o futuro. E a universidade atua muito pouco. Tem que ter um curso de meio ambiente, que é a marca da Rural. Para que tanto professor e estudante se não chegam na comunidade? Deveria nos ajudar mais, pois é uma instituição de ensino.

IC-B: Precisa convocar a comunidade para ouvir e desenvolver projetos

- A universidade precisa mudar, crescer mais, não no espaço físico, mas na mentalidade. Espero que a nova reitora olhe mais para a comunidade. Todo mês podiam convocar a comunidade para palestra de conscientização, passar o que a universidade tem de melhor para nos atender. Uma verba para ajudar a Associação. Colaborar, pegar um

professor para dar cursos profissionalizantes, o povo se identifica. O pessoal aprenderia a fazer salgadinhos, corte e costura, cabeleireiro. Queria que a gente participasse mais, que eles chamassem a gente para ouvir nossas necessidades. Poderia achar um jeito de ajudar a gente a se desenvolver, pois tem muita gente carente.

IC-C: Não tirar as pessoas do território invadido

Tem uma história que esse pessoal vai sair daqui, 41 moradias. Quando tem uma enchente, a gente vai na Rural e ela diz que não tem nada com isso, que é com a prefeitura. A vizinhança a Rural já ajuda e já ajudou muito. A Rural nunca encrencou com a minha cara. Só tenho a agradecer. Se o pessoal da Rural compra a mim já está me ajudando e eu também tento ajudar. Tão falando em derrubar essas casas da entrada. A Rural já ajudaria em não querer derrubar. Queria que eles ajudassem com a prefeitura, pois eles estão é derrubando barraco. Diz que é a Rural.

IC-D: A UFRPE deve colaborar com especialistas e ouvindo as propostas da comunidade

- Anos atrás, levávamos o corpo do Hospital Veterinário para dar assistência aos animais da comunidade para fazer encaminhamento para o hospital. Queríamos voltar isso. Tinha a presença dos agrônomos. O nome do Sítio é sítio porque tem área de plantas e animais. O agrônomo poderia orientar como cavar uma cova de cana, de bananeira. Aqui tem gente que cria porco, cabra, galinha, vaca. Tudo o que a universidade tenha, nos procura e vamos executá-lo. Às vezes, tem um curso de matemática e eu quero inglês. Mas, quando você vai na comunidade, dizem o que querem. Compete aos projetistas da universidade fazerem o projeto. Aí a comunidade se sente ouvida. Gostaríamos que a UFRPE leve a cultura para a comunidade. Que pelo menos a Reitoria fizesse reuniões com as comunidades para ouvir. Traríamos nossos projetos e mostraríamos. A universidade receberia e tomava providências, indo para a comunidade. Pode estar mais presente. Mas só se o reitor for na comunidade. Aí será uma troca de informação.

IC-E: Deve promover cultura e entretenimento para a comunidade

- Devia pelo menos pesquisar. Tem os jovens que gostam de cultura. Devia ter o entretenimento na Rural com o Sítio dos Pintos. Agora a porta precisa estar aberta, porque a nossa está aberta.

IC-F: Deveria oferecer serviços como banco

- A gente deveria poder resolver as coisas na Rural, em vez de ter que ir lá para Casa Amarela. Por exemplo, receber o Bolsa-Família, que gora está podendo ser no banco. Usar o banco. Do jeito que a gente conhece ela, ela conhece a gente. Deveriam oferecer algo para a gente. A gente ter acesso aos bancos. Como é uma universidade que se envolve com tudo, que tem aquelas bancas de alimentação, deveria botar uma lotérica para a gente. A gente tem que ir longe resolver as coisas. Tem que procurar a gente de perto. Eles passam anunciando no carro quando tem alguma coisa, um curso. Quem se interessa vai. Mas é certo a Rural ajudar um pouco mais. Ver o que está carecendo mais o pessoal. Se a pessoa quiser comprar qualquer coisa, tem que sair. Com essa Rural, era para ter muita coisa, loja, tudo. Era pra ajudar mais, ela tem condições. Podia voltar a atender a gente no núcleo de saúde, alguma campanha em que a gente não dependesse do SUS.

IC-G: Ajudar as pessoas a arrumarem emprego

- A gente sempre vai participar, mas queria mais espaço, emprego. A Rural poderia ajudar pessoas desempregadas a se integrar no mercado de trabalho, principalmente os jovens. Não sei se a universidade pode fazer muita coisa agora. Mas poderia ajudar o pessoal a trabalhar, podia dar emprego. Antes tinha gente trabalhando, todo mundo fardado, com fiscalização. Pode fazer muita coisa, porque isso é tudo da Rural. Na hora que quiser tirar a casa da gente tira. Mas podia ajudar mais os moradores com cursos e empregos. Com os cursos, a pessoa aprendia ofício para ter menos desempregados na rua. Só quem trabalha são os funcionários. Devia interferir com a Associação dos Moradores para fazer alguma coisa por este povo.

IC-H: Deveria proteger a mata

- A Rural poderia fazer mais vigilância, porque isso aqui é área dela. Devia fiscalizar a área ambiental, a Atlântica, desmatamento. Quero ser presidente da Associação de Moradores e procurar o reitor e a nova reitora para ajudar.

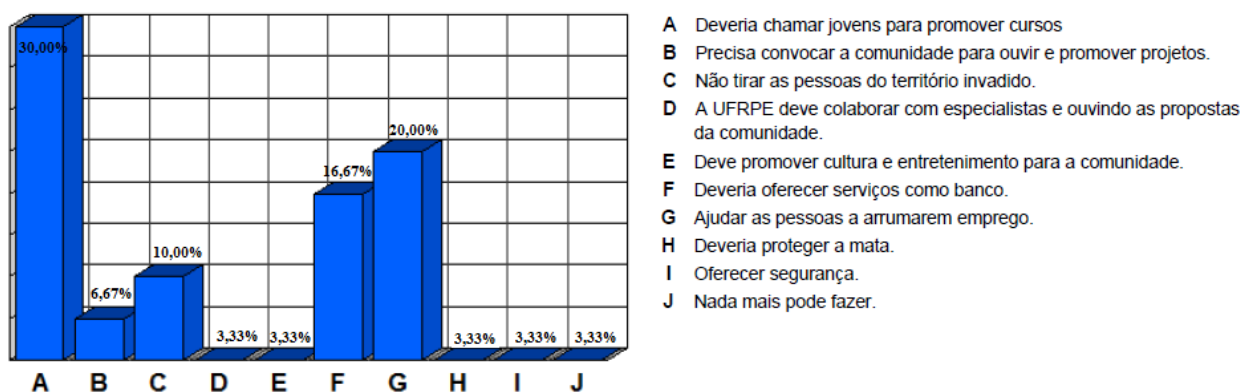
IC-I: *Oferecer segurança*

- A Rural devia botar um posto policial na universidade. Na época de pagamento da Rural começam a assaltar.

IC-J: *Nada mais pode fazer*

- O que ela tinha que fazer já fez. Hoje a Rural não pode mais fazer muita coisa; não pode indenizar esse pessoal todo.

Gráfico 6 - Como você acha que a UFRPE poderia ajudar no desenvolvimento de Sítio dos Pintos?



4.1.6.1 – Análise de resultados

Na última questão do nosso roteiro, cujas respostas condensamos em Discursos do Sujeito Coletivo, a partir de Ideias Centrais categorizadas, chegamos efetivamente ao cruzamento dos temas comunidade-universidade-desenvolvimento local, a fim de conhecer o discurso dos moradores e analisar suas representações sociais. A grande variedade de categorias se deu principalmente pela existência necessária de mais de uma Ideia Central por cada entrevistado e que achamos conveniente registrar, uma vez que estão diretamente ligadas ao objetivo principal da nossa pesquisa.

O coletivo moradores do Sítio dos Pintos acredita que a UFRPE pode contribuir com o desenvolvimento do bairro. Há, contudo, como percebemos nas categorias do

DSC, ideias diversas sobre como ofertar essa contribuição. Destacamos o elemento mais presente nos discursos: o jovem. Após aparecer como característica da comunidade e como sujeito marcante no cotidiano, principalmente na ausência de atrativos e no uso de drogas, a juventude surge como sujeito eleito das mãos dos moradores dos Pintos para as da UFRPE. Os entrevistados não só sugerem como reivindicam que a Universidade Rural promova algum tipo de ação educativa que ajude os jovens da comunidade a se tornarem cidadãos conscientes e futuros profissionais. Vemos nas falas a UFRPE como motivadora da autoestima da comunidade, que se sentiria importante ao ser convidada pela universidade para reuniões e cursos. “Somos formiguinhas que chegam até uma instituição federal de poder”, diz o grupo, como encontramos na IC-A.

Os discursos apontam para a promoção de cursos profissionalizantes, em que fosse aproveitada a estrutura da UFRPE, que possui cursos como os de Gastronomia e Economia Doméstica, assim como os professores e especialistas, tanto para ministrarem tais aulas quanto para atuar em possíveis programas de atenção à comunidade, a exemplo de consultorias em medicina veterinária ou engenharia, a exemplo do que sugerem os moradores nas Ideias Centrais da categoria IC-D.

Pedem para serem ouvidos em reuniões convocadas pela instituição de ensino superior, e que houvesse palestras de conscientização, cursos e tudo o mais que uma entidade *expert* em educação pudesse promover. Identificamos ainda a solicitação de um impulso cultural, para lazer, entretenimento e arte, de maneira geral, na comunidade, assim como a preocupação com a preservação ambiental e com a segurança. A questão do terreno aparece novamente e revela que o receio é tal que as pessoas preferem eleger como forma de contribuição a simples não recuperação do território por parte da UFRPE. Também surgem como sugestões para o desenvolvimento a prestação de serviços de saúde, atendimento bancário e outros serviços, reforçando a visão da UFRPE como importante complexo de serviços.

4.2 Discussão final

Os Discursos do Sujeito Coletivo que dão voz às representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos são muito claros na identificação dos problemas da comunidade e da visão da UFRPE como a possível salvadora da pátria, uma prima rica que poderia, ao menos, abrir as portas aos vizinhos. Essas impressões se reforçam

quando analisamos as falas sobre a possibilidade de a Universidade Rural contribuir com serviços desde assistência à saúde até sistema bancário, loteria e lojas. Nas representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos, a UFRPE é dona do território e, portanto, tem poder – e talvez responsabilidade – de contribuir com o bairro no que diz respeito à infraestrutura e a situações corriqueiras e externas ao que teoricamente seriam as funções da universidade no quesito extensão, ou à sua relação com a sociedade no sentido de transformar conhecimento em ação solidária.

Barnett (2005) entra nessa reflexão quando identifica o problema da responsabilidade da universidade numa era de *supercomplexidade*¹⁴. O autor questiona se ainda é possível falar em responsabilidade em relação à universidade, observando premissas históricas como a de que “o conhecimento é uma coisa boa ou de que vale a pena lutar pela justiça social” (BARNETT, 2005, p.11), que hoje não podem ser mantidas com segurança ou garantir que os objetivos sejam alcançáveis. De acordo com o teórico, a universidade é, de fato, o veículo adequado e eficaz para concretizar esses valores, no entanto, as incertezas da era global tornam essa afirmação perigosa. Essa fragilidade nos deixa inclinados a pensar se a universidade ainda possui espaço e autonomia para concretizar qualquer projeto que envolva metas que antes eram simplesmente funcionais.

Sobre esse mesmo aspecto, voltamos às ponderações de Kunsch (1992) ao considerar a universidade m centro de produção sistematizada de conhecimento que teria a necessidade e o dever de canalizar seus potenciais para prestar serviços à comunidade. O melhor caminho para esse exercício do desenvolvimento de políticas estratégicas de extensão, seria, segundo a autora, um serviço de comunicação “para a abertura de novos canais de diálogos e democracia, dentro e fora da universidade.” (KUNSCH, 1992, p.27).

Verificamos, por meio das riquezas e achados presentes nos discursos, que as representações sociais da coletividade estudada revelam não um sentimento ingênuo de carência a ser eliminada por quem tem poder – a UFRPE –, mas a fé na universidade. A instituição seria a dona da comunidade, com poder, inclusive, de retirar os moradores e

¹⁴ Conceito por meio do qual o autor vê a situação contemporânea como um mundo diferenciado e sujeito a infinitas interpretações, possibilidades e compreensões.

comerciantes do local, mas, sobretudo, uma instituição federal capaz de interferir na vida das pessoas daquele entorno.

Não pretendemos aqui tratar uma Instituição Federal de Ensino Superior (Ifes) como legítimo executor do papel Estado, que teria, de fato, a obrigação de garantir a qualidade de vida da população. Contudo essa cobrança e, acima de tudo, essa crença, às vezes confusa acerca das esferas de poder, está presente, de forma marcante, nas representações sociais dos moradores dos Pintos no que diz respeito à UFRPE.

Sampaio (2004) é otimista com relação à crença no poder da universidade de suprir carências como as do Sítio dos Pintos ou de impulsionar a comunidade por meio da extensão universitária. Segundo o autor, a extensão só tem sentido “se conseguir elaborar conceitos e fazer propostas [...] produzindo e socializando conhecimentos que deem direito de acesso à dignidade de vida de todas as pessoas” (SAMPAIO, 2004, p.16).

Em Sítio dos Pintos, vemos o respeito pela UFRPE e essa crença no poder de transformação da instituição na comunidade. Embora as representações sociais dos moradores sugiram certa falta de perspectiva das pessoas que vivem nas imediações da universidade com relação às ações desse centro de ensino superior, observamos a ideia de que a UFRPE pode e deve contribuir mais com seus vizinhos.

Se a Universidade Rural mantém ações de extensão com o Sítio dos Pintos – muito embora não tenhamos nos detido à visão da instituição por termos elegido as representações da comunidade –, deve-se ponderar a que ponto as parcerias contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Notamos que as principais ações de extensão da UFRPE para com os Pintos se baseiam na oferta de natação e espaço para prática de esportes a crianças e adultos no campus. No entanto, para promover a extensão universitária que estudamos, ao longo deste trabalho, seria preciso criar políticas concretas de atuação que contribuam, se não para o engajamento da população em projetos que almejem participação e autonomia, que ao menos garantam a partilha de conhecimentos construídos naquela Ifes. Dessa forma, a extensão poderia ser efetivo instrumento de promoção do desenvolvimento local. Não assumindo o papel do Estado, mas dialogando com sujeitos de modo a descobrirem, juntos, os caminhos para reivindicar a execução desse papel.

Sabemos das dificuldades da entidade universitária em trabalhar a extensão, que, embora seja um dos pilares que a sustenta, não recebe a atenção devida do poder público e talvez dos próprios gestores da educação. SANTOS (2010) acredita que a universidade pública se tornou um campo social fraturado, onde digladiam-se setores e interesses contraditórios. Para ele, a solução está em desenvolver o conhecimento que chama pluriversitário, “que é contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada” (SANTOS, 2010, p.42). O autor frisa que:

O conhecimento pluriversitário se concretiza não sob a forma de conhecimento mercantil, mas o contexto de aplicações tem sido também cooperativo, solidário, por meio de parcerias com movimentos sociais, comunidades populares, grupos de cidadãos críticos e ativos [...]. À medida que a ciência se insere mais na sociedade, esta insere-se mais na ciência (SANTOS, 2010, p.44).

Essa ideia de universidade plural e integrada com a sociedade cabe perfeitamente na perspectiva que trazemos aqui sobre a extensão universitária mobilizadora do desenvolvimento local. Lembramos Jara (1998), quando sugere que, para trilhar um novo caminho, seria preciso construir instâncias de participação social por meio do aumento da capacidade de gestão e negociação da população, a melhoria da qualidade do associativismo e da participação e do *empoderamento* das organizações. Ele acredita que é necessária e urgente a criação de um novo paradigma de desenvolvimento global e local.

Ao analisarmos as representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos acerca desse vínculo da UFRPE com a comunidade, trazemos novamente o pensamento de Dowbor (2006) de que a educação é promotora de desenvolvimento local quando está ligada à formação de pessoas que venham a participar de iniciativas transformadoras no entorno em que vivem. Ora, foi isso que ouvimos no Discurso do Sujeito Coletivo daquela comunidade, quando destacou a preocupação com os jovens e o desejo de ter na UFRPE apoio de cursos profissionalizantes ou outras ações que contribuam para o futuro. O autor defende a ideia de que a educação para a geração de desenvolvimento local seja um fator marcante principalmente dos projetos com a infância, uma vez que se pode despertar nas crianças, mais facilmente, o sentimento de pertencimento. Os moradores de Sítios dos Pintos fazem coro a essa proposta, elegendo

os jovens como futuros agentes de desenvolvimento local na comunidade, com o apoio da UFRPE.

Esse aspecto de entidade capaz de mobilizar a comunidade por meio de construções coletivas de projetos impulsionadores do desenvolvimento local não destoa das propostas da UFRPE. Conforme descrito no Plano Político Institucional (UFRPE, 2008), como apresentamos na introdução, a universidade se propõe a desenvolver atividades de extensão a partir de ações que promovam articulação entre instituição e comunidade, tendo como prioridades as políticas públicas que envolvam “comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho” (UFRPE, 2008, p.17). Cursos, eventos, prestação de serviços, entre outras ações, são, de acordo com o documento, propostas da UFRPE para estabelecer o contato com a comunidade externa.

Entre os objetivos das atividades extensionistas previstas na política oficial da UFRPE, inclusive, destaca-se o de “participar criticamente das propostas que visem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural” (UFRPE, 2008, p.18).

CONCLUSÃO

A extensão universitária, em sua real essência de concretizar, no espaço extracampus, o saber lapidado, produzido e multiplicado na academia, pode ser instrumento de incentivo ao desenvolvimento local. Procuramos fazer essa ligação por meio de costura alinhavada num tecido real – formado por sujeitos, os moradores de Sítio dos Pintos – e no qual a UFRPE se aplica como bordado feito com impressões, conceitos, abstrações e subjetividades daquelas pessoas. Com o apoio de adornos como capital social, cotidianidade e memória, destrinchamos o carretel das representações sociais desses sujeitos, sempre com foco na Teoria das Representações Sociais de Moscovici (1978; 2009), em análise qualitativa com moradores da comunidade.

Desse processo, resultaram os Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs), elaborados a partir do agrupamento das Ideias Centrais (IC) semelhantes, identificadas no conteúdo das audiências e dos demais processos da nossa investigação. Por intermédio dessa técnica de análise de dados, foi possível sistematizar as falas de todos os entrevistados, de modo a capturar a essência a partir da utilização das Expressões-Chave (ECh), categorizando-as e traduzindo-as numa voz coletiva, em primeira pessoa, que podemos considerar a voz do Sítio dos Pintos. Para que esse discurso fosse fiel às representações sociais dos moradores, transcrevemos e analisamos as categorias de Ideias Centrais que apareceram na análise, mesmo as divergentes e também as isoladas, revelando achados importantes.

O sujeito coletivo, em Sítio dos Pintos, se expressou sob a figura de uma comunidade carente de recursos econômicos, mas abundante de riquezas naturais, que valoriza e das quais se orgulha. A mata verde, o clima mais ameno e a água pura são trunfos que Sítio dos Pintos ostenta e que tornam a vida na comunidade mais tranquila. Tranquilidade essa que surge no discurso dessa coletividade de maneira um tanto paradoxal, ora como característica da suposta ausência ou da pequena ocorrência de violência, ora como situação de inércia proveniente da falta de ocupação das pessoas e da falta de atrativos e aparatos de lazer na localidade.

As representações sociais dos moradores do bairro desenham cotidiano marcado pela presença de pessoas nas ruas, muitas das quais bebendo em bares e botecos, sejam dias semanais ou finais de semana. Outros frequentam as mais de seis igrejas,

evangélicas e católicas, instaladas na comunidade. Há movimento no descampado onde crianças e adultos jogam futebol, porém, é mais comum se ver jovens pelas escadarias e ruelas usando drogas. As festividades anuais são poucas e se restringem à Festa da Padroeira, que movimenta a rotina das pessoas em torno da cerimônia e do cortejo, além de eventos como o Dia das Crianças e o aniversário da Associação de Moradores. O Natal Solidário da Universidade Federal Rural de Pernambuco parece ser um dos eventos que mobilizam a comunidade, uma vez que as crianças dos Pintos são convidadas a participar de uma tarde festiva, em dezembro, com a presença de brincadeiras, lanches e Papai Noel.

Essa iniciativa da UFRPE, que possui boa receptividade dos moradores da comunidade vizinha, é um dos demonstrativos da satisfação dessas pessoas em se relacionarem com a instituição de ensino superior com quem dividem os muros, o que aparece, de forma latente, na fala coletiva acerca da entidade federal. Muito embora o projeto natalino não possa ser considerado ação de extensão capaz de estimular o desenvolvimento local, uma vez que não contempla reflexões, comunicação e mobilização no sentido de favorecer efetivamente a comunidade.

A universidade é não só a razão de ser da comunidade, que passou a se formar a partir da instalação da UFRPE no bairro de Dois Irmãos, em 1938, como o exemplo de poder e ação para os moradores de Sítio dos Pintos. Eles a veem como a proprietária do terreno onde vivem e, portanto, o todo-poderoso órgão capaz de resolver seus problemas cotidianos e, ao mesmo tempo, dona da capacidade ameaçadora de retirada de toda a comunidade do local. Esse misto de admiração e temor conferem notável respeito dos moradores dos Pintos em relação à UFRPE, que é “mãe e pai de todos”, como ilustra uma das falas apresentadas na discussão realizada neste trabalho.

A importância da UFRPE para os que vivem na localidade é tal que alimentam a crença ingênua na possibilidade de a universidade se tornar um grande centro onde possam resolver questões bancárias e comerciais, uma alameda de serviços pronta para atender suas necessidades. A comunidade também sugere – embora tal desejo também fuja dos limites da extensão universitária que aqui estudamos – que seja a instituição um centro de atenção à saúde, como ocorreu no passado, quando os moradores de Sítio dos Pintos se sentiam prestigiados e privilegiados pela proximidade com o órgão que garantiam ao menos um aspecto de sua busca por qualidade de vida.

Essa qualidade de vida – vale ressaltar – está hoje mais próxima do que no passado, quando, nos discursos da coletividade dos Pintos, vemos uma história que, apesar de se confundir com a da UFRPE no Recife, é marcada por miséria, desordenação urbana e inúmeras dificuldades. No meio da mata fechada, com exceção dos funcionários da universidade que adquiriram o direito de morar em residências da própria instituição ou de construir no terreno, pessoas sem perspectiva invadiam o território em busca de um lar. As primeiras casas eram de lona, de barro, de taipa. Naquela região quase selvagem, a presença de animais e plantas em abundância ilustrava tanto a paisagem quanto a ausência de água encanada, energia elétrica e saneamento básico. Os funcionários e parentes, que possuíam residências menos precárias, mantinham roçados nos quintais, onde cultivavam frutas, legumes e hortaliças. Mesmo os mais carentes eram adeptos dos pequenos sítios, marcando a localidade, que recebeu o nome de Sítio dos Pintos, em referência às galinhas criadas nos quintais, junto com cabras e até bois e vacas.

Hoje os moradores, apesar de ainda carentes – embora possamos observar, ainda na região do Sítio dos Pintos, em partes mais afastadas até condomínios de luxo, que contrastam com casebres e moradias menos estruturadas –, comemoram as melhoras. Se antes pegavam lenha, hoje podem adquirir fogões e se alimentar sem tantas dificuldades. Consideram-se uma comunidade carente, mas caminham para melhor qualidade de vida, acompanhando o crescimento no padrão econômico da população brasileira na última década. Há posto de saúde, farmácia, mercadinhos, quitandas, loja de material de construção, salões de beleza e muitos pontos de jogo do bicho. No quesito união e participação, que sugerem a possibilidade de mobilização para iniciativas que promovam o desenvolvimento local, destacamos a comunicação, a partir da existência de duas rádios amadoras e um blog. Nos programas e também no espaço da internet, expõem problemas, denúncias e discutem as iniciativas locais, abrindo espaço para a voz do morador.

Essa comunicação, contudo, parece ser restrita quando tratamos do diálogo da comunidade com a UFRPE. Na ausência de estruturas que aproximem essas duas vozes, o entendimento parece ser mais próximo no que diz respeito a ações isoladas em alguns projetos, como os que dizem respeito a atividades desportivas. O campo de futebol da UFRPE, por exemplo, é cedido aos times da comunidade nos domingos e,

ocasionalmente, nas sextas-feiras. A natação na piscina do campus é gratuita para as crianças dos Pintos, que possuem dias e horários rígidos para a participação das aulas, com a presença de professor de Educação Física. A quadra coberta e a quadra descoberta também são utilizadas, de vez em quando, para a prática de esportes da comunidade, e moradores também têm acesso ao campus para realizar caminhadas e corridas.

Outro exemplo de iniciativa de extensão bem sucedida parece ter sido no aspecto cultural. O *Cinema nos Pintos*, como foi chamada, acontecia periodicamente em espaços da comunidade, onde os moradores sentavam em cadeiras e assistiam a filmes, sugeridos e providenciados por eles mesmos ou por funcionários da UFRPE, que assessoravam tecnicamente as sessões e cediam aparelhos como retroprojetor, DVD e tela. De acordo com alguns moradores, eram momentos de lazer importantes para a comunidade, que se unia para também discutir as temáticas dos filmes e sugerir novas exhibições. No campo da cultura, destacamos também evento anual realizado em palco montado na frente da Associação de Moradores, o Encontro de Artistas Comunitários, que apresenta os talentos locais e de bairros adjacentes.

Percebemos a semente de um capital cultural, por assim dizer, em Sítio dos Pintos, onde não só existe público interessado como também artistas em áreas diversas. Durante os Encontros de Artistas Comunitários dos anos de 2010 e 2011, que pudemos acompanhar para melhor conhecer as pessoas e as festas do bairro, notamos a presença de alguns cantores e compositores, muitos adeptos do estilo brega, a exemplo de Narciso, como é conhecido o presidente da Associação de Moradores. Também encontram-se músicos como Cícero do Cavaco, que, apesar de já idoso, impressiona na execução de peças marcantes no instrumento.

Nas artes plásticas, destaca-se o Mestre Duda, como é conhecido nas imediações, também com idade avançada, 79 anos, mas dono de impressionante lucidez e de importante acervo de peças em madeira, massa e cerâmica. Talentoso ao ponto de ser comparado ao artista Francisco Brennand, o Mestre Duda mantém na garagem da bela casa que ele mesmo construiu e decorou peças de grande apelo estético, embora se mantenha no anonimato por achar que expor sua arte lhe custará o dinheiro que não possui. O artista também assina os muros das casas de alguns moradores da vizinhança.

As representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos acerca de como a UFRPE, por meio da extensão, poderia contribuir com o desenvolvimento local da comunidade revelam a crença principalmente no poder de transformação da educação, que poderia ajudar jovens a encontrar caminhos promissores, a partir de cursos profissionalizantes e palestras de estímulo e conscientização. Tais jovens, caso utilizem esses conhecimentos em favor da comunidade, podem mobilizar as pessoas em torno de capacidades endógenas e potencialidades reveladas para impulsionar a autonomia e conseqüentemente a qualidade de vida local.

Diante dos achados da nossa pesquisa, com a qual aprendemos muito não só no amadurecimento acadêmico, mas nos ricos conhecimentos obtidos a partir do contato com pessoas tão diferentes, entre sofredores, revoltados, felizes e esperançosos, vemos nas representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos sobre as políticas de extensão da UFRPE para o desenvolvimento local a fé na universidade como mola propulsora de um desenvolvimento que não se limite ao fortalecimento econômico, mas avance para a formação de uma comunidade mais unida, com jovens conscientes e preparados para o mundo do trabalho e para a cidadania.

Não nos detivemos às questões e políticas internas da UFRPE, uma vez que tal abordagem constituiria outro objeto de pesquisa, descaracterizando nossa opção pela voz dos outros sujeitos envolvidos na extensão universitária: os vizinhos de Sítio dos Pintos. No entanto, esperamos que a universidade possa aproveitar as informações aqui analisadas para exercer não o papel obrigatório de Estado, a suprir as necessidades da população, mas de vizinha atenciosa, capaz de transformar conhecimento em ação para ajudar Sítio dos Pintos a descobrir potencialidades endógenas e elementos de mobilização que promovam o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes e OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998.
- ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira.(2005). A Pesquisa em representações sociais: proposições teórico-metodológicas. In: SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria de (orgs.). **Diálogos com a teoria da representação social**. Editora Universitária da UFPE.
- BARNETT, Ronald. **A universidade em uma era de supercomplexidade**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade?. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da (org). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BRASIL. Decreto Nº 19.851 – 11 de abril de 1931. Institui o Estatuto das Universidades Brasileiras.
- BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CALLOU, Ângelo Brás Fernandes e TAUK SANTOS, Maria Salett. **Associativismo e desenvolvimento local**. Recife: Bargaço, 2006.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CERTEAU, Michel de et. al. **A invenção do cotidiano II – Morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**. Vol.5. Nº11. São Paulo. Jan./Abr. 1991. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext. Acessado em 20 de agosto de 2011.

COLEMAN, James S. Capital social y creación de capital humano. In: HERREROS, Francisco; FRANCISCO, Andrés de. (Comps.). Capital social. **Zona abierta**. 2001.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local**. São Paulo, 3 de abril de 2006. Disponível em: http://dowbor.org/metadata_search.asp?search=desenvolvimento+local&Submit1=OK. Acessado em 14 de fevereiro de 2011.

FRANCO, Augusto de. **Capital social - Leituras**. Brasília: Instituto de Política, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 8.ed.

GONZAGA, Amarildo Menezes. A pesquisa em educação: um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Ogrs.). **Pesquisa em educação: alternativas investigativas com objetos complexos**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GUARESCHI, Pedrinho A. JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs).(2008). **Texto em representações sociais**. 10. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000/2010**. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/procunit.asp?z=t&o=4> /. Acessado em março de 2011.

JARA, Carlos Julio. *Desenvolvimento sustentável e Globalização, desenvolvimento local e associativismo*. In: **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco (Seplan), 1998.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade**. São Paulo: Loyola, 1992.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEVRE, Fernando e LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Pesquisa de representação social: um enfoque quali quantitativo** – a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. Brasília: Líber, 2010.

LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti, CRESTANA, Maria Fazanelli & CORNETTA, Vitória Kedy.(2003). A utilização da metodologia do discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde – CADRHU. **Saúde e Sociedade**, v.12, n.2, p.68-75. Julho – dezembro. São Paulo, 2002.

MARTELETO, Regina Maria e SILVA, Antonio Braz de Oliveira. **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local**. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, 6. Ed.

MARTINS, Conceição e LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **Prédio Reitoria da UFRPE: Resgate histórico 1935-2009**. Recife: UFRPE, 2011.

MATOS, Heloísa. **Capital social e comunicação**. Interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009.

MOREIRA, Antonia Silva Paredes e OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Representações sociais**. Investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

MINAYO, Maria. C. S (Org.): **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MÉLO, Mário Ferreira da Silva. **Capital social e mortalidade juvenil: uma análise comparada do impacto dos homicídios em duas comunidades do Grande Recife**. Recife: O autor, 2009. Dissertação de mestrado.79 folhas.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Polis, FGV, 2001.

PERUZZO, Cicilia. **Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária no Brasil**. Anuário Internacional de comunicação Lusófona. v. 4, n. 1. 2006. p. 141-169.

PCR - Prefeitura da Cidade do Recife. **O Recife: histórias de uma cidade**. Recife: Jornal do Commercio, 2000. Fascículos 6, 7 e 8.

PUTNAM, Robert D., La comunidad próspera. El capital social y la vida pública. In: HERREROS, Francisco; FRANCISCO, Andrés de. (Comps.). Capital social. **Zona abierta**. 2001.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 4. ed.

ROCHA, Mirian Elza Finocchiaro Penteado. **Extensão universitária: contribuições para o debate**. Sumaré Revista Acadêmica Eletrônica. Faculdade Sumaré. Ed.2. São Paulo: 2009.

SAMPAIO, Jorge Hamilton. Política Nacional de Extensão: referenciais teórico-práticos para sua construção. In: CALDERÓN, Adolfo Ignacio (org.). **Ação comunitária: uma outra face do ensino superior brasileiro**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010. Coleção Questões da nossa época. vol.11.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria de (orgs.).(2005). **Diálogos com a teoria da representação social**. Editora Universitária da UFPE.

SÁ, Celso P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane P. (Org.). **O conhecimento do cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Denize Siqueira da. **Tecendo memória: linhas e entrelinhas da trajetória da UFRPE (1912-1936)**. Recife: UFRPE, 2010.

SZYMANSKI, Heloisa (Org.), ALMEIDA, Laurinda Ramalho e BRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Liber Livro, 2004.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 2. Ed.

WAGNER, Wolfgang. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes e OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998. p. 03-25.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão In: SAWAIA, Bader (org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Dados pessoais

Nome completo:

Idade:

Estado Civil:

No caso de ter filhos, quantos são:

Ocupação:

Tempo de permanência na comunidade:

Questões

1 – Qual a sua opinião sobre Sítio dos Pintos?

2 – Como é o dia-a-dia na comunidade e quem vive por aqui?

3 – O que você sabe sobre a história de Sítio dos Pintos?

4 – Qual a sua relação com a Universidade Federal Rural de Pernambuco?

5 – O que representa a UFRPE para Sítio dos Pintos?

6 – Como você acha que a UFRPE poderia ajudar no desenvolvimento de Sítio dos Pintos?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO DE ENTREVISTA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL
(POSMEX)

2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto de Pesquisa: As representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos sobre as políticas de extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Pesquisadora responsável: Renata Sá Carneiro Leão

Orientadora: Professora Dra Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida

O presente projeto foi executado pela pesquisadora Renata Sá Carneiro Leão, do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE e realizado por meio de entrevistas gravadas em áudio, como também houve observações em torno das atividades de trabalho dos participantes. As entrevistas foram realizadas com as pessoas moradoras da comunidade de Sítio dos Pintos, situada no bairro de Dois Irmãos, Recife, Pernambuco. Algumas perguntas foram feitas para respostas mais diretas e outras permitiram maior liberdade ao entrevistado para dizer o que desejasse. Essas entrevistas foram gravadas com a autorização dos entrevistados e realizadas em datas e horários convenientes para os participantes do estudo. Durante as observações das atividades de trabalho, alguns dados foram anotados com a permissão do participante, e ele poderá pedir que qualquer informação seja retirada.

Eu, _____,

RG _____, autorizo a pesquisadora Renata Sá Carneiro Leão a incluir minha entrevista e imagem como elemento de análise e estudo. Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito. Estou ciente da utilização dos conteúdos das entrevistas, assim como de imagens. Como também afirmo ter recebido uma cópia deste termo.

Data e local: Recife, _____.

Assinatura do participante: _____.

Assinatura da pesquisadora : _____.

